



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E**  
**CONTABILIDADE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E**  
**CONTROLADORIA**

**LARISSA CAVALCANTE ALBUQUERQUE**

**QUANDO AS GRADES SE ABREM: CRENÇAS E INTENÇÃO EMPREENDEDORA**  
**DE EGRESSOS DE PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO CEARÁ**

**FORTALEZA**

**2018**

LARISSA CAVALCANTE ALBUQUERQUE

QUANDO AS GRADES SE ABREM: CRENÇAS E INTENÇÃO EMPREENDEDORA DE  
EGRESSOS DE PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria. Área de concentração: Organizações, Estratégia e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Eduardo Silveira Fontenele.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

A311q Albuquerque, Larissa Cavalcante.

Quando as grades se abrem : crenças e intenção empreendedora de egressos de penitenciárias do Estado do Ceará / Larissa Cavalcante Albuquerque. – 2018.

122 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2018.  
Orientação: Prof. Dr. Raimundo Eduardo Silveira Fontenele.

1. Cárcere. 2. Crenças. 3. Empreendedorismo. 4. Teoria do Comportamento Planejado. I. Título.

CDD 658

---



LARISSA CAVALCANTE ALBUQUERQUE

QUANDO AS GRADES SE ABREM: CRENÇAS E INTENÇÃO EMPREENDEDORA DE  
EGRESSOS DE PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria. Área de concentração: Organizações, Estratégia e Sustentabilidade.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Raimundo Eduardo Silveira Fontenele (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Ana Paula Moreno Pinho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Tereza Cristina Batista de Lima  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Mônica Mota Tassigny  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

A cada um dos meus alunos, por me mostrarem  
minha missão de vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Prof. Raimundo Eduardo Silveira Fontenele, por aceitar o desafio de ser meu guia em um campo de pesquisa tão estigmatizado.

Às professoras membros da banca, pelas valiosas contribuições e por me transmitirem a tranquilidade fundamental para que conseguisse realizar este trabalho.

Aos entrevistados, que compartilharam comigo suas histórias e me fizeram mudar profundamente meus paradigmas.

Às amigas que o mestrado me deu, Evangelina e Letícia, por serem meus “oráculos” e companheiras de todas as horas.

Ao Rafa e à Mamys, pelos sacrifícios que precisaram fazer durante o meu período como mestranda.

A Deus, por tudo.

“Muitas pessoas não acreditam que eu tô querendo mudar.” (Entrevistado 07, 33 anos)

## RESUMO

O Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking mundial de população carcerária e apresenta altos índices de reincidência criminal (BRASIL, 2016). Diante desse panorama, o empreendedorismo surge como uma possibilidade de ressocialização e renda para indivíduos após o período de privação de liberdade. Este trabalho teve como objetivo investigar as crenças de egressos de penitenciárias cearenses sobre a intenção de colocar um negócio próprio e suas motivações. Com base teórica amparada pela Teoria do Comportamento Planejado (AJZEN, 1991) e nos constructos do *Global Entrepreneurship Monitor* (2017), a pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratória e descritiva. Foram realizadas doze entrevistas em profundidade com egressos de penitenciárias que, após um período de encarceramento, cumprem penas em regime aberto, semiaberto ou aguardam julgamento em liberdade. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e com o auxílio do software Atlas.ti7. Os resultados sugerem que o empreendedorismo é vislumbrado como uma oportunidade de carreira para os egressos, sendo motivado, principalmente, pela dificuldade de conseguir um emprego, corroborando com estudos internacionais. Ademais, por meio da análise das entrevistas infere-se que, além de enfrentar dificuldades próprias do empreendedorismo, como lidar com o risco, alta carga tributária e a burocracia para abrir um negócio, este público também encara desafios específicos resultantes da sua passagem pelo cárcere, como o estigma e o preconceito da sociedade.

**Palavras-chave:** Cárcere. Crenças. Empreendedorismo. Teoria do Comportamento Planejado.

## ABSTRACT

Brazil is on the third place in the world ranking of prisional population and has high rates of criminal recidivism (BRASIL, 2016). Faced with this panorama, entrepreneurship emerges as a possibility of resocialization and income for ex-prisoners. This research had as objective to investigate the beliefs of ex-prisoners from the state of Ceará on the intention to put a business and its motivations. With based on theory supported by the Theory of Planned Behavior (AJZEN, 1991) and the constructs of the Global Entrepreneurship Monitor (2017), the research is qualitative, exploratory and descriptive in nature. Were conducted twelve in-depth interviews with ex-prisoners who, after a period of incarceration, meet penalty in a regime open, semi-open or await trial in freedom. The data were processed through content analysis (BARDIN, 2011) and with the aid of software Atlas.ti7. The results corroborate with international research and suggest that entrepreneurship is perceived as a career opportunity for ex-prisoners and motivated, mainly, by the difficulty of getting a job. Moreover, the analysis of the interviews infers that in addition to facing difficulties own of entrepreneurship such as dealing with risk, high task burden and bureaucracy to open a business, this public also faces specific challenges resulting from their passage through the jail, such as the stigma and the prejudice of society.

**Keywords:** Prison. Beliefs. Entrepreneurship. Theory of Planned Behavior.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Teoria do Comportamento Planejado e suas variáveis .....	43
Figura 2 – Objetivos para o futuro.....	63
Figura 3 – Vantagens de ter o próprio negócio .....	69
Figura 4 – Desvantagens de ter o próprio negócio .....	72
Figura 5 – Percepção de terceiros.....	76
Figura 6 – Facilitadores para abrir o próprio negócio .....	79
Figura 7 – Apoio de terceiros .....	82
Figura 8 – Dificultadores para abrir um negócio.....	85
Figura 9 – Suporte educacional ao empreendedorismo.....	91
Figura 10 – Suporte estrutural ao empreendedorismo.....	99

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estudos empíricos sobre preditores da intenção empreendedora .....	45
Quadro 2 – Unidades de análise .....	53
Quadro 3 – Referências para elaboração do questionário (Bloco 1) .....	54
Quadro 4 – Referências para elaboração do questionário (Bloco 2) .....	54
Quadro 5 – Referências para elaboração do questionário (Bloco 3) .....	54
Quadro 6 – Situação dos sujeitos da pesquisa junto à Justiça .....	57
Quadro 7 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa .....	57
Quadro 8 – Códigos analisados .....	60

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Unidades prisionais do Estado do Ceará .....	33
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEPIS	Centro de Exec. Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne
CEP-UFC	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará
Cispe	Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CPPL2	Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto
CPPL3	Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto
CPPL4	Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva
EGPR	Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEAAC	Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
Infopen	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPF	Instituto Penal Feminino Des <sup>a</sup> . Auri Moura Costa
LEP	Lei de Execução Penal
MBA	<i>Master Business Administration</i>
PEP	<i>Prisoner Entrepreneurship Program</i>
PFHVA	Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo
PIRC	Penitenciária Industrial Regional do Cariri
PIRS	Penitenciária Industrial Regional de Sobral
Sebrae-CE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará
SEI	Sebrae Microempreendedor Individual
Sejus-CE	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará
Senac-CE	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Ceará
STDS	Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social
TAR	Teoria da Ação Racional
TCP	Teoria do Comportamento Planejado
UFC	Universidade Federal do Ceará
UPALAL	Unidade Prisional Agente Luciano Andrade Lima
UPCT	Unidade Prisional Adalberto de Oliveira Barros
UPPJA	Unidade Prisional Professor José Sobreira de Amorim

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1	Problema de pesquisa .....	19
1.2	Objetivos .....	19
1.2.1	<i>Objetivo Geral</i> .....	19
1.2.2	<i>Objetivos Específicos</i> .....	19
1.3	Justificativa.....	20
1.4	Estrutura da pesquisa.....	21
<b>2</b>	<b>EMPREENDEDORISMO E O AMBIENTE DE CÁRCERE</b> .....	<b>23</b>
2.1	Empreendedorismo e suas motivações .....	23
2.2	Empreendedorismo e a ressocialização de detentos.....	28
2.3	Situação carcerária brasileira.....	32
2.4	Projetos de fomento ao empreendedorismo no cárcere no Estado do Ceará .....	34
2.4.1	<i>Projetos governamentais</i> .....	34
2.4.2	<i>Projetos da iniciativa privada</i> .....	37
<b>3</b>	<b>INTENÇÃO E SEUS PREDITORES</b> .....	<b>40</b>
3.1	Modelos Teóricos Dominantes .....	40
3.1.1	<i>A Teoria da Ação Racional</i> .....	40
3.1.2	<i>A Teoria do Comportamento Planejado</i> .....	42
3.2	Preditores da Intenção Empreendedora .....	44
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>49</b>
4.1	Tipologia da pesquisa.....	49
4.2	Coleta de dados.....	51
4.3	Sujeitos da Pesquisa .....	55
4.4	Aspectos Éticos .....	59
4.5	Análise dos dados .....	59
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS</b> .....	<b>63</b>
5.1	Intenção empreendedora e suas motivações .....	63
5.2	Crenças Predictoras da Intenção Empreendedora .....	68
5.2.1	<i>Crenças Comportamentais</i> .....	68
5.2.2	<i>Crenças Normativas</i> .....	76
5.2.3	<i>Crenças de Controle Percebido</i> .....	79
5.3	Ambiente institucional de suporte ao empreendedorismo .....	90

<i>5.3.1 Suporte Educacional e Estrutural</i> .....	90
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>111</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (EGRESSOS)</b> .....	<b>119</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA (INSTITUIÇÕES)</b> .....	<b>120</b>
<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>121</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A crise do sistema prisional e o crescente número de encarceramentos são dilemas da sociedade contemporânea e, de forma particular, do Brasil. De acordo com o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) (BRASIL, 2016), o país ultrapassou a marca de 726 mil pessoas encarceradas. Com essa cifra, o Brasil ocupa o terceiro lugar no *ranking* mundial de população carcerária em números absolutos, abaixo somente de China e Estados Unidos (BRASIL, 2017).

Segundo o Infopen (BRASIL, 2016), há 1.418 unidades prisionais no país, com capacidade para atender uma soma de 367.217 detentos, o que resulta em um déficit de quase 359.058 vagas. Outro agravante são os altos índices de reincidência criminal, ou seja, grande número de indivíduos que, após cumprimento da pena, retornam ao sistema carcerário em um período inferior a cinco anos (BRASIL, 2015). Estados como o Ceará, por exemplo, veiculam taxas de reentrada superiores a 56%, preponderando a reincidência de uma a três vezes por indivíduo do sexo masculino (CEARÁ, 2014).

O patamar de violência urbana que a cidade de Fortaleza enfrenta nos últimos anos também preocupa, e ganhou repercussão até mesmo fora do país (OLIVEIRA, 2016). De acordo com o último *ranking* internacional publicado pela Organização Não-Governamental mexicana “Seguridad, Justicia y Paz” (2015), a capital do Ceará aparece como a cidade mais violenta do Brasil naquele ano e a décima segunda mais violenta do mundo. Ademais, apesar de não foi confirmado pelas instituições oficiais a esta pesquisa, a mídia cearense e nacional divulga manchetes sobre a suposta ocupação do estado por organizações criminosas, popularmente conhecidas como facções.

Organizações como Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC) e Guardiões do Estado (GDE) fazem parte dos noticiários e têm seus nomes relacionados a uma sequência de rebeliões e chacinas dentro das unidades penais, bem como a ataques ao patrimônio público e privado fora dos presídios, espalhando tensão e medo na cidade. Para Adorno e Salla (2007), a criminalidade organizada existe no Brasil há mais de vinte anos, mas está aderindo a funcionalidades das relações entre o intra e o extramuros das prisões. Destarte, os ataques sincronizados em Fortaleza desde o ano de 2015 parecem ter relação com esse tipo de organização que atua celeremente no estado, ampliando seu poder e recrutando novos integrantes dentro e fora das penitenciárias.

Não obstante, ainda de acordo com Adorno e Salla (2007), as políticas públicas de segurança seguem utilizando modelos tradicionais envelhecidos, pautados em estratégias de

encarceramento maciço. O crime se modernizou e se qualificou, mas a segurança pública permaneceu enclausurada em paradigmas incapazes de acompanhar as mudanças sociais operadas no interior da sociedade (ADORNO; SALLA, 2007; OLIVEIRA, 2016). Diante de tal panorama, ações que busquem a recuperação efetiva de prisioneiros são necessárias e urgentes. O fomento ao empreendedorismo durante o período de privação de liberdade aparece como uma das possibilidades para mitigar a crítica situação carcerária do país, por meio da reinserção de ex-detentos na sociedade.

Iniciativas que experimentam o empreendedorismo em ambientes do cárcere já podem ser encontradas na literatura acadêmica no Brasil (PIRES; GATTI, 2006; TORREZAN; RIMOLI, 2009; MORAES; SIMÕES; GONÇALVES, 2017) e no exterior (COONEY, 2012; PATZELT; WILLIAMS; SHEPHERD, 2014; KEENA; SIMMONS, 2015). Na prática, projetos que impulsionem o comportamento empreendedor de internos e egressos do sistema penal já são realidade em variadas penitenciárias brasileiras.

Importante salientar que se considera aqui o empreendedorismo não como um traço inato do indivíduo, mas como uma competência que pode ser aprendida e aperfeiçoada (CAVALCANTE; GOMES; TASSIGNY, 2016). E como sugerem Dolabela e Fillion (2013), requer o desenvolvimento de competências que despertem o pensamento imaginativo, participando de atividades em que os indivíduos sejam estimulados a sonhar e, em seguida, transformar seus sonhos em realidade por meio da execução de projetos empresariais.

Por meio do levantamento de dados secundários desta pesquisa, foram mapeados programas com foco no empreendedorismo divulgados pelas secretarias responsáveis pelo sistema prisional em cada estado da federação. Entre 2011, ano em que entrou em vigor a lei 12.433, que garante a remição da pena por estudo (BRASIL, 2011), e 2017, foram identificadas 67 iniciativas, a maioria delas focada em mini cursos e palestras pontuais com carga horária reduzida. Entre eles encontra-se o “Projeto Querer”, o “Projeto Vivendo e Empreendendo” e o “Kiteiras Grants”, três propostas de ressocialização implementadas pela Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (Sejus-CE), que buscam a inclusão social de ex-detentos por meio do fomento do empreendedorismo dentro das penitenciárias.

As iniciativas acontecem por meio de diferentes parcerias entre a Sejus-CE, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Ceará (Sebrae-CE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-CE), a Prefeitura de Fortaleza, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a empresa Danone, o Fundo Ecosysteme e a Aliança Empreendedora. A ideia central de todos os projetos é proporcionar, aos detentos e egressos do sistema, a possibilidade de desenvolver o potencial empreendedor e, ao fim da pena, serem donos de seus

próprios negócios. Os participantes recebem treinamento e qualificação na área de empreendedorismo, bem como suportes estruturais para abrir um negócio, tais como: carrinhos equipados para venda de lanches em geral, condições especiais para financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), kits de laticínios Danone para a venda em suas comunidades etc.

Além dos programas do governo do estado, uma iniciativa privada também atua na ressocialização de detentos por intermédio do empreendedorismo em Fortaleza. Trata-se do Projeto Fábrica Escola, que há cinco anos recebe apenados do regime semiaberto para atividades diárias seis vezes por semana, buscando formar mão de obra por meio do empreendedorismo e do trabalho cooperativado. A casa funciona por meio de parcerias com empresas privadas e, de forma particular, com o apoio da Fundação Deusmar Queirós, maior financiadora da instituição.

Eikeland (2009) pontua que projetos com foco no empreendedorismo, como esses, podem mitigar o que eles chamam de “efeitos desmoralizantes dos presos”, que incluem preocupações sobre um futuro incerto e a perspectiva do desemprego. Já para Patzelt, Williams e Shepherd (2014), iniciativas desse tipo são particularmente importantes, pois além de desenvolver uma mentalidade proativa, o empreendedorismo pode ser uma opção de carreira e ajuda a superar atitudes discriminatórias de potenciais empregadores em relação aos ex-presidiários. Dessa forma, muitos egressos do sistema carcerário tendem a direcionar esforços ao empreendedorismo por necessidade, ou seja, iniciam um negócio como uma possibilidade de geração de renda em função de uma copiosa dificuldade de recolocação no mercado de trabalho (SAUERS, 2009; COONEY, 2012; IRELAND, 2012; PATZELT; WILLIAMS; SHEPHERD, 2014).

Para o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), o empreendedorismo por necessidade não é motivado por uma identificação de oportunidade de negócio, mas sim por falta de melhores alternativas de emprego e renda (GEM, 2017). Muitas vezes, isso resulta em negócios que conseguem, basicamente, fornecer alguma forma de subsistência ao empreendedor, visto que ele não obtém outras formas mais viáveis de remuneração (BLOCK; WAGNER, 2010; GEM, 2017). Uma realidade comum para quem deixou o cárcere e vive sob o estigma de ex-infrator.

Holzer, Raphael e Stoll (2003) e Cooney (2012) afirmam que para aqueles que, em algum momento da vida, escolheram o crime como uma opção de remuneração, haverá uma significativa dificuldade para conseguir uma forma legal de geração de renda no futuro. Ao

mesmo tempo, Pastore (2011) explica que isto é causado por uma reticência da sociedade em relação a ex-infratores da lei, o que pode durar por toda uma vida.

Independente de suas motivações, esta pesquisa parte do pressuposto que abrir o próprio negócio é uma ação minimamente racionalizada envolvendo a decisão de uma ou mais pessoas. Destarte, entender as crenças predictoras a esta empreitada pode ser possível por meio de teorias que analisem o comportamento planejado dos indivíduos. Entre elas, a Teoria da Ação Racional (TAR), de Fishbein e Ajzen (1975), e a Teoria do Comportamento Planejado (TCP), de Ajzen (1991), são alguns dos modelos dominantes.

A TCP surgiu como uma extensão da TAR, e ambas buscaram analisar e prever o comportamento volitivo. Segundo a TAR, a intenção é o antecedente imediato do comportamento, ou seja, o determinante para uma pessoa executar ou não uma ação racionalizada. Por sua vez, as intenções seriam precedidas por crenças que resultam na atitude (avaliação pessoal do indivíduo a respeito da ação) e na influência social (percepção sobre as pressões de terceiros) para que ele execute ou não tal comportamento (FISHBEIN; AJZEN, 1975).

Além dessas duas variáveis, a TCP incorporou um terceiro preditor, o controle comportamental percebido, referente aos elementos que podem inibir ou facilitar a implementação de uma ação, já que as pessoas tendem a ponderar fatores que interferem de maneira positiva ou negativa no desenvolvimento do seu comportamento (AJZEN, 1991; FONTENELE; RABÊLO NETO; SOUSA, 2013; JANNUZZI *et al.*, 2014).

Assim, para Ajzen (1991), o comportamento humano é guiado por três tipos de crenças: as comportamentais, as normativas e as de controle percebido, estas últimas adicionadas à TAR (AJZEN; FISHBEIN, 1975) e relacionadas à percepção do indivíduo sobre sua capacidade de realizar ou não algo. O autor salienta ainda que as crenças são geradas de forma racional a partir das informações que os sujeitos detêm, ainda que esta referência não corresponda à realidade.

Nessa esteira, investigar crenças pode ser o ponto de partida para compreender os fatores que interferem na intenção empreendedora de diferentes grupos de indivíduos. Patzelt, Williams e Shepherd (2014) afirmam que indivíduos privados de liberdade não possuem o mesmo mindset que estudantes universitários, ou seja, não possuem o mesmo conjunto de crenças e mecanismos de autoregulação que estudantes comuns. Dessa forma, o autor conclui que eles enfrentam maior dificuldade para, de fato, terem intenção de colocar um negócio ou mesmo conseguir concluir programas de empreendedorismo na prisão.

Sob outra perspectiva, há pesquisas que apontam que empreendedores de sucesso e detentos possuem mais similaridades do que possa imaginar o senso comum. Sonfield, Lussier e Barbato (2001), em uma pesquisa quantitativa, concluíram que prisioneiros possuem altos níveis de atitude empreendedora e grande potencial para o sucesso como empreendedores, com índices superiores a gerentes de empresas americanas. Sauers (2009) e Cooney (2012) afirmam que ambos correm mais riscos para aproveitar oportunidades que a maioria das pessoas.

Já um relatório produzido pelo *Centre for Entrepreneurs* (CFE), um dos principais grupos de pesquisa sobre empreendedorismo do Reino Unido, sugere que muitos criminosos encarcerados são empreendedores que fracassaram em função de desigualdades sociais entrenchadas, por serem minorias étnicas de origens educacionais e econômicas desfavorecidas. O relatório afirma que 59% dos internos das penitenciárias da Inglaterra e do País de Gales teriam interesse de participar de programas de empreendedorismo na prisão e que 79% do total gostariam de abrir o seu próprio negócio, fato que poderia mitigar a reincidência deles no crime (CFE, 2016).

No Brasil, pesquisas acadêmicas que investiguem a relação entre o empreendedorismo e o ambiente de cárcere ainda são incipientes, e com maior volume nas áreas da sociologia e educação. Pires e Gatti (2006) examinaram a reinserção social de ex-detentos do sistema prisional por meio de políticas públicas, incluindo a educação empreendedora. Torrezan e Rimoli (2009) implementaram um estudo de caso sobre Empreendedorismo Social realizado em uma penitenciária da Bragança Paulista. Mais recentemente, Moraes, Simões e Gonçalves (2017) analisaram processos educativos, inclusive para o empreendedorismo, em Instituições Não Escolares, por meio de um estudo de caso do Centro de Reeducação Feminina de Ananindeua, no estado do Pará.

Por outro lado, há uma grande variedade de pesquisas acerca da intenção empreendedora focada em investigar os determinantes psicológicos e contextuais do público discente (CARVALHO; GONZÁLEZ, 2006; GUERRERO; RIALP; URBANO, 2008; LINÑAN; CHEN, 2009; IZQUIERDO; BUELENS, 2011; YURTKORU; KUSCU; DOGANAY, 2014; OSÓRIO; ROLDÁN, 2015; LIMA *et al.*, 2016). Já estudos brasileiros com foco específico na intenção empreendedora no campo do cárcere não foram encontrados em plataformas científicas nacionais.

De acordo com o Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE<sup>1</sup>, mais de 300 pessoas participaram e foram diretamente impactadas pelas ações de fomento ao

---

<sup>1</sup> Informação do Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE, solicitada por meio do acesso à informação pública do site da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

empreendedorismo no sistema penitenciário cearense nos últimos quatro anos, o que suscita à reflexão acerca das impressões do público egresso sobre esses projetos e da real intenção de colocar um negócio após a saída da penitenciária.

Isto posto, em função do crescente número de projetos de fomento ao empreendedorismo em penitenciárias brasileiras (nesta pesquisa foram mapeados apenas quatro projetos no ano de 2011, contra 15 deles em 2017), e com o objetivo de contribuir para este campo, o presente trabalho irá investigar as crenças de egressos de penitenciárias cearenses quanto à possibilidade de abrir o próprio negócio, bem como suas motivações.

## **1.1 Problema de pesquisa**

Nesse sentido, a questão norteadora dessa pesquisa é: Como a possibilidade de abrir um negócio próprio é percebida por egressos de penitenciárias cearenses?

## **1.2 Objetivos**

Para responder à questão problema, propõem-se os seguintes objetivos:

### ***1.2.1 Objetivo Geral***

Investigar as crenças de egressos de penitenciárias cearenses quanto a abrir o próprio negócio.

### ***1.2.2 Objetivos Específicos***

A pesquisa tem ainda cinco objetivos específicos:

- 1) Investigar a percepção de egressos de penitenciárias cearenses quanto a abrir um negócio próprio e suas motivações;
- 2) Analisar as crenças comportamentais de egressos de penitenciárias cearenses, em relação à intenção de abrir o seu próprio negócio;
- 3) Analisar as crenças normativas de egressos de penitenciárias cearenses, em relação à intenção de abrir o seu próprio negócio;
- 4) Analisar as crenças de controle percebido de egressos de penitenciárias cearenses, em relação à intenção de abrir o seu próprio;

- 5) Investigar os principais suportes estruturais e educacionais percebidos pelos egressos para a implementação de um novo negócio.

### **1.3 Justificativa**

O esgotamento do modelo prisional é uma questão que desperta preocupação e interesse da sociedade civil e da comunidade científica (SANTOS, 2012; ANDRADE; FERREIRA, 2016). A pena de prisão substituiu a pena de suplício, livrando os apenados dos martírios corporais seguidos da pena de morte, mas os condenou a outros tipos de expiação (FOUCAULT, 2014). A superlotação dos presídios, as condições sub-humanas de convívio, a ociosidade, as drogas, a violência e o alto índice de reincidência dos detentos são apenas algumas das deficiências no cumprimento da pena de prisão, especialmente no Brasil.

Tal cenário, além de onerar o orçamento público, não dá conta da promessa de recuperar detentos como prevê a constituição brasileira. Em seu artigo 1º, a Lei de Execução Penal - LEP preceitua ter como objetivo maior efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (BRASIL, 1984).

O Estado, então, encarrega-se não apenas do direito de punir o transgressor da lei e inibir novos delitos, mas também do dever de reintegrá-lo ao convívio social. Portanto, iniciativas que minimizem as dificuldades enfrentadas pelo modelo prisional brasileiro ganham relevância. A atividade laboral e a educação prisional são algumas das ferramentas para o alcance de tal objetivo (HAWLEY; MURPHY; SOUTO-OTERO, 2013; SOARES; VIANA, 2018).

De acordo com o último grande levantamento realizado sobre o sistema prisional do estado, o Censo Penitenciário do Ceará (CEARÁ, 2014), produzido em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), o trabalho e o estudo dentro do universo carcerário devem ser percebidos sob a perspectiva de elementos importantes para a reinserção do preso, tanto durante o decurso, quanto ao fim da pena. De acordo com o documento, o indivíduo que trabalha e /ou estuda, além de ocupar seu tempo, recebe o benefício da remição de pena e ganha um salário, podendo assim conquistar o respeito de seus pares e familiares.

Fornecer suporte educacional e laboral às pessoas privadas de liberdade é, então, dever do estado e tem como objetivo prevenir o crime, bem como orientar o preso em seu retorno à sociedade. De acordo com o ressaltado no Infopen (BRASIL, 2016), a LEP (1984) prevê o fornecimento da instrução escolar e a formação profissionalizante, devendo o ensino

fundamental ser obrigatório em todo o território nacional. Mas, apesar dessa prerrogativa, o mesmo documento afirma que apenas 12% da população prisional participa de algum tipo de atividade educacional entre aquelas de ensino escolar e atividades complementares.

De forma concomitante, o Censo Penitenciário do Ceará (CEARÁ, 2014) aponta que 78,3% dos detentos do Ceará não participam da formação complementar do Ensino Fundamental nas unidades prisionais do estado. Ao tratar do ensino profissionalizante, o número piora, subindo para 91,6%. Esses índices evidenciam que o ambiente carcerário é majoritariamente um espaço onde o ócio predomina. A meta da Sejus-CE é mitigar esses índices nas penitenciárias cearenses, buscando estimular a intenção empreendedora de tais indivíduos por meio de iniciativas como o “Projeto Querer”, o “Vivendo e Empreendendo” e o Projeto “Kiteiras Grants”, que dão a eles um suporte para o trabalho autônomo após a saída do cárcere. Já o Projeto Fábrica Escola é um esforço da sociedade civil com o mesmo propósito.

Importante salientar que a decisão de colocar um negócio após a saída da prisão pode ser considerada um comportamento volitivo, ou seja, dependente da intenção deliberada do indivíduo. Dentro desse contexto, a intenção empreendedora pode ser explicada a partir de teorias que abordem o comportamento voluntário, como a Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1991), base conceitual desta investigação.

Ao investigar as crenças e as motivações de egressos sobre inaugurar um negócio próprio, bem como suas percepções sobre os suportes recebidos para essa empreitada, esta pesquisa pode contribuir apontando possíveis melhorias para as ações de ressocialização de ex-detentos. Ou seja, ao examinar as crenças de egressos de penitenciárias cearenses, além do legado teórico, esta pesquisa espera colaborar para a melhoria do trabalho das instituições envolvidas em projetos de empreendedorismo no ambiente de cárcere, por meio da análise das percepções dos entrevistados.

#### **1.4 Estrutura da pesquisa**

O estudo pode ser considerado de abordagem qualitativa, caracterizado por meio de coleta e análise de dados qualitativos, e fundamentado por uma pesquisa bibliográfica e de campo. A coleta de dados foi implementada por meio de entrevistas individuais com roteiro semiestruturado (APÊNDICE A), e a seleção dos sujeitos feita por acessibilidade, até que o nível de saturação das respostas fosse atingido (THIRY-CHERQUES, 2009).

Objetivando a clareza e acessibilidade do texto, este foi dividido em seis sessões. Inicialmente, na introdução, são apresentados o problema e os objetivos da pesquisa, a justificativa e a relevância da investigação, bem com o esboço da estrutura do trabalho.

Nas duas seções seguintes será abordado o referencial teórico que dará suporte à pesquisa. A seção 2 discorre sobre o empreendedorismo no ambiente de cárcere, tratando de suas principais correntes, além das principais motivações que levam a ele. Em seguida, serão abordados os projetos de ressocialização por meio do empreendedorismo implementados no exterior e em penitenciárias do estado do Ceará, apresentados a partir da contextualização do panorama geral da situação carcerária brasileira.

A terceira seção tem como enfoque a Intenção e seus Preditores, onde serão apresentados modelos dominantes, tais como a Teoria da Ação Racional (FISHBEIN; AJZEN, 1975) e a Teoria do Comportamento Planejado (AJZEN, 1991). Ao final desta sessão, um breve levantamento de estudos anteriores focados na Intenção Empreendedora e em seus antecessores será exposto.

Já a quarta seção discorre sobre a metodologia empregada no trabalho: tipologia da pesquisa, descrição dos sujeitos, métodos de coleta e análise de dados. Em seguida, na quinta seção serão expostas a análise e a discussão dos resultados da pesquisa, a fim de atender os objetivos propostos neste estudo. Por fim serão apresentadas as principais considerações da investigação, seguidas pelas referências e apêndices relativos ao texto.

## **2 EMPREENDEDORISMO E O AMBIENTE DE CÁRCERE**

Esta seção está dividida em quatro subseções e versa sobre questões relacionadas ao empreendedorismo, suas motivações e sua contribuição na ressocialização de detentos. Ademais, apresenta um breve panorama sobre a situação carcerária no Ceará e os projetos de fomento ao empreendedorismo implantados por iniciativas pública e privada no estado.

### **2.1 Empreendedorismo e suas motivações**

O primeiro desafio ao tratar da pesquisa sobre empreendedorismo é encontrar uma consonância para a própria definição do termo empreendedor. Filion (1999) explica que os pesquisadores tendem a perceber e a definir o termo a partir dos axiomas de suas próprias disciplinas. Dessa forma, economistas associam empreendedorismo à inovação, enquanto comportamentalistas focam em aspectos como a criatividade e a intuição.

Para Drucker (1987), uma das primeiras definições do termo empreendedor remonta ao início do século XIX, e o descreve como aquele que transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um outro, de produtividade mais elevada e com maior rendimento, o que reforça aspectos tradicionalmente oriundos da economia.

Já Filion (1999) propõe reavaliar a crença de que o empreendedorismo surgiu apenas a partir das ciências econômicas. O autor defende que os pioneiros no empreendedorismo não estavam interessados apenas em economia, mas também em criação, gerenciamento e desenvolvimento de novos negócios. Porém, como as ciências gerenciais ainda não existiam, “[...] qualquer um que tivesse interesse em organizações ou falasse sobre a criação e a distribuição de riquezas estava predestinado a ser classificado como economista” (FILION, 1999, p. 7).

Desta forma, as bases do empreendedorismo estariam na economia, ainda que os aspectos comportamentais não fossem desprezados completamente. Por serem economistas, os pioneiros do campo analisaram o conteúdo a partir das premissas desta disciplina, ou nunca receberiam o reconhecimento de seus pares (FILION, 1999).

Em paralelo, vários autores afirmam que o empreendedor não é necessariamente o dono do capital, e sim aquele que é capaz de mobilizá-lo, sendo um importante agente do desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1997; FILION, 1999; CAMARGO; CUNHA; BULGACOV, 2010; GOMES, 2011). Porém, é apenas a partir dos estudos de Schumpeter (1934) que os economistas passam a perceber os empreendedores como detectores de

oportunidades de negócio, aqueles que corriam riscos, destruindo velhas estruturas e instituições, provocando desequilíbrio no mercado e causando redistribuição de riqueza e realocação de recursos (FILION, 1999; CAMARGO; CUNHA; BULGACOV, 2010).

Trazendo uma visão comportamental, o psicólogo estadunidense McClelland (1972) focou seus estudos na relação entre a necessidade de realização, poder e afiliação e sua relação com o comportamento humano (McCLELLAND, 1972; FILION, 1999; SANTIAGO, 2009; CAMARGO; CUNHA; BULGACOV, 2010). Seu trabalho teve grande contribuição no estabelecimento de um elo entre a realização individual e o crescimento econômico.

McClelland (1972) reforça a ideia de Schumpeter (1934) de que o empreendedor modifica o mercado, sendo o agente do desenvolvimento econômico, mas sua pesquisa buscou isolar os fatores comportamentais contidos nos indivíduos responsáveis por tal desenvolvimento. O autor analisou os traços de personalidade e características do indivíduo ativo, com alta necessidade de realização e busca por superar metas individuais internamente estipuladas. Dessa forma, na corrente comportamental, representada aqui por McClelland (1972), predomina a ideia de que o empreendedor possui uma característica estável de alta necessidade de realização que influencia sua atitude e suas reações, levando-o ao empreendedorismo (FILION, 1999; CAMARGO; CUNHA; BULGACOV, 2010).

Assim, a rachadura entre as correntes econômica e comportamental a respeito do empreendedorismo enfraquece o campo em termos científicos. Para Filion (1999), as diferentes percepções a respeito da definição do termo empreendedor são apenas uma das grandes dificuldades que o campo do empreendedorismo apresenta, o que dificulta sua consolidação como ciência. O autor afirma que nenhum campo acadêmico pode preexistir à teoria e explica que a área está em processo de expansão em quase todas as disciplinas das ciências humanas, mas alerta que seu estabelecimento como teoria ainda está longe de acontecer:

Para a criação de uma teoria do empreendedor, provavelmente será necessário separar pesquisa aplicada da pesquisa teórica, estabelecendo uma nova ciência, a empreendedorologia. Essa nova ciência talvez possa criar um corpo teórico composto por elementos convergentes de estudos teóricos sobre empreendedores, efetuados por empreendedorologistas. [...] Possivelmente, milhares de publicações surgirão e décadas passarão antes de se ter atingido esse ponto. (FILION, 1999, p. 21).

Em função da divergência de correntes e conceitos, é importante salientar que, para efeitos metodológicos, esta pesquisa será norteadada pelos princípios da corrente comportamental, por meio da qual o empreendedorismo é fruto, além de características pessoais, do ambiente onde o indivíduo está inserido (McCLELLAND, 1972).

Destarte, a decisão de fundar um negócio próprio pode ser promovida por inúmeras razões; desde a dificuldade de conseguir um emprego no mercado formal, uma propensão ao risco ou uma necessidade intrínseca de auto realização (BARROS *et al.*, 2014; FERREIRA; LOIOLA; GONDIM, 2017). Pesquisas recentes discutem que o empreendedorismo social ou empreendedorismo feminino, por exemplo, têm motivações bem particulares como gerar bem-estar social e melhores condições para grupos desfavorecidos (CAVAZO-ARROYO; PUENTE-DÍAZ; AGARWAL, 2017) ou o desejo de conciliar melhor o trabalho e a família (BANDEIRA; IPIRANGA, 2017).

Não obstante, alguns autores e instituições realizam estudos agrupando as motivações apenas em dois motivos alternativos e excludentes: o empreendedorismo por oportunidade ou por necessidade (BLOCK; WAGNER, 2010; VALE; CORRÊA; REIS, 2014).

Degen e Mello (1989) explicam que as principais diferenças entre esses dois tipos de empreendedorismo é que aquele motivado por necessidade tem pouco impacto na economia do país, sendo muitas vezes apenas uma forma de auto-emprego, não gerando inovação ou novas tecnologias. Para o autor, a grande maioria são negócios “mediócras” porque o empreendedor, geralmente, trabalha mais e ganha menos do que se estivesse empregado. Porém, esclarece ainda que se não há ofertas de emprego ou as pessoas possuem os recursos necessários para o empreendedorismo por oportunidade, talvez seja a única chance que possam de sobreviver.

Filion (1999) já agrupou as diferentes motivações para o empreendedorismo em dois grupos que ele denominou de empreendedores voluntários e involuntários. De acordo com o autor, os dois perfis possuem particularidades e o principal ponto de diferenciação é que apenas os indivíduos que criam uma atividade de negócio de forma voluntária são motivados pelo aspecto da inovação. Ele explica que o grupo de pessoas que abre uma empresa de forma involuntária é um produto resultante dos anos 1990, composto especialmente por recém-formados e por indivíduos que perderam seus empregos durante o fechamento ou reestruturação de grandes organizações e não foram capazes de obter uma recolocação no mercado.

Os empreendedores involuntários tendem a optar pelo auto-emprego, mas não são empreendedores no sentido geralmente aceito do termo. Criam uma atividade de negócios, mas não são movidos pelo aspecto da inovação. Enquanto inovação e o crescimento são palavras-chave para definir o empreendedor, as que definem o auto-empregado são ecologia pessoal e estilo de vida equilibrado. (FILION, 1999, p. 20).

Kautonen e Palmroos (2010) também utilizam a polaridade necessidade *versus* oportunidade, porém, acreditam que a motivação para iniciar um negócio é formada por fatores que eles denominam como *push and pull*. Os fatores positivos “atraem” (*pull*) as pessoas para

o empreendedorismo, e como exemplos são citados a independência, o aumento de rendimentos e a liberdade para realização de suas próprias ideias. Ao mesmo tempo, os autores explicam que existem fatores negativos que funcionam como um impulso, “empurrando” (*push*) os indivíduos para o empreendedorismo, tais como, falta de oportunidades de crescimento na carreira, insatisfação com o trabalho atual e o próprio desemprego. Nessa esteira, para os autores, o empreendedorismo por necessidade é visto como resultado de uma forte presença de fatores *push*.

Em sua pesquisa com microempresários, os autores (2010) apontam ainda que a ameaça de desemprego é um dos principais fatores *push*. Explicam que, além disso, as condições de trabalho ruins, marcadas por terceirizações e constantes perdas de direitos trabalhistas no país acabaram sendo propulsoras do empreendedorismo por necessidade. No Brasil, a mesma realidade também já foi apontada por relatórios sobre o assunto (GEM, 2017; SEBRAE, 2017).

A GEM, uma das maiores parcerias para investigação do empreendedorismo global, divulga seus relatórios baseados nesta divisão desde 2001. Ou seja, para o GEM a decisão de empreender derivaria apenas da falta de outra possibilidade de trabalho ou da percepção de uma oportunidade de negócio (BLOCK; WAGNER, 2010).

A motivação dos empreendedores iniciais pode ocorrer pela necessidade ou oportunidade. Os empreendedores por necessidade decidem empreender por não possuírem melhores alternativas de emprego, propondo-se criar um negócio que gere rendimentos, virando basicamente a sua subsistência e de seus familiares. No que concerne aos empreendedores por oportunidade, o GEM define-os como capazes de identificarem uma chance de negócio ou um nicho de mercado, empreendendo mesmo possuindo alternativas concorrentes de emprego e renda. (GEM, 2017, p. 29).

Block e Wagner (2010) analisaram as informações de um painel alemão de pesquisa econômica e compararam o perfil de empreendedores de Berlim de acordo com os mesmos padrões dicotômicos empregados pelo GEM. Como conclusões, sugeriram que as pesquisas sobre empreendedorismo podem se beneficiar da distinção desses dois grupos, por possuírem características socioeconômicas distintas, assim como a rentabilidade de seus negócios e os determinantes de sucesso. Em função destas variáveis, os autores afirmam que a pesquisa que trabalha com essa segmentação de grupos corre menos risco de subestimar ou superestimar fatores particulares a cada um deles.

Sob outra perspectiva, Borges, Filion e Simard (2008) analisaram o processo de criação de empresas por jovens menores de 35 anos, e no quesito “razões para criar a empresa” incluíram a opção “outros”, além de “por necessidade” e “por oportunidade”. Como resultado,

43% dos jovens de 18 a 34 anos responderam “outros” e citaram motivos tais como: “realizar um objetivo pessoal”, “ter uma empresa familiar” e “fazer o que eu gosto”.

Vale, Corrêa e Reis (2014), em uma pesquisa mista com empreendedores do setor industrial de Belo Horizonte, investigaram suas razões para a abertura do negócio elencando 15 diferentes motivos citados na literatura. Como resultado, a análise fatorial sugeriu que as motivações extrapolavam a lógica binária e apontavam como causas aspectos como: identificação de oportunidade, atributos e expectativas pessoais, ambiente externo associado ao mercado de trabalho, influência de terceiros, insatisfação com o emprego, bem como a influência familiar.

Mesmo que os motivos sejam plurais, pelo menos no Brasil, a maioria dos empreendedores iniciais ainda segue empreendendo por necessidade. De acordo com o GEM (2017), 50% dos empreendimentos novos (com até 3 anos de existência) foram motivados pela necessidade. Fato que pode estar diretamente relacionado à retração da economia que o país enfrenta desde 2014 e às taxas de desemprego do país (SEBRAE, 2017).

De acordo com o Sebrae (2017), por exemplo, entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2017, o número de brasileiros desocupados subiu de 7 milhões para 14 ou seja, duplicou o número de pessoas sem emprego. Simultaneamente, o número de empregados com carteira assinada caiu em quase 3 milhões no mesmo período. Em paralelo, houve um aumento em 1,6 milhão no número de empreendedores, em um fenômeno que o documento chama de colchão social.

Neste período de retração da economia, o empreendedorismo exerceu o papel de “colchão social”, não apenas ampliando os postos de trabalho dos próprios Donos de Negócio (1,6 milhão adicionais), como gerando e/ou mantendo postos de trabalho para empregadores sem carteira e/ou trabalhadores familiares, portanto, mitigando os efeitos da retração da economia sobre o mercado. (SEBRAE, 2017, p. 28).

Em um mercado cada vez mais competitivo como o brasileiro, onde inclusive se exige documento que exima o candidato de antecedentes criminais, pessoas com passagens pelo sistema carcerário podem enfrentar dificuldades ainda maiores de inserção no mercado, recorrendo ao empreendedorismo ou auto-emprego.

A este respeito, Ireland (2012) é taxativo ao afirmar que os egressos, mesmos os mais qualificados, dificilmente serão inseridos no mercado formal de trabalho em função do estigma que os acompanhará, provavelmente, pelo resto de suas vidas. A partir disso, o autor alerta para a necessidade de se fornecer novas oportunidades a esse público específico.

Dessa forma, implementar o próprio negócio aparece como uma oportunidade de geração de renda e ressocialização para este público. Iniciativas de impulso a esse caminho

começam a despontar no cenário internacional e brasileiro, além de serem temas de pesquisas empíricas, como será descrito no tópico a seguir.

## **2.2 Empreendedorismo e a ressocialização de detentos**

Para Foucault (2014), a prisão é um espaço da exclusão que, por meio de mecanismos sociais complexos, molda os sujeitos tornando-os objetos de poder, mesmo que, na teoria, se fundamente em sua autoridade legítima de recuperar e transformar indivíduos.

Já para Goffman (2015), a prisão é um tipo de instituição total, que pode ser definida como um local de moradia ou trabalho onde um grande número de sujeitos com situação semelhante leva uma vida fechada e formalmente administrada, de forma apartada da sociedade mais ampla por um considerável período de tempo. O autor alerta ainda que a prisão, como exemplo desse universo, é uma instituição que, à base de vigilância e violência, afasta os indivíduos do mundo exterior, dificultando sua reinserção à vida cotidiana. Isto posto, compreender a dinâmica do fomento ao empreendedorismo neste cenário torna-se um campo vasto para a pesquisa acadêmica.

O colapso da situação carcerária e as altas taxas de ex-prisioneiros que retornam ao crime não são uma preocupação apenas no Brasil. O último relatório sobre a população prisional mundial, publicado em 2016 pelo *World Prison Brief*, aponta que havia mais de 11 milhões de pessoas encarceradas em todo mundo até aquele ano (WALMSLET *et al.*, 2016). Nesse sentido, alternativas que possam mitigar as taxas de reentrada e que possam auxiliar na recuperação de detentos são bem-vindas. A educação e o trabalho no cárcere são parte delas e, ao contrário do que se possa imaginar, isso não é um fenômeno recente.

Foucault (2014), em *Vigiar em Punir*, sua obra seminal sobre os métodos coercitivos e punitivos adotados pelo poder público na repressão à criminalidade desde os séculos passados, já apontava ações incipientes de educação e trabalho no ambiente das prisões. O autor afirma que, ainda nos anos de 1700, o regulamento da “Casa de jovens detentos em Paris” apontava que “a rotina dos internos seria composta de 9 horas de trabalho, além de duas horas diárias consagradas ao ensino [...], empregadas alternativamente na leitura, no desenho linear e no cálculo” (FOUCAULT, 2014, p. 12).

No Brasil há registros de iniciativas embrionárias no período imperial, durante o século XIX, quando a função de professor fora exercida inicialmente pela figura do capelão, responsável pela educação moral e religiosa dos presos. Posteriormente, cria-se a necessidade

de uma educação formal capaz de ensinar aos apenados a ler, escrever e as quatro operações aritméticas básicas (DUARTE, 2013).

Desde essas primeiras iniciativas, a educação prisional passou por mudanças gradativas, mas foi apenas em 1984 que o ensino nos presídios se tornou obrigatório e previsto em lei no Brasil. Além da assistência material, jurídica, social e religiosa, a educação prisional surge como uma das formas de assistência ao detento, sendo obrigação do Estado como firmado na seção V da LEP (1984), que garante o ensino do 1º grau de forma compulsória e o ensino médio de forma complementar, além de cursos profissionalizantes, em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico (BRASIL, 1984). Importante salientar ainda, que a educação é um direito do indivíduo encarcerado assegurado pela lei e não um privilégio dado a ele (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

Outro aspecto relevante é que desde 2011 está em vigor no Brasil a Lei nº 12.433, que garante a remição da pena por estudo, o que antes só poderia ser pleiteado por meio de atividades laborais (BRASIL, 2011). Trata-se de mais um instrumento para valorização da educação no cárcere e um incentivo para a participação dos detentos em projetos de ensino regular, bem como de formação profissionalizante. Nessa esteira, a educação para o empreendedorismo ganhou mais um incentivo e despontou como uma das alternativas possíveis no cenário nacional.

Em um levantamento documental sobre projetos de fomento do empreendedorismo em penitenciárias no Brasil, foram mapeadas 67 iniciativas implementadas entre 2011 (ano em que entrou em vigor a lei de remição da pena por estudo) e 2017. O mapeamento foi realizado por meio da busca pelo termo “empreendedorismo” nas *homepages* das secretarias responsáveis pelo sistema carcerário de cada uma das federações do país. Foram identificadas 67 ações de fomento ao empreendedorismo, sendo a maioria delas ações pontuais, tais como palestras e cursos de pequena carga horária.

No cenário internacional há registros de projetos de ressocialização de presos por meio do empreendedorismo em penitenciárias na América do Norte e Europa. Parte deles já foi foco de estudos acadêmicos (SONFIELD; LUSSIER; BARBATO, 2001; LIPEZ, 2006; SAUERS, 2009; COONEY, 2012; PATZELT; WILLIAMS; SHEPHERD, 2014).

Cooney (2012) afirma que há uma notável escassez de pesquisas acadêmicas sobre o tema da ressocialização de detentos por meio do empreendedorismo, e complementa dizendo que além da produção parca existe uma limitação quanto aos temas das investigações, já que a maior parte dos registros é sobre as semelhanças entre empreendedorismo e a criminalidade. O autor sustenta que a comunidade prisional é estigmatizada como uma minoria silenciosa, sobre

a qual a sociedade não quer tratar e alerta que, enquanto houver reticências sobre a questão, ex-detentos não serão capazes de garantir um meio de vida legítimo que os permita ser financeiramente independentes. Apesar da dificuldade apontada pelo autor, especialmente na área de administração, é preciso destacar o trabalho recente de alguns autores no cenário internacional.

Sonfield, Lussier e Barbato (2001) estudaram a atitude empreendedora de detentas e o benefício potencial de programas de auto-emprego em penitenciárias dos estados de Nova York, Maryland e Massachusetts. Por meio de um estudo quantitativo, os pesquisadores compararam a atitude empreendedora de dois grupos de detentas (participantes e não participantes de um programa de empreendedorismo) com a atitude de gerentes e empreendedores de diversos segmentos do mercado. Concluíram que a atitude empreendedora das detentas tem índices superiores aos gerentes e menores do que os empreendedores classificados como “de alto impacto”. Porém, os números sugerem que a atitude independe da passagem delas por um treinamento voltado para o empreendedorismo.

Lipez (2006) e Sauers (2009) afirmam que o maior programa de empreendedorismo no cárcere dos EUA acontece no estado do Texas e é intitulado *Prisoner Entrepreneurship Program* (PEP), ou Programa de Empreendedorismo para Prisioneiros. Lipez (2006) explica que o PEP é mantido por uma instituição sem fins lucrativos e que a parceria com executivos possibilita que, após o período de encarceramento, o egresso apresente seu plano de negócio para investidores.

Já Sauers (2009) explica que um dos pontos fortes do projeto é que ele funciona também por meio de uma parceria com a *Baylor University*. Os estudantes do *Master Business Administration* (MBA) da universidade são utilizados como mentores do programa, prestando monitoria e auxílio aos detentos na elaboração de um plano de negócios. O PEP acontece em três etapas distintas: (1) durante o período da pena: o interno recebe capacitação sobre negócios e elabora o plano com auxílio dos universitários; (2) após o cumprimento da pena: fora da prisão o egresso frequenta a *E-School* (*entrepreneur school* ou escola de empreendedorismo) e recebe assistência para reintegração à sociedade; (3) o estágio final envolve o lançamento da ideia do plano de negócios e uma mentoria executiva. A partir da análise desse caso, o autor propôs um modelo conceitual de empreendedorismo para detentos.

Cooney (2012) também implementou uma investigação sobre a diminuição da reincidência de prisioneiros por meio de um programa de empreendedorismo em uma penitenciária, não identificada. Utilizando o método qualitativo, o autor entrevistou 14

participantes a fim de identificar se o programa oferecia “oportunidades realistas” para diminuição da reincidência dos egressos do projeto.

Como alguns dos principais resultados o autor pontuou: (1) a dificuldade dos detentos em estruturar uma ideia de negócio, visto que os internos tinham percepções do mercado adquiridas antes do encarceramento ou previsões de como o mercado estaria após sua saída da prisão, ou seja, possíveis visões discrepantes da realidade; (2) problemas de confiança entre os internos dificultam atividades em grupo, como a própria apresentação do plano de negócios, que ao contrário da proposta inicial do curso, foi apresentada de forma individual ao professor; (3) participantes sugeriram que o programa era mais eficaz para os internos que cumpriram a pena em menos de dois anos; (4) a maior preocupação dos detentos estava relacionada à possibilidade de não conseguir recursos financeiros para implementação da ideia de negócio; (5) o curso conseguiu despertar os participantes para a possibilidade do auto emprego.

Por meio de uma análise de um programa de ensino de empreendedorismo em uma penitenciária europeia, Patzelt, Williams e Shepherd (2014) propuseram um modelo conceitual que relacionava a persistência do detento no curso e sua mudança de atitude. O framework foi elaborado a partir de uma pesquisa qualitativa desenvolvida pelos autores durante o ano de 2011, baseado em entrevistas realizadas com 12 internos matriculados no programa, os 2 instrutores do curso, além de familiares dos alunos. Os autores analisaram ainda os efeitos do programa nos indivíduos que concluíram a formação.

A partir da análise das entrevistas, os autores identificaram que os concludentes possuíam um *mindset* que internalizava a responsabilidade pelos atos ilícitos que os levaram ao cárcere, tinham maior percepção de controle de suas vidas após a saída da cadeia e eram mais otimistas quanto ao próprio futuro. A pesquisa revelou também que reconhecer uma oportunidade real de negócio é um ponto decisivo para a persistência dos alunos no programa e que os concludentes apresentavam um posicionamento positivo quanto às competências empreendedoras adquiridas nas aulas, quanto à prisão e a terceiros (companheiros de aprisionamento e família).

Importante salientar que, ao contrário da grande parte dos projetos implementados no Brasil, o programa de empreendedorismo investigado por Patzelt, Williams e Shepherd (2014) não era uma iniciativa pontual com carga horária reduzida, em formato de palestra ou workshops. O curso era formado por uma carga horária de 20 semanas e contemplava o desenvolvimento de um Plano de Negócios, de forma similar ao oferecido pelo Projeto Querer, uma das ações de fomento do empreendedorismo implementadas no Ceará.

Iniciativas como o Querer, o Vivendo e Empreendendo, o Projeto Kiteiras Grants e o Projeto Fábrica Escola são algumas das ações que buscam fomentar o empreendedorismo em penitenciárias cearenses. Porém, antes de tratar sobre elas, é importante traçar um panorama sobre a situação carcerária brasileira onde elas estão inseridas. É sobre esse assunto que versa o tópico a seguir.

### **2.3 Situação carcerária brasileira**

De acordo com o Infopen (BRASIL, 2016), em dado divulgado pelo Ministério da Justiça em 2016, o Brasil ultrapassou a marca de 726 mil pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais, alcançando a faixa de 352,6 presos para cada 100 mil habitantes. Para entender a representatividade desse número, a taxa de aprisionamento brasileira é maior que o dobro da média mundial, que era de 144 presos pelos mesmos 100 mil habitantes. Com esta marca, a população carcerária brasileira ocupa o terceiro lugar no ranking mundial em números absolutos, liderado por Estados Unidos e China.

Ainda de acordo com o relatório, o número de indivíduos privados de liberdade no Brasil teve um aumento de 707% desde 1990. Este crescimento acelerado da população carcerária brasileira vai na contramão do cenário mundial e preocupa as autoridades. A taxa de ocupação prisional é, em média, de 197,4%. Em outras palavras, em um espaço programado para custodiar 10 detentos há cerca de 19 pessoas encarceradas. Dentro desse cenário, o estado do Amazonas é a federação com maior taxa, com 483,9% de ocupação (BRASIL, 2016).

Um dado relevante que contribui para esta superlotação são as altas taxas de reentradas, ou seja, de reincidência dos prisioneiros. No Ceará, mais da metade dos internos do sexo masculino já foram presos anteriormente (56%), prevalecendo uma taxa de reentrada de uma a três vezes por detento (CEARÁ, 2014).

A fim de prevenir a reincidência dos ex-internos do sistema ao crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, a LEP (1984) prevê que o Estado deve fornecer educação regular e também profissionalizante aos detentos, devendo o ensino fundamental ser compulsório dentro do sistema. O que, na prática, não acontece. Ainda de acordo com o Infopen (BRASIL, 2016), 12% dos detentos brasileiros estão envolvidos em algum tipo de atividade educacional, entre aquelas de ensino escolar e atividades complementares. O estado do Ceará aparece no relatório com uma taxa de 7% da população carcerária regularmente matriculada em atividades desse tipo.

Além do ensino, a oferta de trabalho aos internos também é uma promessa não cumprida da LEP (1984), que afirma que ainda que não seja enquadrado no regime das Leis do Trabalho, o labor da pessoa privada de liberdade tem finalidade educativa e produtiva, devendo ser remunerado, e não pode ser inferior a três quartos do salário mínimo. Contudo, há pouca oferta de trabalho no ambiente prisional e, até 2016, apenas 15% dos internos trabalhavam durante o cumprimento da pena (BRASIL, 2016).

O cenário cearense não apresenta estatísticas menos alarmantes. O estado aparece no mesmo relatório como a segunda federação de maior taxa de ocupação em julho de 2016, com taxa de 309,2%. Já de acordo com o boletim de informações penitenciárias divulgado pelo Núcleo de Estatística, Informações Penitenciárias e Segurança Tecnológica (CEARÁ, 2017a), o sistema penitenciário cearense encerrou o ano de 2017 com um total de 27.647 indivíduos, entre presos provisórios e condenados, e pessoas em regime fechado, semiaberto e aberto, o que significa um acréscimo de 13% em relação ao ano anterior.

Ao final do ano de 2017, o estado contava com 14 unidades prisionais além de 2 complexos hospitalares, todos atuando com superlotação, com exceção do Hospital Geral e Sanatório Penal Professor Otávio Lobo, como demonstra a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Unidades prisionais do Estado do Ceará

(continua)			
<b>Unidade</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Total</b>	<b>Excedente</b>
Unidade Prisional Adalberto de Oliveira Barros – UPCT (Caucaia)	864	1.421	64,5%
Centro de Triagem e Observação Criminológica (Caucaia)	376	394	4,8%
Unidade Prisional Agente Luciano Andrade Lima – UPALAL (Itaitinga)	900	1556	73%
Casa de Privação Provisória de Liberdade Prof. Clodoaldo Pinto – CPPL2 (Itaitinga)	944	1067	13%
Casa de Privação Provisória de Liberdade Prof. Jucá Neto – CPPL3 (Itaitinga)	944	1330	41%
Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva – CPPL4 (Itaitinga)	944	1941	105%
Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne – Cepis (Itaitinga)	1016	2000	97%
Instituto Penal Feminino Des <sup>a</sup> . Auri Moura Costa – IPF (Itaitinga)	374	914	144%
Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo – PFHVA (Pacatuba)	525	574	9%
Instituto Penal Prof. Olavo Oliveira II – IPPOO2 (Itaitinga)	492	1067	116%
Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes – UP Irmã Imelda (Itaitinga)	140	157	12%
UPPISA	600	854	42%
Penitenciária Industrial Regional do Cariri – PIRC	549	733	33%

Tabela 1 – Unidades prisionais do Estado do Ceará

(conclusão)			
<b>Unidade</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Total</b>	<b>Excedente</b>
Penitenciária Industrial Regional de Sobral – PIRS	500	564	12%
Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes (Itaitinga)	120	126	5%
Hospital Geral e Sanatório Penal Professor Otávio Lobo (Itaitinga)	33	31	-6%

Fonte: Elaborado pela autora a partir das estatísticas do sistema penitenciário cearense (CEARÁ, 2017a).

Já em relação aos projetos de ressocialização, 85,7% dos detentos cearenses afirmaram no censo de 2014 que nunca exerceram qualquer tipo de atividade laboral na prisão, ao mesmo tempo em que apenas 1,1% concluiu algum tipo de ação educacional durante o período de cumprimento de pena (CEARÁ, 2014).

A partir desses números, é possível inferir que a ociosidade ainda é uma realidade dentro dos presídios brasileiros e que o suporte institucional oferecido pelo estado parece não dar conta de grande parcela dos encarcerados. O próprio censo estadual conclui demonstrando a condição precária da situação carcerária e alerta para a necessidade de projetos que efetivamente promovam a reinserção de detentos à sociedade. Iniciativas ainda incipientes são encontradas no estado e serão apresentadas a seguir.

## **2.4 Projetos de fomento ao empreendedorismo no cárcere no Estado do Ceará**

Esta seção trata sobre iniciativas públicas e privadas de fomento ao empreendedorismo em ambiente de cárcere, implementadas no estado do Ceará. Dividida em duas subseções, a primeira apresenta os suportes governamentais divulgados pelo Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE<sup>2</sup>: Projeto Querer, Vivendo e Empreendendo e Projeto Kiteiras Grants. Já a segunda trata do Projeto Fábrica Escola, financiado por recursos privados.

### ***2.4.1 Projetos governamentais***

A administração do sistema penitenciário do Ceará compete à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado. De acordo com a SEJUS-CE (CEARÁ, 2018), sua missão institucional é promover o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos humanos inalienáveis da pessoa humana. Dessa forma, cabe à secretaria, por meio da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso (Cispe), buscar a garantia da reinserção social de detentos e ex-detentos do sistema prisional cearense, atuando em três frentes principais: educação profissionalizante, inserção no mercado de trabalho e fomento ao empreendedorismo.

A secretaria implementa programas de ressocialização em diferentes áreas, tais como o Cores da Liberdade, que capacita detentos para trabalhar com pintura; Mãos que

---

<sup>2</sup> Informação do Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE, solicitada por meio do acesso à informação pública do site da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

Constroem, que emprega internos na área da construção civil em obras públicas do estado; o Plantando o Amanhã, que oferece capacitação em jardinagem para indivíduos do regime aberto e semiaberto, além de programas focados de forma específica no empreendedorismo, como o Projeto Querer, o Vivendo e Empreendendo e o “Kiteiras Grants”.

O Projeto Querer – Qualificar e Empreender para Recomeçar surgiu em maio de 2014 como uma iniciativa para oferecer, por meio da educação empreendedora, uma oportunidade de reintegração dos detentos à sociedade. Com parceiros como o Sebrae-CE e o Senac-CE, visa estimular o empreendedorismo, oferecendo uma alternativa para que, ao cumprirem a pena, possam ser donos do seu próprio negócio.

De acordo com dados do projeto disponibilizados pelo analista do Sebrae-CE em entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2017, os objetivos do Querer são: oferecer capacitação profissional aos detentos, estimular a cultura da cooperação e associativismo entre eles, fomento do empreendedorismo, geração de ocupação e renda, inserção no mercado de trabalho, fornecer acesso ao crédito e reintegração dos egressos à sociedade.

As capacitações ministradas pelo Senac-CE e Sebrae-CE englobam a qualificação técnica nos segmentos de estética, artesanato e também o desenvolvimento do perfil empreendedor dos participantes. A programação de curso teve pequenas alterações entre os anos, mas o Senac oferece basicamente cursos na área de beleza, estética e artesanato, tais como: assistente de cabelereiro (280 horas/aula), maquiador (180 horas/aula), artesão em bordado a mão (160 horas/aula), patchwork (160 horas/aula), depilador (180 horas/aula) e manicure e pedicure (160 horas/aula)

Já o Sebrae-CE fica responsável pelo fomento do perfil empreendedor dos participantes e oferece capacitações na área de empreendedorismo e gestão, a saber:

- 1) Oficinas do SEI (Sebrae Microempreendedor Individual), um programa composto por temas básicos para gestão e fortalecimento dos negócios de novos empreendedores;
- 2) Palestras sobre gestão (Liderança Positiva, Inteligência Emocional, Atendimento ao Cliente, Motive-se para o sucesso e Micro Empreendedor Individual);
- 3) Oficina sobre elaboração do Plano de Negócios;
- 4) 120 horas de consultoria para acompanhamento na produção do plano (que acontece após o período de privação de liberdade).

No ano de seu lançamento, em 2014, foram oferecidas 90 vagas para detentas do Instituto Feminino Desembargador Auri Moura Costa (IPF), a única penitenciária para

mulheres do estado. Ao final do ano, 49 alunas foram aprovadas, receberam seus certificados e foram habilitadas para dar continuidade ao processo fora da unidade por meio de acolhimento fornecido pela Cispe, da construção do plano de negócios junto ao Sebrae e do financiamento do Crediamigo do Banco do Nordeste. Ainda de acordo com entrevista realizada com o analista do Sebrae-CE, no primeiro ano, das 49 concludentes, apenas três egressas participaram da etapa final junto ao Sebrae.

Já no ano de 2015, das 80 vagas oferecidas no IPF, 46 detentas conseguiram concluir o curso e receber a certificação. O bom resultado ampliou os trabalhos para a penitenciária masculina ainda em 2015, e a primeira turma reuniu 80 internos do Instituto Penal Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II), em Itaitinga, seguindo os mesmos moldes da unidade feminina. Os alunos foram capacitados com cursos de Cabeleireiro Assistente (200 horas/aula) e de Maquiador (160 horas/aula) ministrados pelo Senac-CE, além da capacitação em empreendedorismo, conferida pelo Sebrae-CE.

O Querer teve continuidade e, em novembro de 2015, foi reforçado pelo lançamento do projeto Vivendo e Empreendendo. De acordo com o Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE<sup>3</sup>, o projeto tem como objetivo apresentar novas oportunidades de vida aos egressos por meio da cessão de carrinhos de lanche munidos de instrumentos de produção de batata frita, milho cozido, pipoca, espetinhos, tapioca e salgados.

O projeto funciona por meio de um pacto de cooperação entre a Sejus-CE e Prefeitura de Fortaleza, que realiza a expedição de alvarás para atividade regular dos equipamentos (renovado a cada seis meses caso não haja irregularidades). Os beneficiados por este projeto participam de cursos na área de manipulação de alimentos e de empreendedorismo, a cargo da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; além de cursos de produção de salgados oferecidos pelo Senac-CE.

Ademais, um ponto importante do Vivendo e Empreendendo é que são promovidos encontros periódicos durante os primeiros meses após a entrega do carrinho, de forma a possibilitar a troca de experiência entre os egressos e solucionar possíveis dificuldades no processo de implantação do novo negócio. Ainda de acordo com dados oficiais disponibilizados

---

<sup>3</sup> Informação do Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE, solicitada por meio do acesso à informação pública do site da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

pelo Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE<sup>4</sup>, 89 egressos já foram beneficiados por esta iniciativa.

Já o “Kiteiras Grants” é uma parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a empresa Danone, o Fundo Danone Ecosysteme<sup>5</sup> e a Aliança Empreendedora<sup>6</sup>, que tem como objetivo a distribuição de produtos lácteos, a fim de serem revendidos por egressos do sistema penitenciário do estado do Ceará e seus familiares. Os participantes do projeto recebem treinamento e capacitação para atuar como revendedores de produtos lácteos da Danone. De acordo com o Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE<sup>7</sup>, são 13 o número de egressos beneficiados com esta iniciativa.

Os três projetos descritos nesta seção fazem parte de um esforço da Coordenadoria de Inclusão do Preso e do Egresso da Sejus-CE de promover uma política de geração de renda para egressos trabalharem de forma autônoma, mitigando a dificuldade de inserção no mercado de trabalho a uma população estigmatizada como “ex-presidiários”.

#### ***2.4.2 Projetos da iniciativa privada***

O Projeto Fábrica Escola foi inaugurado em abril de 2013 a partir de uma parceria entre a Fundação Deusmar Queirós e a Universidade Estadual do Ceará. De acordo com entrevista realizada em abril de 2018 (APÊNDICE B), com o presidente executivo e gestor da instituição, Prof. Vicente Pereira, o projeto que tem como missão institucional “Ressocializar apenas do regime semiaberto, aberto, egressos do sistema penitenciário do Estado do Ceará e seus familiares com humanismo, disciplina e trabalho”.

A iniciativa recebe os apenados encaminhados pelo Poder Judiciário para o cumprimento de penas alternativas na instituição por um período que pode chegar a dois anos. Além do apenado, o projeto atende ainda seus familiares, visando dar suporte a todo o núcleo familiar no processo de reintegração do ex-detento à sociedade.

---

<sup>4</sup> Informação do Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE, solicitada por meio do acesso à informação pública do site da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

<sup>5</sup> O Fundo Danone Ecosystem foi criado em 2009, com o intuito de apoiar iniciativas de longo prazo, lideradas pelos ecossistemas locais, que pudessem impactar positivamente as áreas sociais, ambientais e comerciais. Até o momento, este fundo já impulsionou a criação de 63 projetos em 28 países.

<sup>6</sup> Aliança Empreendedora é uma ONG fundada em Curitiba (PR) em 2005 com o objetivo de oferecer a microempreendedores de baixa renda e grupos produtivos comunitários de todos os setores e idades o apoio de que eles necessitam para desenvolver os seus negócios.

<sup>7</sup> Informação do Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE, solicitada por meio do acesso à informação pública do site da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

Os participantes do projeto possuem uma carga horária de atividades de onze horas por dia, de segunda a sexta, e um expediente de um turno aos sábados, com direito a uma bolsa salário (3/4 do salário mínimo), três refeições diárias além de dois lanches simples, vale-transporte e cesta básica. Por fazerem parte do regime aberto ou semiaberto com monitoramento eletrônico, os apenados são obrigados a retornar para seus lares durante o período que não estão no projeto.

A Fábrica Escola tem capacidade para atender 30 apenados de forma direta, com extensão a até nove pessoas da família de forma indireta. Além do apoio pedagógico, psicológico, assistência jurídica e médico-odontológica, há ainda atividades espirituais e de lazer. A partir da vocação profissional dos beneficiados, o projeto oferece capacitação profissional, oficinas de ensino e produção em diversas áreas, sempre com foco no fomento ao empreendedorismo, como afirma o gestor da instituição:

[...] Muitos saem daqui empregados e outros para desenvolver o próprio negócio. Às vezes não é dentro daquilo que foi ensinado aqui, mas ele pegou a base para botar uma bodega, um ponto comercial para vender alimentos. Aqui ele teve noções de higiene, do que é cliente, o que é matéria prima, lucro, o que deve reinvestir no próprio negócio. Com essa base que a gente encontra muitos vendendo fora daqui. Até trazem produtos para botar na nossa loja.

Ainda de acordo com o entrevistado, o programa não conta com nenhum tipo de recurso público e sempre buscou manter-se “apolítico”. Desta forma, conta com uma conjugação de esforços da comunidade empresarial em parceria com o Poder Judiciário e de voluntários civis que doam seu tempo realizando atividades dentro da instituição.

Outra forma de captação de recursos é uma loja própria do projeto, localizada na Av. Dom Manuel, no Centro de Fortaleza, onde acontece a venda dos materiais produzidos sistematicamente pelos apenados durante as oficinas de costura, serigrafia, bijuterias, artesanatos, modelagem de cabaças, produção de vassouras de garrafa PET, artes ecologicamente corretas em madeira e MDF. Além destas atividades, os reeducandos também podem participar de cursos na área de elétrica, informática básica, produção de salgados, bem como de Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Com cinco anos de funcionamento, o presidente executivo comemora os bons resultados obtidos com a metodologia aplicada junto aos reeducandos:

O nosso índice de aproveitamento é muito bom. Isso é muito importante! O índice de perda deles é de 5%. Ou seja, 5% de reincidência, aquele reeducando que na maioria das vezes rompe a tornozeleira, assalta, trafica, a polícia pega e é preso. Esse limite chegou, até agora, graças a Deus, a 5%.

Assim com o Projeto Querer, o Vivendo Empreendedor, o “Kiteiras Grants”, o Projeto Fábrica Escola será panorama para a investigação a que este trabalho realmente se propõe: investigar as crenças preditoras da intenção empreendedora de egressos de penitenciárias do estado do Ceará, tendo como base teórica o comportamento planejado, sobre o qual versa a seção a seguir.

### 3 INTENÇÃO E SEUS PREDITORES

Para uma melhor caracterização desta pesquisa, serão apresentados os modelos teóricos dominantes em relação à intenção empreendedora, com foco em seus preditores, além de um breve levantamento de estudos empíricos na área nos últimos anos.

#### 3.1 Modelos Teóricos Dominantes

O estudo do comportamento volitivo, ou seja, do comportamento intencional que depende de um esforço deliberado do indivíduo, é de grande interesse da área da psicologia social, e existem várias teorias que buscam explicá-lo. Nesta seção serão abordados alguns modelos dominantes com este propósito: A Teoria da Ação Racional de Fishbein e Ajzen (1975) e sua evolução, a Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1991).

##### 3.1.1 A Teoria da Ação Racional

Uma das teorias seminais que tentou explicar o comportamento humano foi a Teoria da Ação Racional (TAR), proposta por Fishbein e Ajzen (1975). A TAR buscou prever os antecedentes do comportamento volitivo, ou seja, comportamentos que estão sob controle da vontade pessoal do indivíduo. De acordo com a teoria, o sujeito se comporta de maneira racional e avalia as consequências de suas ações.

Destarte, para Fishbein e Ajzen (1975) a intenção de uma pessoa realizar ou não um comportamento é o determinante da ação, visto que as pessoas agem conforme suas intenções, que resultam da natureza pessoal (avaliação individual sobre implementar o comportamento) e da influência social (percepção do indivíduo sobre as pressões exercidas por terceiros).

A TAR destaca que a atitude do indivíduo é apenas um dos componentes da intenção, real preditora do comportamento. Assim, os antecedentes do comportamento volitivo previsto pela TAR são:

- 1) Variáveis externas (demográficas, personalidade, atitudes gerais entre outras);
- 2) Crenças comportamentais (avaliação das consequências) / atitude;
- 3) Crenças normativas (motivação para concordar) / normas subjetivas;
- 4) Intenção;

Moutinho e Roazzi (2010) explicam que as variáveis externas estão relacionadas aos traços de comportamento, às atitudes gerais relacionadas a outras pessoas e instituições, bem como às variáveis demográficas. As autoras salientam que tais variáveis podem interferir no comportamento do indivíduo, mas apenas de forma indireta. Por exemplo, o nível de escolaridade de uma pessoa pode afetar seus comportamentos, porém, não o faria de forma consistente e contínua. Isso acontece porque uma variável externa pode influenciar um determinado comportamento apenas durante um período específico de tempo, ou poderia estar relacionada apenas a um comportamento de forma isolada e não a outros (FISHBEIN; AJZEN, 1975).

A TAR também apresenta como bases conceituais as crenças; determinantes das intenções e dos comportamentos. Para Ajzen e Fishben (1975), as crenças representam as informações que o sujeito possui sobre um objeto, ou seja, relacionam um objeto a um atributo. Na teoria elas surgem divididas em dois blocos: crenças comportamentais, diretamente ligadas à atitude, e crenças normativas, relacionadas às normas subjetivas.

De acordo com a teoria, as atitudes são avaliações (positivas ou negativas) construídas a partir da força das crenças que o indivíduo possui sobre um comportamento (crenças comportamentais) e da avaliação positiva ou negativa que o indivíduo faz sobre as consequências de tal comportamento (avaliação das consequências).

Já as normas subjetivas estão relacionadas à influência social, ou seja, à percepção do indivíduo sobre as pressões sociais exercidas para que ele execute ou não tal comportamento (AJZEN; FISHBEIN, 1975). Ainda de acordo com a TAR, tais normas são determinadas pelas crenças normativas, pelos referentes que exercem uma pressão social (família, amigos, colegas de trabalho etc) e pela motivação do indivíduo em concordar com estes referentes (MOUTINHO; ROAZZI, 2010).

De forma geral, a TAR postula que, ao se tratar de comportamentos volitivos, os seres humanos agem de acordo com suas intenções, levando em consideração suas crenças pessoais e a influência social. Tal teoria tem sido verificada e revista em inúmeros estudos desde sua criação (MOUTINHO; ROAZZI, 2010), porém, seu legado foi fonte de inspiração para novos modelos adaptados, entre os quais se destaca a Teoria do Comportamento Planejado, de Ajzen (1991).

### 3.1.2 A Teoria do Comportamento Planejado

Ao desenvolver a Teoria do Comportamento Planejado, Ajzen (1991) manteve o princípio de que o comportamento é determinado pela intenção do indivíduo a agir. Porém, incorporou mais uma variável à TAR, além das crenças, da atitude e das normas subjetivas. Variável esta que o autor denominou de controle comportamental percebido, diretamente relacionada aos hábitos do indivíduo (ações realizadas no passado) e sua capacidade de controle da ação.

De acordo com essa teoria, a intenção de realizar um comportamento depende, além de sua atitude e das normas subjetivas, da percepção que este tem sobre sua capacidade de realizá-lo, ou seja, suas crenças sobre os fatores que possam facilitar ou dificultar a execução do comportamento (AJZEN, 1991; MOUTINHO; ROAZZI, 2010).

Assim, para Ajzen (1991) o comportamento humano passa a ser guiado por três, e não mais por dois tipos de crenças (AJZEN, 2011; JANNUZZI *et al.*, 2014; SILVEIRA; MAIA, 2015), a saber:

- a) Crenças Comportamentais: referem-se à avaliação dos resultados de determinando comportamento, pois o mesmo provoca atitude favorável ou desfavorável a sua realização.
- b) Crenças Normativas: envolvem expectativas normativas de outros indivíduos, uma vez que família, amigos e grupos de referência exercem pressão social sobre o indivíduo que tende a agir em conformidade com as expectativas sociais e com sua motivação social;
- c) Crenças de Controle Percebido: compreende a existência de elementos que podem facilitar ou inibir a realização do comportamento, já que os indivíduos tendem a ponderar sobre fatores que interferem de forma positiva ou negativa, no desenvolvimento do seu comportamento.

Para Ajzen e Fishbein (1975) a construção das crenças é um fenômeno complexo que envolve a observação direta de determinado objeto/atributo e uso de sistemas de codificações formais que compreendem regras de lógicas que permitem formações de crenças sobre eventos ainda não observados. Nessa esteira, as crenças podem ser definidas como a possibilidade subjetiva da relação entre o objeto e algum outro valor, conceito ou atributo.

Partindo da TAR (FISHBEIN; AJZEN, 1975), a inserção da variável controle percebido se baseia na ideia de que, se o sujeito possui uma maior percepção de controle, carrega também uma maior probabilidade de que o comportamento possa ser realizado com

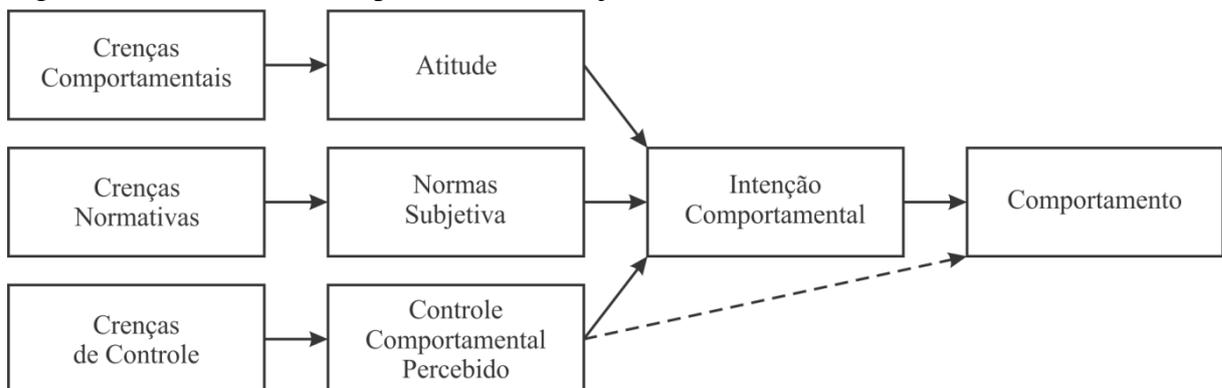
sucesso. Moutinho e Roazzi (2010) atestam a teoria tratando do exemplo de pessoas que não conseguiram parar de fumar na primeira tentativa e atribuem o fato à dificuldade de se conseguir controlar o comportamento, e afirmam que as experiências passadas podem ser capazes de melhorar tentativas futuras.

Nesse sentido, a TCP é alicerçada por três constructos fundamentais que precedem a intenção comportamental dos indivíduos (AJZEN, 1991):

- 1) A atitude, que consiste na avaliação positiva ou negativa a respeito do comportamento;
- 2) As normas subjetivas, que compreendem a percepção do indivíduo sobre opinião da comunidade que o rodeia a respeito do comportamento em si;
- 3) O controle comportamental percebido, que é a percepção do sujeito sobre sua própria capacidade de realizar o comportamento.

O diagrama (Figura 1) a seguir reúne todos estes elementos na tentativa de ilustrar a TCP de forma resumida:

Figura 1 – A Teoria do Comportamento Planejado e suas variáveis



Fonte: Adaptada de Ajzen (1991).

Por meio da figura é possível perceber que cada um dos três determinantes é formado por suas respectivas crenças predictoras, que funcionam como ponto inicial da realização do comportamento volitivo. Nessa esteira, D'Amorim (2000) declara que as crenças influenciam na predição da intenção à medida em que refletem informações acumuladas na história de vida do indivíduo, auxiliando-o a inferir as razões pelas quais ele deve ou não realizar o comportamento.

Já para Bamberg, Ajzen e Schmidt (2003), as crenças são concebidas por meio de associação positiva ou negativa, que resultam em atitudes favoráveis ou desfavoráveis a atributos ou ações. Dessa forma, as crenças são os fatores iniciais que induzem o indivíduo a

realizar ou não um determinado comportamento. Silveira e Maia (2015) complementam afirmando que as crenças refletem uma série de informações acumuladas pelo indivíduo no decorrer de sua vida, ajudando-o a inferir as razões para executar ou não determinada ação.

Importante salientar que Ajzen (2011) declara que as crenças comportamentais, normativas e de controle percebido são concebidas de forma racional, e refletem a informação que o indivíduo detém em relação a um comportamento específico, mesmo que tal informação seja imprecisa ou que não reflita a realidade.

Outro aspecto relevante é que uma pessoa pode ter uma grande quantidade de crenças a respeito de cada objeto ou comportamento, mas nem todas elas são salientes em todas as fases da vida (AJZEN; FISHBEN, 1975; AJZEN, 1991; ARMITAGE; CONNER, 2001). Ou seja, em um dado momento, um número restrito de crenças se torna proeminente, sendo decisivo para a intenção de efetivar qualquer comportamento volitivo. Nesta esteira, o comportamento empreendedor segue esta mesma lógica, partindo do pressuposto que iniciar um novo negócio é uma ação que exige um esforço minimamente deliberado dos indivíduos.

Desta maneira, a TCP pode ser o ponto de partida para entender a intenção empreendedora dos indivíduos e é utilizada com frequência como base teórica em diversas pesquisas que buscam investigar os preditores da intenção empreendedora dos indivíduos, como apresentado a seguir.

### **3.2 Preditores da Intenção Empreendedora**

De acordo com a literatura, a intenção pode ser considerada um bom determinante do comportamento humano (THURSTONE, 1928; AJZEN; FISHBEIN, 1975; AJZEN, 1991; RODRIGUES, 2009). Há autores que acreditam que a intenção é o último nível que antecede efetivamente a ação. Para Ajzen (1991), a intenção compreende os fatores motivacionais que predizem e influenciam o comportamento, sendo um indicador de quão forte é a vontade do indivíduo de implementá-lo. Ou seja, quanto mais forte a intenção, mais propenso a realizar o comportamento este indivíduo estará.

Quando se trata da intenção de abrir um negócio próprio, Shane e Venkataraman (2000) afirmam que há uma lacuna teórica que impede o progresso da pesquisa no campo do empreendedorismo. Thompson (2009) corrobora e explica que a intenção empreendedora individual é o ponto de partida para pesquisas da área de empreendedorismo, mas alerta que não há uma definição consistente para o termo e nem uma maneira confiável de mensurá-la.

No dicionário brasileiro da língua portuguesa o termo intenção quer dizer “aquilo que se pretende fazer, o que se almeja, intento, propósito”. O uso corriqueiro das palavras “intenção” e “empreendedor” talvez transpareça a falsa impressão de que o termo intenção empreendedora já seja suficientemente claro, dispensando uma definição formal, mas se faz necessário salientar sutilezas sobre o tema. Nesta investigação considera-se então que, assim como para Thompson (2009), a intenção empreendedora é a convicção de um indivíduo que planeja de forma volitiva ter sua empresa no futuro, podendo ser algo iminente, indeterminado ou que nunca chegue a acontecer em função de fatores pessoais ou ambientais.

Desta forma, esta pesquisa, seguindo os preceitos de Ajzen (1991), entende que a intenção empreendedora é a etapa final antes da execução do comportamento empreendedor e se dedica a investigar os seus antecessores em um público específico, os egressos de penitenciárias cearenses. Outros autores já se dedicaram à investigação empírica da intenção empreendedora e dos seus antecedentes, como descrito no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Estudos empíricos sobre preditores da intenção empreendedora

(continua)

<b>Autor(es)</b>	<b>Público pesquisado</b>	<b>Preditores analisados</b>
Carvalho, González (2006)	481 estudantes universitários da área de ciências empresariais e ciências tecnológicas	Antecedentes Pessoais Conhecimentos empresariais Motivações empreendedoras Autoeficácia empreendedora Envolvente Institucional
Guerrero, Rialp, Urbano (2008)	719 estudantes universitários da Catalunha e de Barcelona.	Desejabilidade Percebida Viabilidade Percebida Credibilidade
Linã, Chen (2009)	533 estudantes de diversas áreas da Espanha e Taiwan	Capital humano e outras variáveis demográficas Atitude Pessoal Norma Subjetiva Percepção de Controle de Comportamento
Izquierdo, Buelens (2011)	236 estudantes de um curso de empreendedorismo	Percepção de competências individuais Atitude em relação ao empreendedorismo Antecedentes do estudante Autoeficácia empreendedora
Fontenele, Brasil, Sousa (2012)	109 discentes em um centro federal de ensino	Antecedentes pessoais Competências empresariais Ambiente institucional Necessidade de independência Autoeficácia empreendedora
Yurtkoru, Kuscu, Doganay (2014)	425 estudantes de Administração, Economia e Administração de universidades públicas e privadas de Istambul - Turquia	Suporte Educacional e Estrutural Atitude Pessoal Normas subjetivas Percepção de Controle do Comportamento
Osório, Roldán (2015)	643 estudantes de escolas do ensino médio público e privado na Colômbia	Contato prévio com atividades de empreendedorismo Atitude pessoal (Relação com a Conveniência) Normas Subjetivas Controle comportamental percebido

Quadro 1 – Estudos empíricos sobre preditores da intenção empreendedora

(conclusão)

<b>Autor(es)</b>	<b>Público pesquisado</b>	<b>Preditores analisados</b>
Chamorro, González e Castellano (2015)	14 especialistas 51 estudantes	Familiares Normas sociais Valores sobre o empreendedorismo Captação de recursos
Lima <i>et al.</i> (2015)	12.604 estudantes empreendedores	Autoeficácia Educação empreendedora no ensino superior
Costa, Mares (2016)	118 estudantes da disciplina de empreendedorismo de uma faculdade de Administração em Setubal, Portugal.	Atitude pessoal Normas subjetivas Controle comportamental percebido Gênero e Idade Experiência profissional anterior Experiência anterior como autônomo
Lima <i>et al.</i> (2016)	242 discentes de economia e administração Universidade Federal do Ceará – Brasil.	Conhecimento e experiência com empreendedorismo Percepção empreendedora Estímulo Instituição de Ensino Superior
Paiva, Luis Eduardo Brandão <i>et al.</i> (2017)	400 estudantes universitários (amostra brasileira e portuguesa)	Orientação à sustentabilidade e a inovação Experiência profissional País de origem Familiares próximos empreendedores
Kruger e Minello (2017)	600 discentes de graduação da Universidade Federal de Santa Maria	Disciplinas relacionadas ao empreendedorismo Experiência profissional Atitude empreendedora
Cavazos-Arroyo, Puente-Díaz, Agarwal (2017)	745 residentes de baixa renda do México (análise da intenção empreendedora social)	Visão Social e Valores Sustentáveis Interesse por retornos financeiros Orientação à inovação social Atitude empreendedora social Normas subjetivas Autoeficácia empreendedora social
Moraes <i>et al.</i> (2018)	287 estudantes universitários	Autoeficácia. Ambiente universitário Atitude em relação a assumir riscos

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos autores citados (2018).

Importante salientar que todos os estudos acima utilizaram a metodologia de pesquisa quantitativa em suas análises. Além disso, grande parte dos estudos expostos utilizam constructos baseados na Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1991), sendo possível perceber também uma hegemonia de investigações focadas no público discente.

Fontenelle, Brasil e Sousa (2012) realizaram um estudo sobre os preditores determinantes da intenção empreendedora de 109 discentes de um centro federal de ensino, buscando analisar a influência dos antecedentes pessoais, da autoeficácia, das competências empresariais, da busca por independência e do ambiente institucional. Como resultado, os preditores mais significantes foram a busca por independência e a autoeficácia empreendedora.

Yurtkoru, Kuscu e Doganay (2014) criaram e validaram um modelo que buscava identificar o impacto de fatores contextuais e relacionais na intenção empreendedora de universitários na Turquia. Para os autores, são dois os fatores contextuais: o suporte educacional (conhecimentos gerais sobre o empreendedorismo) e o suporte institucional (relacionado às

políticas públicas e apoios que a sociedade fornece para o fomento do empreendedorismo), ambos considerados antecedentes da atitude e do controle comportamental percebido. O modelo foi testado com 425 discentes e, de acordo com os autores, fornece implicações relevantes para a elaboração de políticas públicas e educadores.

Ao investigar a intenção empreendedora de estudantes de ensino médio na Colômbia, Osório e Roldán (2015) afirmam que a TCP foi amplamente utilizada para avaliar a intenção empreendedora de estudantes em diferentes culturas. O estudo, baseado na TCP, concluiu que a intenção empresarial dos jovens docentes é determinada pela atitude pessoal e pela percepção de controle comportamental, por meio de crenças sobre a conveniência de desenvolver o próprio negócio.

Lima *et al.* (2016), em uma pesquisa quantitativa realizada com estudantes de uma universidade pública cearense, pontuam que a pesquisa acerca da intenção empreendedora adota com frequência os determinantes geográficos, psicológicos e contextuais. Buscando expandir esta análise, os autores estabeleceram a relevância de outros determinantes: a experiência e o conhecimento a respeito do processo empreendedor, as crenças sobre o empreendedorismo e sobre a imagem do empreendedor e, por fim, o estímulo promovido ao empreendedorismo pelas instituições de ensino.

Na Colômbia, Chamorro, González e Castellano (2015) desenvolveram um instrumento para identificar os fatores que influenciam a intenção de estudantes universitários do último semestre de abrirem suas próprias empresas. Os autores se pautaram em uma revisão de literatura sobre a TCP e validaram o questionário por meio da opinião de 14 especialistas e 51 estudantes. Como resultado, o questionário possui aspectos pessoais e familiares, normas sociais, imagem e valores, crenças, aspectos que motivam e impedem a criação de empresas e questões sobre a captação de recursos.

Lima *et al.* (2015) realizaram uma *survey* complementada por uma revisão de literatura com base na Teoria do Comportamento Planejado com foco em estudantes brasileiros que possuíam intenção de colocar seus próprios negócios. A amostra da pesquisa quantitativa foi formada por 12.604 estudantes empreendedores e concluiu que a intenção dos estudantes de colocar um negócio e a crença em sua autoeficácia de empreender com sucesso (*self-efficacy*) são indiferentes ao fato de terem contato com a educação empreendedora no ensino superior. Em contrapartida, foi detectada relação significativa e positiva quanto a intenção de empreender e a demanda por educação empreendedora, sugerindo a necessidade de melhoria na educação superior em empreendedorismo no Brasil.

Kruger e Minello (2017) investigaram um grupo de 600 discentes de graduação da Universidade Federal de Santa Maria, analisando a atitude empreendedora definida com base na TCP, como a predisposição aprendida a atuar ou não de forma empreendedora. Em um estudo quantitativo os autores analisaram o comportamento dos alunos e concluíram que os concludentes de disciplinas relacionadas ao empreendedorismo e os que trabalhavam no mercado possuíam uma atitude empreendedora superior em detrimento dos demais.

Moraes *et al.* (2018) examinaram os efeitos das características empreendedoras e do ambiente acadêmico na intenção empreendedora do discente universitário e conseguiram desenvolver e validar um modelo com os influenciadores diretos da intenção empreendedora deste público. Com base na TCP e a partir de uma pesquisa quantitativa com 287 estudantes, os autores indicaram que os maiores influenciadores são: o ambiente universitário, a atitude em relação a assumir riscos e a pela crença de autoeficácia.

A partir da revisão de literatura é possível perceber a relevância da Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1991) em estudos relacionados aos preditores do empreendedorismo e, de forma simultânea, a lacuna de estudos que busquem investigar de forma qualitativa esses aspectos. Destarte, esta pesquisa assume este propósito e visa investigar as crenças acerca da intenção empreendedora de egressos de penitenciárias cearenses, público à margem dessa temática, de acordo com os aspectos metodológicos descritos a seguir.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia refere-se à maneira pela qual a pesquisa será desenvolvida, a fim de que se responda a questão central da investigação, bem como sejam alcançados os objetivos propostos no trabalho. Segundo Minayo (2011, p. 14),

[...] inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

Esta seção apresenta então, os procedimentos pelos quais a pesquisa será implementada para que os objetivos da investigação sejam atingidos. Serão pontuadas a concepção filosófica e a classificação da pesquisa, a definição do grupo de sujeitos, bem como os detalhes sobre a elaboração do instrumento de coleta de dados.

### 4.1 Tipologia da pesquisa

A partir da definição do problema de pesquisa “Como a possibilidade de abrir um negócio próprio é percebida por egressos de penitenciárias cearenses?”, o design escolhido para esta investigação tem suas bases na fenomenologia, configurando-se em uma pesquisa bibliográfica e de campo, do tipo exploratória descritiva, segundo os critérios de Gray (2012).

A estratégia de investigação denominada fenomenologia sustenta que a pesquisa que busca entender a realidade social deve ser baseada nas experiências dos indivíduos com essa realidade. Ou seja, a fenomenologia prega que o pesquisador precisa deixar de lado o conhecimento prévio dos fenômenos e examinar a experiência imediata com eles para que novos sentidos venham à tona (GRAY, 2012). Dentro desta abordagem, os fenômenos devem “falar por si só” sem serem adulterados por noções preconcebidas. Ainda de acordo com o autor, esta abordagem busca encontrar a lógica interna do sujeito, atribuindo valor não só à interpretação feita pelo pesquisador, mas também à interpretação dos próprios pesquisados.

Tenta-se evitar que os preconceitos dos pesquisadores imponham viés aos dados. A chave está em captar a experiência subjetiva do sujeito, às vezes tentando se colocar em seu lugar. Assim, a fenomenologia se torna uma exploração por meio da experiência pessoal, de entendimentos culturais predominantes. (GRAY, 2012, p. 25).

No que se refere ao propósito da pesquisa, Gray (2012) indica a possibilidade de classificá-las como Estudos Exploratórios (pesquisa inicial, superficial e que fornece uma visão geral sobre o objeto), Estudos Descritivos (descreve como um fenômeno ocorre), Estudos

Explicativos (dispõe a explicar e examinar informações descritivas), Estudos Interpretativos (que exploram as experiências pessoais e suas percepções sobre elas).

Nessa esteira, este trabalho pode ser caracterizado como exploratório, por se tratar de um levantamento inicial e que fornece uma visão geral sobre o objeto, não se propondo a ser conclusivo. Caracteriza-se ainda como uma pesquisa descritiva, cujo objetivo é descrever como um fenômeno ocorre. Gray (2012) afirma que tais modelos de pesquisa podem ser utilizados de maneira complementar, enquanto Sampieri, Collado e Lúcio (2013) corroboram ao assegurar que nenhuma dessas metodologias é superior ou excludente à outra, exemplificando que, mesmo que um estudo seja em essência exploratório, conterá elementos descritivos, e o mesmo ocorre com as outras classificações.

Já Vergara (2009) explica que estudos descritivos expõem características do objeto pesquisado, porém sem a obrigação de explicar o que foi descrito, embora os seus resultados possam ser base para explicações. Dessa forma, as crenças preditoras da intenção empreendedora de egressos de penitenciárias cearenses foram analisadas a partir de dados coletados em entrevistas com os sujeitos, sendo fundamentadas por uma pesquisa bibliográfica acerca da temática do empreendedorismo (GEM, 2017) e da Teoria do Comportamento Planejado (AJZEN, 1991).

Collis e Hussey (2005, p. 73) apontam que a unidade de análise envolve “as variáveis sobre o qual se coletam e analisam os dados”, assim, depreende-se que a unidade de análise desta pesquisa são as crenças preditoras da intenção empreendedora dos egressos. Enquanto a unidade de observação corresponde aos egressos de penitenciárias cearenses, cumprindo penas de regime aberto e semiaberto, bem como aqueles que gozam do direito de relaxamento de prisão. Dessa forma, a pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas com indivíduos que, após um período de encarceramento, ainda permanecem sob custódia do Estado, cumprindo penas alternativas dentro dos regimes especificados anteriormente.

Considerando que a pesquisa qualitativa busca entender um fenômeno social, construído pela interação entre os indivíduos e seu mundo social por meio da análise de certas dimensões que possibilitam um estudo em profundidade da unidade pesquisada (GODOI; MATTOS, 2006; RICHARDSON, 2012), entende-se que essa abordagem era a mais adequada para realização deste estudo.

De acordo com Creswell (2010), o método é uma ferramenta para entender o significado que os indivíduos e os grupos atribuem a um fenômeno social ou humano, em que a análise de dados é elaborada a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações são realizadas pelo pesquisador sobre o significado dos dados.

A abordagem permite ainda certa flexibilidade em sua estrutura. Godoy (1995, p. 21) explica que esta maleabilidade pode permitir novas possibilidades de trabalho: “A abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada; ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”.

Gray (2012, p. 160) acrescenta que, apesar das críticas que ainda permeiam a pesquisa qualitativa quanto à falta de rigor metodológico, ela “tem vantagens sobre a pesquisa quantitativa no sentido de que os pesquisadores estão mais próximos do campo ou dos contextos que estão tentando pesquisar”. Durante o trabalho de campo desta investigação, a interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa foi constante, com o objetivo de compreender de forma mais aprofundada as percepções dos indivíduos no ambiente natural, o que reafirma a adequação da abordagem qualitativa.

Importante salientar que, a partir de um levantamento de estudos anteriores, foi possível identificar uma hegemonia de estudos empíricos quantitativos no que se refere à temática da intenção empreendedora, propiciando oportunidades de investigação com viés qualitativo que pudessem complementar e contribuir para o legado teórico neste campo.

Por fim, este estudo pode ser caracterizado como exploratório e descritivo, pois investigou um fenômeno social, as crenças predictoras da intenção empreendedora de egressos de penitenciárias cearenses, a partir de conceitos teóricos selecionados para pormenorizar o objeto.

## **4.2 Coleta de dados**

Quanto ao procedimento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas em profundidade, por meio de um roteiro semiestruturado para a coleta de dados primários (APÊNDICE A). Tal roteiro foi elaborado a partir do referencial teórico versado e dos objetivos propostos para esta pesquisa.

Para Minayo (2011), a entrevista é um instrumento que tem o propósito de dar voz ao entrevistado, conhecendo o que o indivíduo tem a dizer acerca da temática pesquisada. Já para Gray (2012, p. 299) “Uma entrevista é uma conversa entre duas pessoas, na qual uma cumpre o papel de pesquisador”. O autor complementa que a técnica permite um maior aprofundamento das visões dos respondentes por meio de respostas mais detalhadas por parte do público.

Nessa esteira, por se tratar de um trabalho com indivíduos que estão sob custódia do Estado, optou-se por utilizar a entrevista semiestruturada por ser um método flexível, visto que conseguem manter um tom um pouco mais informal, podendo ser redirecionada em caso de eventuais problemas ou constrangimentos.

[...] O entrevistador tem uma lista de questões e perguntas a ser coberta, mas pode não usar todas elas em cada entrevista. A ordem das questões também pode mudar, dependendo da direção que a entrevista tomar. Na verdade, podem ser feitas perguntas adicionais, inclusive algumas que não tenham sido previstas no início da entrevista [...]. (GRAY, 2012, p. 302).

O grupo de sujeitos foi formado por egressos de penitenciárias cearenses, que após período de reclusão continuam sob custódia do Estado em regime semiaberto, aberto ou em relaxamento de prisão, aguardando julgamento. Ou seja, indivíduos que passaram por um período de encarceramento e que agora estão aguardando julgamento em liberdade ou cumprindo pena a partir das determinações especiais impostas por um juiz, como o uso obrigatório de monitoramento eletrônico individual (tornozeleira), por exemplo.

O campo onde esses indivíduos cumprem suas penas, por vezes, possui uma dinâmica própria com limitações impostas ao pesquisador, tais como: procedimentos de segurança pré-definidos pelas instituições envolvidas, limitações sobre o tempo disponível para a entrevista (visto que os entrevistados sob regime semiaberto possuem atividades diárias obrigatórias das quais não podem se ausentar por muito tempo), acesso a um número limitado de sujeitos a serem pesquisados e sérias dificuldades de acessibilidade que comprometiam a segurança da pesquisadora (duas entrevistas com egressos em regime domiciliar foram desmarcadas pois os próprios entrevistados julgaram arriscada a ida da pesquisadora até suas comunidades). Tais dificuldades serão detalhadas posteriormente ao se tratar das limitações da pesquisa.

Além do grupo de egressos, a pesquisadora realizou entrevistas com representantes da Sejus-CE, do Sebrae-CE e do Projeto Fábrica Escola, a fim de contextualizar as iniciativas de fomento ao empreendedorismo no sistema carcerário cearense, panorama desta investigação: Projeto Querer, Vivendo Empreendendo, Projeto Kiteiras Grants e Projeto Fábrica Escola. Foram entrevistados: um dos agentes responsáveis pelo Projeto Querer na Sejus-CE, o analista técnico do Sebrae-CE encarregado pela pasta do mesmo projeto, o gerente regional do Sebrae-CE e o presidente executivo do Projeto Fábrica Escola. O roteiro utilizado nessas entrevistas, que pode ser visualizado ao final deste documento (APÊNDICE B), tinha como objetivo colher informações sobre os suportes de fomento ao empreendedorismo fornecido por essas instituições no ambiente de privação de liberdade.

A fim de complementar e triangular as informações captadas nas falas desses gestores, a pesquisadora solicitou informações oficiais da Sejus-CE, por meio da Lei de Acesso à Informação, junto ao Sistema de Informação ao Cidadão (SCI), da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará, no que foi prontamente atendida. Ademais, um breve mapeamento dos projetos de empreendedorismo existentes em penitenciárias brasileiras foi feito por meio de uma pesquisa nas *homepages* das secretarias responsáveis pelo sistema penitenciário em cada um dos estados da federação.

Já o roteiro de entrevista do grupo de egressos foi elaborado a partir da TCP (AJZEN, 1991) e dos constructos do GEM (2017), organizado em unidades de análise determinadas de forma a contemplar os cinco objetivos específicos desta pesquisa.

A fim de facilitar o entendimento e a posterior análise de dados, o instrumento foi dividido em três blocos de acordo com as unidades de análise (BARDIN, 2011), a saber:

Quadro 2 – Unidades de análise

Blocos	Categorias de análise	Unidades de Contexto	Base Teórica	Questões
Bloco 1: Obj. Específico 1	Intenção empreendedora e suas motivações	Objetivos para o futuro e suas motivações	GEM (2017)	1.1; 1.2; 1.3
Bloco 2: Obj. Específicos 2,3,4	Crenças Comportamentais	Vantagens	Ajzen (1991)	2; 3; 4;
		Desvantagens		
	Crenças Normativas	Percepções de Terceiros		5; 6;
	Crenças de Controle Percebido	Facilitadores Dificultadores		7; 8; 9;
Bloco 3: Obj. Específico 5	Suporte para o empreendedorismo	Suporte educacional e Suporte estrutural	GEM (2017)	10

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Como o objetivo principal desta pesquisa trata das crenças sobre abrir um negócio próprio de acordo com a TCP de Ajzen (1991), as perguntas do roteiro de entrevista foram elaboradas buscando seguir de forma mais fiel possível às orientações propostas pelo próprio autor para a elaboração de roteiro para investigação de crenças (AJZEN, 2006). O instrumento qualitativo original do autor também tem como base os constructos da TCP (AJZEN, 1991), sendo constituído por 8 questões abertas que investigam as crenças salientes de indivíduos acerca da intenção de começar um comportamento específico, no caso, uma atividade física regular, 3 vezes por semana. O autor detalha como o instrumento deve ser aplicado e orienta que as perguntas deixam o entrevistado livre para responder de forma espontânea cada uma das questões.

Já em relação à sondagem sobre a intenção empreendedora, suas motivações e os suportes recebidos para empreender, as questões foram inspiradas nos constructos utilizados pelo GEM (2017). Os conteúdos foram interpretados e adaptados para a realidade do público

pesquisado, resultando em um roteiro semiestruturado para que pudesse atender aos objetivos específicos desta investigação, podendo ser visualizado na íntegra ao final deste documento (APÊNDICE A).

Constituído por 12 perguntas, o instrumento investiga as principais crenças dos entrevistados acerca da intenção de colocar um negócio próprio. Também foram colhidas informações básicas sobre o perfil sociodemográfico dos respondentes. As referências utilizadas para a elaboração de cada uma das questões e a relação com os objetivos da pesquisa são apresentadas de forma mais detalhada a seguir:

Quadro 3 – Referências para elaboração do questionário (Bloco 1)

<b>Objetivo Específico</b>	<b>Constructos originais GEM (2017)</b>	<b>Questões adaptadas</b>
Investigar a percepção de egressos de penitenciárias cearenses quanto a abrir um negócio próprio e suas motivações;	- Sonhos e objetivos individuais; - Empreendedorismo por necessidade; - Empreendedorismo por oportunidade;	1.1) Quais eram os seus objetivos antes de deixar a penitenciária? 1.2) Quais os seus objetivos para o futuro agora, após a saída? 1.3) O que você imagina fazendo nos próximos anos? Você tem a intenção de colocar um negócio próprio nos próximos anos? Qual seria? Por quê?

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quadro 4 – Referências para elaboração do questionário (Bloco 2)

<b>Objetivo Específico</b>	<b>Questões originais Ajzen (2006)</b>	<b>Questões adaptadas</b>
Analisar as crenças comportamentais de egressos de penitenciárias cearenses, em relação à intenção de abrir o seu próprio negócio;	- Quais as vantagens e desvantagens de você se exercitar pelo menos 20 minutos, 3x por semana pelos próximos três meses? - O que mais vem à sua mente quando você se imagina se exercitando pelo menos 20 minutos, 3x por semana pelos próximos três meses?	2.1) O que vem a sua mente ao imaginar tendo o seu próprio negócio? 2.2) Na sua opinião, quais seriam as vantagens de ter o seu próprio negócio? 2.3) E quais as desvantagens?
Analisar as crenças normativas de egressos de penitenciárias cearenses, em relação à intenção de abrir o seu próprio negócio;	- Liste os indivíduos ou os grupos que aprovariam se você se exercitasse pelo menos 20 minutos, 3x por semana pelos próximos três meses; - Liste os indivíduos ou os grupos que desaprovaram se você se exercitasse pelo menos 20 minutos, 3x por semana pelos próximos três meses;	2.4) O que as pessoas pensariam se você decidisse colocar o seu próprio negócio? 2.5) Que pessoas aprovariam se você decidisse colocar o seu próprio negócio? Quem você acha que desaprovava? Por quê?
Analisar as crenças de controle percebido de egressos de penitenciárias cearenses, em relação à intenção de abrir o seu próprio negócio;	- Liste os fatores ou circunstâncias que tornariam mais fácil você se exercitar pelo menos 20 min, 3x por semana durante os próximos três meses; - Liste os fatores ou circunstâncias que tornariam mais difícil você se exercitar pelo menos 20 min, 3x por semana durante os próximos três meses.	2.6) Como seria se você decidisse colocar um negócio hoje? 2.7) O que facilitaria sua tentativa de colocar um negócio? Por quê? 2.8) O que dificultaria sua tentativa de ter um negócio? Por quê?

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quadro 5 – Referências para elaboração do questionário (Bloco 3)

<b>Objetivo Específico</b>	<b>Constructos originais GEM (2017)</b>	<b>Questões adaptadas</b>
----------------------------	---	---------------------------

Investigar os principais suportes estruturais e educacionais percebidos pelos egressos para a implementação de um novo negócio.	- Condições para empreender no Brasil - Órgãos de apoio ao empreendedorismo	3.1) Você já recebeu algum suporte ou orientação para colocar um negócio? De que tipo? Como você avalia essa orientação? E dentro do sistema?
---	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Importante salientar que durante a primeira semana de abril de 2018 foram realizadas três entrevistas piloto com três egressos para análise e possíveis de melhorias no roteiro. Durante o pré-teste foi possível identificar o tempo médio da entrevista (previsto em 40 minutos), e pequenos ajustes foram feitos de forma a facilitar o entendimento dos sujeitos e minimizar constrangimentos entre pesquisador e entrevistado.

Um dos participantes se recusou a responder à última pergunta sobre o perfil do entrevistado, a respeito do delito cometido que resultou em condenação. A pergunta provocou silêncio seguido de choro da entrevistada, que pediu para não responder, no que foi prontamente atendida. Em função disso, o questionamento foi retirado do roteiro e o dado sobre o delito só foi registrado quando a informação surgiu de forma natural no discurso.

### 4.3 Sujeitos da Pesquisa

Nesta seção será apresentado o perfil do grupo de sujeitos desta investigação, bem como informações complementares sob a condição em que eles se encontram perante a justiça, para melhor entendimento da análise dos dados a posteriori.

Como explicado anteriormente, os sujeitos desta pesquisa são os egressos de penitenciárias do estado do Ceará, mas ainda sob custódia do Estado, cumprindo algum tipo de pena alternativa. Durante o contato com os sujeitos foi possível perceber que o universo onde esses indivíduos estão inseridos, ou seja, o sistema prisional cearense, possui práticas que estão muito além do que o senso comum é capaz de compreender sem um maior aprofundamento em questões legais.

Este trabalho não tem pretensões de caracterizar de forma pormenorizada todas as nuances e termos jurídicos que envolvem a condição dos entrevistados, visto que isto exigiria da pesquisadora, e mesmo do leitor, um conhecimento muito mais aprofundado de conceitos do direito penal, além da realidade brasileira na prática. Porém, para que não haja nenhum equívoco quanto à caracterização dos sujeitos, vale esclarecer algumas expressões e suas aplicações específicas nesta pesquisa específica.

Dessa forma, apenas para efeitos desta investigação, segue abaixo breve explicação sobre os vocábulos utilizados para descrever os sujeitos desta pesquisa:

- **Egresso de penitenciárias cearenses:** o termo se refere ao indivíduo que deixou alguma das unidades prisionais do estado do Ceará após período de privação de liberdade, mas que necessariamente permanece sob custódia do Estado cumprindo pena de regime aberto, semiaberto ou relaxamento de prisão. Desta maneira, essas pessoas são egressas de penitenciárias, mas ainda fazem parte do sistema prisional, pois ainda estão sob custódia do Estado.
- **Entrevistado sob Regime Aberto (ERA):** egresso de penitenciária que cumpre pena em sua própria casa, sem poder deixar o estado, devendo apresentar-se junto à Justiça sempre que determinado (ao que os entrevistados chamam informalmente de “assinar”). O indivíduo não possui limitações de deslocamento durante o dia, mas deve recolher-se a sua residência diariamente a partir das 22h;
- **Entrevistado sob Regime Semiaberto (ESA):** egresso de penitenciária que cumpre pena em casa de custódia determinada pelo juiz, onde obrigatoriamente trabalha e/ou estuda, tendo apenas um dia de descanso. O indivíduo utiliza tornozeleira eletrônica e possui limitações bem restritas de deslocamento (residência/casa de custódia /residência);
- **Entrevistado sob Regime Semiaberto Domiciliar (ERD):** egresso de penitenciária que cumpre pena em sua própria residência, utiliza monitoramento eletrônico com limite mínimo de deslocamento e deve apresentar-se junto à Justiça sempre que determinado;
- **Entrevistado sob Relaxamento de Prisão (ERP):** egresso de penitenciárias que após um período provisório de encarceramento recebeu o benefício de aguardar o julgamento em liberdade. O indivíduo não pode deixar o estado, mas não possui nenhuma outra limitação de deslocamento, visto que não é um condenado da Justiça.

A partir da elucidação dessas terminologias, os sujeitos desta pesquisa foram selecionados de quatro formas distintas:

- a) 7 egressos cumprindo regime semiaberto foram selecionados pela assistente social do Projeto Fábrica Escola de forma aleatória e sem nenhum tipo de intervenção da pesquisadora.

- b) 1 egresso cumprindo regime domiciliar foi convidado diretamente pela pesquisadora a partir de uma indicação de um líder de igreja evangélica a qual a mãe dele frequenta;
- c) 2 egressos cumprindo regime aberto foram convidados diretamente pela pesquisadora, sendo um deles indicado por uma empresa do ramo de construção civil que emprega ex-detentos e o outro, ligado a um projeto de recuperação de dependentes químicos;
- d) 2 egressos gozando de relaxamento de prisão foram indicados por uma voluntária que realiza trabalho social dentro de uma das penitenciárias do estado.
- O Quadro 6 abaixo ilustra todas essas informações.

Quadro 6 – Situação dos sujeitos da pesquisa junto à Justiça

Situação	Julgado e Condenado			Aguardando Julgamento
	Regime Aberto	Regime Semiaberto		Gozando do direito de Relaxamento de Prisão
		Casa de Custódia	Residência	
Deslocamento	Recolhimento domiciliar após às 22h	Apenas para Trabalho e Ensino obrigatórios	Não pode deixar a residência	Não pode deixar o estado
Tornozeleira	Não	Sim	Sim	Não
Quantidade de entrevistados	2	7	1	2

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Para fins de confidencialidade da identidade dos entrevistados, optou-se por nomeá-los de forma codificada de acordo com o regime que cumprem descritos anteriormente: ERA, ESA, ERD e ERP, bem como com números aleatórios, apenas para identificação e sem relação com a ordem das entrevistas. A descrição do perfil dos sujeitos contém apenas informações básicas como idade, gênero, tempo total de pena, além do motivo da condenação, quando informado de maneira espontânea durante a entrevista.

Além disso, a legenda (AGJ) significa “Aguardando Julgamento” e se refere a detentos que estão detidos à espera de decisão judicial. Já o código (N/M) significa que o entrevistado “Não mencionou” tão informação.

O Quadro 7, a seguir, demonstra a caracterização geral dos indivíduos:

Quadro 7 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Sujeito	Gênero	Idade	Escolaridade	Pena	Delito
ESA01	F	43 anos	Superior completo em Filosofia	10 anos	N/M
ESA02	M	34 anos	Superior completo em Informática Superior incompleto em Matemática	11 anos	Assalto*
ERD03	M	25 anos	Superior incompleto em Administração	10 anos	Assalto

ERP04	F	27 anos	Superior incompleto em Finanças	AGJ	Tráfico internacional
ESA05	M	51 anos	Ensino Médio	N/M	Tentativa de homicídio
ESA06	M	22 anos	Ensino Médio	N/M	Assalto
ESA07	M	33 anos	Ensino Médio	9 anos	Assalto
ERP08	F	30 anos	Ensino Médio incompleto	AGJ	Tráfico internacional
ESA09	M	24 anos	Ensino Médio incompleto	3 anos e meio	Assalto
ERA10	M	21 anos	Ensino Fundamental incompleto	2 anos e meio	Assalto
ERA11	M	43 anos	Ensino Fundamental incompleto	Reincidente + 10 anos total	Assalto
ESA12	M	30	Ensino Fundamental incompleto	N/M	Homicídio

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

\* Para fins desta pesquisa o termo “Assalto” está sendo utilizado de acordo com o senso comum.

Dessa forma, o grupo é formado por 12 indivíduos, sendo 3 mulheres e 9 homens. Importante salientar que a quantidade de sujeitos foi determinada de acordo com o critério de saturação, obedecendo aos parâmetros de Thiry-Cherques (2009).

Para o autor, o ponto de saturação em pesquisa qualitativa ocorre quando em um dado momento as observações (entrevistas) não apresentam novas informações, ou seja, passam a não trazer mais nenhum dado que possa ampliar as unidades de análise do objeto investigado (THIRY-CHERQUES, 2009).

A forma de utilização mais comum do critério de saturação é a da aplicação de entrevistas semiestruturadas de forma sequencial, com respostas em aberto. O pesquisador identifica os tipos de resposta e anota as repetições. Quando nenhuma nova informação ou nenhum novo tema é registrado, atingiu-se o ponto de saturação. O esquema de investigação é simples, porém, na prática, apresenta a dificuldade de se fundamentar o critério para cessação do levantamento ou interrupção das entrevistas, isto é, da adequação da amostra. (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 23).

Ele complementa afirmando que não há instrumentos matemáticos ou lógicos de delimitação prévia do ponto de saturação e, por consequência, não existe um número ideal e preciso de observações requeridas. Em contrapartida, a partir de uma revisão da literatura internacional, o autor sugere que a pesquisa contemple um mínimo de 8 observações (correspondente ao mínimo de 6 recomendadas acrescidas de mais 2 para que se confirme a saturação).

No caso específico desta investigação, o ponto de saturação foi percebido na nona entrevista. Obedecendo ao critério de Thiry-Cherques (2009), duas outras observações foram realizadas para confirmação, o que realmente foi atestado após a entrevista de número onze.

Porém, a possibilidade de uma terceira entrevista com uma egressa do gênero feminino (até então só havia duas mulheres no grupo) fez com que a décima segunda fosse realizada, a fim de tornar o conjunto mais heterogêneo.

Todas as entrevistas ocorreram de forma individual, gravadas em áudio após autorização prévia dos participantes, e tiveram em média 35 minutos de duração, resultando em um total de 428 minutos (7 horas e 8 minutos). Os áudios foram posteriormente transcritos, organizados e codificados por meio do *software* Atlas.ti7.

#### **4.4 Aspectos Éticos**

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, a pesquisadora submeteu um projeto de pesquisa, elaborado de acordo com as exigências da Sejus-CE, à autorização junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (CEP-UFC). Apesar de não ter recebido a autorização em tempo hábil para realização do trabalho de campo, a pesquisadora buscou cumprir as recomendações éticas gerais da pesquisa.

Um pré-teste foi realizado para avaliação inicial do instrumento e uma das perguntas foi subtraída a fim de evitar constrangimentos aos entrevistados. No momento das entrevistas foram apresentadas as linhas gerais da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C) foi entregue e detalhado aos participantes. Todas as entrevistas foram realizadas de forma individual e sigilosa após a assinatura do termo pelo participante. Os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012 – (CNS/MS), que trata das pesquisas envolvendo seres humanos.

A pesquisadora se compromete a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados foram coletados por meio de gravação. As informações obtidas serão utilizadas única e exclusivamente para fins acadêmicos e somente poderão ser divulgadas de forma anônima. Os áudios com a fala dos entrevistados serão mantidos de forma privada por um período de dois anos. Após este período, o conteúdo será destruído.

#### **4.5 Análise dos dados**

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que explora opiniões e representações sociais sobre o tipo de estudo (GOMES, 2012). O processo exige a definição de categorias de análise para explorar as evidências encontradas na pesquisa e, após

estabelecidas inferências, o material pode ser manipulado para fornecer respostas ao pesquisador (BAUER; GASKELL, 2011).

Para Bardin (2011), a análise de conteúdo tem três etapas: pré-análise, exploração do material e, por fim, a etapa que reúne tratamento dos resultados, inferência e interpretações. A pré-análise corresponde à definição e aplicação de técnicas para organização do material que será submetido à análise. No caso específico dessa pesquisa, as categorias de análise e as unidades de contexto foram definidas previamente a partir da base teórica que fundamenta este trabalho: Ajzen (1991) e GEM (2017).

Já na segunda etapa, a exploração do material, os dados são tratados e codificados de forma a gerar “unidades de registro” visando à categorização e à observação da frequência (BARDIN, 2011). Após a transcrição de entrevistas, o *software* Atlas.ti7 foi utilizado para codificar cada fragmento da transcrição em unidades de registro, gerando um total de 109 unidades diferentes. Dentro de cada uma das unidades há um número variado de citações a elas relacionadas. Importante salientar que nem todos os códigos serão analisados nesta pesquisa, por estarem além dos objetivos pré-determinados para esta investigação.

Ainda de acordo com Bardin (2011), a terceira e última etapa se refere especificamente ao tratamento dos resultados, as inferências e interpretações, sendo o estágio da análise crítica do pesquisador. Neste momento as unidades de registro foram relacionadas às unidades de contexto e às categorias de análise, associadas diretamente aos objetivos da pesquisa. Importante pontuar ainda que, para melhor compreensão dos resultados, mais algumas unidades de registro foram criadas pela pesquisadora a fim de agrupar parte dos códigos emergidos naturalmente nas entrevistas.

O Quadro 8, a seguir, descreve todos os códigos analisados nesta investigação:

Quadro 8 – Códigos analisados

(continua)

<b>Categorias de análise</b>	<b>Unidades de Contexto</b>	<b>Unidades de Registro</b>
Intenção empreendedora e suas motivações (GEM, 2017)	Objetivos futuros	Abrir o próprio negócio
		Trabalhar para terceiros
		Empreendedorismo por necessidade
		Empreendedorismo por oportunidade
		Dificuldade de inserção no mercado de trabalho
		Realização Pessoal
		Reconhecimento de Oportunidades

Quadro 8 – Códigos analisados

(conclusão)

<b>Categorias de análise</b>	<b>Unidades de Contexto</b>	<b>Unidades de Registro</b>
Crenças Comportamentais (AJZEN, 1991)	Vantagens	Retorno financeiro
		Ajudar outros egressos
		Gestão do próprio tempo
		Nível de pressão/estresse menor
		Autonomia
	Desvantagens	Perda de direitos trabalhistas
		Custo com impostos
		Risco
		Necessidade de Disciplina e Organização
Não há desvantagem em ter o seu próprio negócio		
Crenças Normativas (AJZEN, 1991)	Percepção de terceiros	Família
		Amigos
		Sociedade
		Clientes e Fornecedores
Crenças de Controle Percebido (AJZEN, 1991)	Facilitadores	Experiência anterior com empreendedorismo
		Experiência profissional anterior
		Famíliares próximos empreendedores
		Apoio de terceiros
		Apoio da família
		Apoio de amigos
		Apoio de empregadores
		Habilidades pessoais
	Projeto Carrinho Empreendedor	
	Dificultadores	Passagem pelo sistema prisional
		Tornozeleira Eletrônica
		Estigma e Preconceito
		Falta de capital
		Falta de apoio
Burocracia para abrir uma empresa		
Suspensão de direitos		
Suporte ao empreendedorismo (GEM, 2017)	Suporte educacional	Capacitação Técnica
		Projeto Fábrica Escola
		Curso Superior em Gestão
		Curso Superior em Filosofia
		CISPE
		Carência de Suporte
	Suporte estrutural	Projeto Carrinho Empreendedor
		Projeto Fábrica Escola
		O Estado
		Carência de Suporte

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Para melhor compreensão da análise dos dados, foram utilizados recursos do Atlas.ti7 para representação gráfica dos códigos de análise desta pesquisa. O *Network View* é uma ferramenta do *software* que agrupa as unidades fornecendo esquemas visuais de fácil leitura. Destarte, cada unidade de contexto será ilustrada por meio desse recurso com setas que demonstram associações que as unidades de registro possuem entre si.

O programa possui um esquema numérico, automaticamente gerado, onde ao lado da descrição de cada código de análise é descrito um par ordenado entre {x-y}, onde “x” destaca

o número de vezes que aquela unidade foi citada durante as entrevistas e o “y” representa as interligações entre outros códigos, caso haja. Por exemplo, a unidade de contexto “Dificultadores” foi associada à unidade de registro “Estigma e Preconceito” {17-2}, ou seja, o código apareceu nas entrevistas 17 vezes e está relacionado a outras duas unidades, a “Passagem pelo sistema prisional” e a “Tornozeleira eletrônica”.

Na seção a seguir serão apresentadas a análise e discussão dos resultados obtidos de acordo com as categorias e objetivos específicos do estudo.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A análise dos dados teve como base os objetivos específicos propostos neste estudo. A seção a seguir apresentará a análise e a discussão dos resultados da pesquisa conforme entrevistas realizadas com os sujeitos.

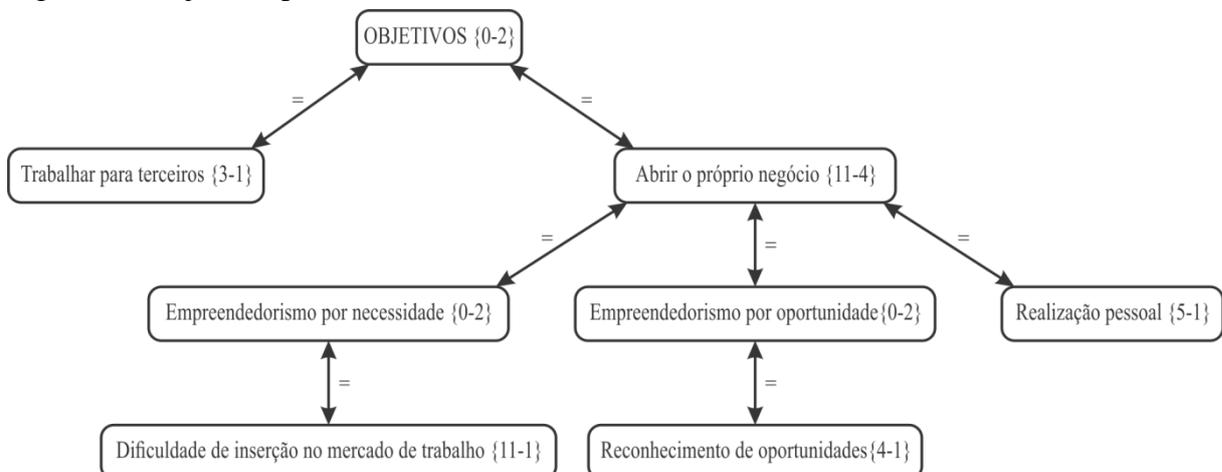
### 5.1 Intenção empreendedora e suas motivações

Nesta subseção, busca-se investigar a percepção dos egressos quanto a abrir um negócio próprio, bem como suas possíveis motivações, primeiro objetivo específico desta investigação.

A categoria analítica “Intenção Empreendedora e suas motivações” consolida uma unidade de contexto intitulada “Objetivos Futuros” (0), ambas criadas antes da coleta de dados, adaptadas de GEM (2017). Já em relação às unidades de registro, cinco emergiram do campo e são descritas a seguir, juntamente com a quantidade de menções (entre parêntese): “Trabalhar para terceiros” (3), “Abrir o próprio negócio” (11), “Dificuldade de inserção no mercado de trabalho” (11), “Reconhecimento de oportunidades” (4) e “Realização Pessoal” (5). Outras duas, “Empreendedorismo por necessidade” (0) e “Empreendedorismo por Oportunidade” (0), foram criadas posteriormente, também de acordo com a classificação do GEM (2017), para melhor organização e interpretação dos dados.

A Figura 2, a seguir, representa as associações entre todas essas unidades:

Figura 2 – Objetivos para o futuro



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Ao serem indagados sobre os “Objetivos para o futuro”, os entrevistados apontaram duas respostas básicas: “Trabalhar para terceiros” e “Abrir o próprio negócio”. Dois deles deram as duas respostas, revelando o desejo de conciliar um emprego com a atividade empreendedora.

Entre os três sujeitos que verbalizaram a vontade de “Trabalhar para terceiros”, dois gostariam de retomar atividades que desempenhavam antes do período no cárcere. Um deles era servidor público municipal e estava tentando reaver o cargo que ocupava na Prefeitura de Fortaleza: “Meu objetivo era sair de lá e continuar minha vida trabalhando, retornar minha função administrativa. Eu sou funcionário público municipal. Tô aguardando a decisão do juiz para tirar essa tornozeleira e voltar para o meu trabalho” (ESA 05). O outro gostaria de retomar a carreira na construção civil.

Meu objetivo é voltar a fazer a mesma coisa que eu fazia antes. Ter minha profissão. Eu sou montador de estrutura metálica, na carteira. Trabalhar na mesma área, trabalhei na construção do Cuca do Jangurussu, trabalhei na Cagece, tudo na área da construção civil. (ESA 12)

Já o terceiro, de 21 anos, é o mais jovem entre os entrevistados e sem nenhuma experiência no mercado formal. Apesar de atualmente trabalhar como vendedor autônomo, ele externou o desejo de ter um primeiro emprego e foi o único que não explicitou nenhum indício de intenção empreendedora.

Eu queria começar a trabalhar pra alguém, pra começar de baixo e lá na frente eu tá instruído, pegar experiência. Hoje sou um vendedor ambulante, comecei a vender pano de prato. Trabalho pra sustentar os meus filhos, mas eu só tô nessa vida porque foi o objetivo que Deus me deu. Mas com certeza eu espero melhoras, no tempo Dele. (ERA 10)

Em contrapartida, foram onze os sujeitos que externaram interesse em “Abrir o próprio negócio”, ou seja, manifestaram intenção empreendedora. Dois deles, citados acima, conciliando o trabalho para terceiros e a carreira empreendedora.

Para Thompson (2009), esse conceito trata da convicção de que uma pessoa aspira criar um negócio em algum ponto do futuro iminente, indeterminado ou mesmo nunca alcançado. Para o autor, as pessoas com intenção empreendedora não precisarão necessariamente abrir o próprio negócio, mas sim, não rejeitar a ideia após um despertar consciente. Essa intenção foi revelada em várias das entrevistas, como apontam alguns dos depoimentos a seguir:

Eu tenho vontade de ter meu negócio. Eu penso em fazer marmitas ou bolos, salgado, tudo de comida eu gosto de fazer. Eu só não posso fazer isso agora porque ainda tô

cumprindo uma determinação judicial, preciso vir aqui pro projeto todo dia trabalhar e estudar, é uma ordem judicial, então eu não posso agora. (ESA01)

Eu já penso no meu negócio próprio, tô pensando nisso várias vezes, já vi várias formas pra que isso possa acontecer, tanto com uma pessoa do meu lado quanto sozinha mesmo, empreendendo sozinha, metendo “a cara à tapa”. Se Deus quiser, até o fim do ano, creio eu que já vou estar com isso na mão. (ERA04)

Eu já tava com vontade de montar um negócio mesmo antes de eu ser preso, entendeu? Essa vontade eu ainda tenho, de montar um negócio pra mim: uma venda d’água, um carrinho de lanches, uma venda de churrasquinho. Eu já vendia churrasquinho com a minha esposa antes. (ESA06)

Os depoimentos corroboram com os dados do GEM (2017) que demonstram que ter um negócio próprio é o desejo de 31% dos brasileiros adultos, ficando atrás apenas do desejo de “viajar pelo país” (47,5%), “comprar uma casa própria” (45,8%) e “comprar um carro” (32,9%). O mesmo painel aponta que 36% já possuem um negócio ou realizaram alguma ação para ser dono de sua própria empresa no último ano. Os dados também estão de acordo com o levantamento do CFE (2016) que aponta que quase 80% da população carcerária do Reino Unido gostaria de abrir um negócio após a saída do cárcere.

Importante ressaltar que dois entrevistados querem retomar a carreira anterior, como empregados, mas também deixaram claro o desejo de abrir um negócio no futuro. Tal fato fica registrado na fala do ESA 05, que já combinava as atividades de servidor público e comerciante antes de sua passagem pelo sistema penitenciário:

Além de ser funcionário público eu tinha um comércio, um mercadinho com panificadora, e é uma coisa que eu realmente pretendo retomar um dia. Agora eu não posso por conta desse monitoramento, mas no futuro, se Deus me abençoar, vou conseguir chegar lá de novo” (ESA05).

Quanto às motivações que os levariam a abrir um negócio, foram agrupadas em três unidades de registro: “Empreendedorismo por necessidade”, “Empreendedorismo por Oportunidade” e “Realização Pessoal”.

A literatura aponta que o “Empreendedorismo por necessidade” é comum entre ex-internos, em função das dificuldades de recolocação no mercado de trabalho. Holzer, Raphael e Stoll (2003) argumentam que estes indivíduos enfrentam uma gama de barreiras que restringem suas condições de empregabilidade, tais como nível de educação reduzida, experiência de trabalho limitada, dependência química, além dos preconceitos dos próprios empregadores sobre a condição de “infrator da lei”. Lipez (2006) corrobora ao afirmar que uma das questões mais prementes para ex-condenados é a incapacidade de arranjar emprego após a libertação.

As falas dos sujeitos desta pesquisa ratificam essa problemática, assinalada na unidade de registro “Dificuldade de Inserção no Mercado de Trabalho”, como é possível

perceber na fala taxativa da entrevistada ERP08: “Um trabalho com carteira assinada é algo que só 0,0001% conseguem”. Tal adversidade parece ser prevista pelos egressos ainda no período de cárcere e foi assunto recorrente durante todas as entrevistas, como revelam os depoimentos a seguir:

Todo mundo lá dentro pensa em colocar um negócio porque já sabe da dificuldade de arranjar um trabalho depois que você sai de um presídio. Então eu acho que todo mundo vê que colocar um negócio é uma boa solução, é uma solução que muita gente lá dentro quer. Eu tô falando pelo menos daqueles que realmente querem deixar o crime, entende? (ERD03)

Quería me qualificar lá dentro pra uma área que não fosse mais a minha, porque eu sou quase formada em Gestão Financeira, tava estudando pra isso... Mas agora, trabalhar em empresa particular não tem como, em função de como a minha ficha tá. Lá dentro eu buscava outro caminho que pudesse me estabelecer aqui fora, porque sabia que não teria oportunidade de trabalho... Eu tenho que ser muito consciente e pé no chão quanto a isso. (ERP04)

Não dão oportunidade. Quando aparecia uma vaga eu ia, era o primeiro! Mas quando puxavam a minha ficha e viam que eu tinha passado pelo sistema diziam: “Me dê o seu número que depois eu lhe ligo”. Quando eu saí, passei quase dez anos nessa peleja atrás de emprego de carteira assinada, mas as portas sempre fechadas. A única porta que é aberta é a construção civil, é a única. (ERA11)

Quatro entrevistados comentaram ainda que, se por um lado faltam chances no mercado de trabalho, as oportunidades dentro do crime são constantes:

Me imagino dando um bom exemplo para os meus filhos, tenho dois filhos, e mudar de vida, mais ainda[...] Porque hoje em dia é mais fácil ainda você se envolver com o crime dentro do sistema do que fora, entendeu? Como agora tem essas facções, tem muito criminoso que influencia mesmo o jovem, sabe? Oferece mesmo muita oportunidade pra se afundar no crime. (ESA09)

Meus planos “é” continuar trabalhando fora do mundo errado. Porque o “inimigo” tá todo tempo aqui. Eu já troquei de chip mais de dez vezes porque os caras é o tempo todo ligando, chamando. E eu digo não! Se é pra eu ganhar dinheiro sujo de novo eu prefiro ficar desempregado. (ERA11).

As falas convergem com o que explicam Adorno e Salla (2007), sobre o recrutamento de indivíduos em vulnerabilidade social pelo crime organizado, por vezes, a única oportunidade de remuneração a que essas pessoas têm acesso:

Para funcionar [o crime organizado], esse mercado requer o concurso de cidadãos empobrecidos, sem trabalho ou sem perspectiva de futuro definido, para, como trabalhadores assalariados, exercer controle da distribuição de drogas, do ponto-de-venda, da circulação de dinheiro, das dívidas contraídas quer por consumidores quer por pequenos vendedores. Em contrapartida, eles devem obedecer a comandos externos, incluindo matar desafetos e promover a desordem urbana. Pouco a pouco, institui-se uma sorte de escravidão urbana à semelhança do que ocorre no campo. (ADORNO; SALLA, 2007, p. 13).

Em função da dificuldade de conseguir uma fonte de renda lícita, as falas sugerem que o empreendedorismo por necessidade seria um dos principais motivos para a intenção

empreendedora de egressos. A maioria deles comenta sobre a intenção de abrir pequenos negócios, tais como: produção e venda de bolos ou marmitas, carrinhos de lanche, mercadinhos e lanchonetes.

Um dos entrevistados do regime semiaberto mencionou que o planejamento para o seu pequeno empreendimento começou enquanto ainda cumpria pena em regime fechado na CPPL2. Quando da entrevista, ele estava usando tornozeleira eletrônica cumprindo prisão domiciliar havia três meses, e já tinha inaugurado um pequeno comércio em sua casa, em um bairro da periferia de Fortaleza:

Eu tinha esse plano lá dentro. Como eu já sabia que ia ser muito difícil, porque eu ia sair e ficar com o meu nome “naquele estado”, pensei realmente em uma coisa que eu já queria muito antes de ser preso, que era colocar um comércio pra mim. Eu via que era a única maneira que eu ia ter de início de conseguir me manter, de me sustentar. (ERD03)

Para Degen e Mello (1989), os negócios motivados por necessidade possuem pouca relevância sobre o crescimento econômico de um país. São iniciativas geralmente desenvolvidas sem tecnologia ou inovação, sendo classificados pelo autor como “mediócras”, já que geram apenas um mínimo de riqueza e empregos. Porém, os mesmos autores explicam que, quando não há oferta de trabalho ou o indivíduo não tem recursos necessários para o empreendedorismo por oportunidade, o empreendedorismo por necessidade e o auto-emprego são a única solução para a sobrevivência, como é possível perceber na fala do ERD03 acima.

Em contrapartida, apesar da literatura sobre egressos de sistemas penais tratar com maior ênfase o empreendedorismo por necessidade (SAUERS, 2009; COONEY, 2012; PATZELT; WILLIAMS; SHEPHERD, 2014), algumas falas dos entrevistados desta pesquisa também sugerem como motivação para abrir um negócio o “Reconhecimento de Oportunidades de Negócios” (4), unidade de registro que reuniu depoimentos como os ilustrados a seguir:

Apareceram algumas oportunidades na minha frente, como o *Drop shipping*, que são vendas *online* sem você ter estoque em casa. Você não tem perda de estoque, e pra mim é bom, porque eu não tenho uma residência grande o suficiente pra eu manter um estoque. Eu preciso começar a me movimentar para me sustentar e ajudar a minha família. Caiu como uma luva pra mim agora. Outra possibilidade é abrir uma facção com minha tia. Uma facção de costura, viu?! Pelo amor de Deus!. (ERP04). Colocar um negócio é uma ideia minha agora, depois que eu saí de lá (PFHVA), nesses últimos vinte dias. Eu tava olhando a minha casa e imaginei isso. Porque moro em casa de esquina, casa própria com uma área grande na frente, e pensei em colocar um negócio. Eu tive essa visão porque um dia eu cheguei em casa e minha mulher tinha saído, não tinha nada pra comer, eu queria comer alguma coisa rápida e não tinha nada perto lá de casa. E daí eu tive essa visão que poderia dar certo alguma coisa ali com venda de lanche à noite, lanche rápido... (ESA12).

Ademais, a “Realização Pessoal” (5) também foi citada como um dos motivos de interesse em empreender no futuro, como explica ESA01: “Eu ter meu próprio negócio seria um reconhecimento, uma realização minha mesmo. Eu me reconhecer como alguém que tá fazendo o que gosta, me reconhecer no ramo do que eu gosto”. Essa “Realização Pessoal”, por vezes, parece ter elo com a superação de dificuldades enfrentadas no passado, na vida como ex-infratores:

Acredito que, se você trabalha pra você, se sente mais entusiasmada. Principalmente pelo passado que eu tive [voz embargada]. Eu visualizo eu sentada no meu próprio negócio, lembrando do meu passado, de tudo que eu passei pra chegar até lá. Eu já morei na rua, já fui viciada em crack, eu já pesei 40 quilos, era magrinha como uma criança. Eu já passei por muita coisa! Pra mim, ter meu negócio seria minha autoestima mais elevada, porque eu tento me manter elevada todo dia. (ERP08).

Para McClelland (1972), um dos principais motivos que impulsionam o indivíduo está relacionado à própria necessidade de conquista e realizações, no “desejo de realizar as coisas da melhor maneira, não exatamente pelo reconhecimento social ou prestígio, mas, sim, pelo sentimento íntimo de necessidade de realização pessoal”.

A análise dos depoimentos da categoria “Intenção Empreendedora e seus motivadores” sugere que o empreendedorismo aparece realmente como um objetivo futuro para a maioria dos entrevistados, visto que apenas um deles não mencionou o desejo de ter um negócio próprio. Outro aspecto relevante é que a Realização Pessoal também se revelou um dos motivadores da intenção empreendedora dos egressos. Desta forma, a divisão dicotômica do GEM (2017) sobre o empreendedorismo por necessidade e por oportunidade não foi capaz de englobar inteiramente as razões citadas pelos entrevistados como motivos para empreender.

## **5.2 Crenças Predictoras da Intenção Empreendedora**

Nas subseções seguintes serão analisadas as crenças comportamentais, normativas e de controle percebido dos egressos em relação à intenção de abrir um negócio próprio, buscando atender ao segundo, terceiro e quarto objetivos específicos desta pesquisa.

### **5.2.1 Crenças Comportamentais**

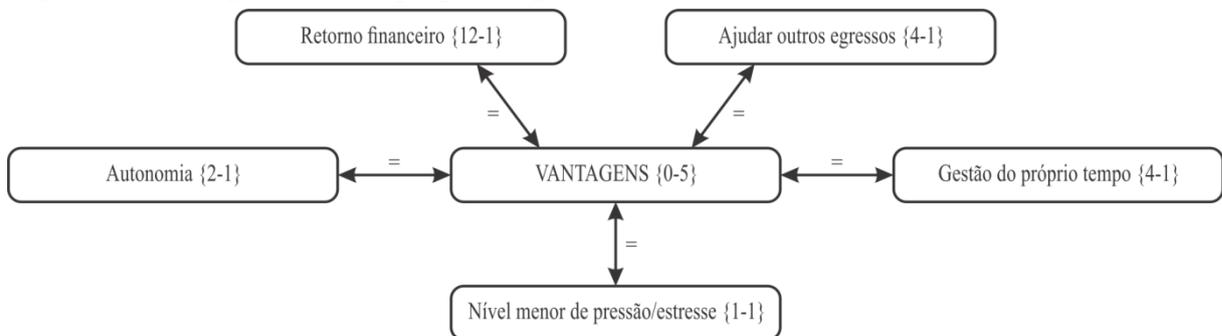
As crenças comportamentais tratam da atitude do indivíduo sobre implementar determinado comportamento, de forma que englobam os aspectos positivos e os negativos percebidos pelos sujeitos para a execução da ação (AJZEN, 1991). Desta maneira, a categoria

de análise “Crenças Comportamentais” foi analisada a partir de duas unidades de contexto determinadas de acordo com as orientações de Ajzen (1991) para a investigação dessas crenças: “Vantagens de ter o próprio negócio” e “Desvantagens de ter o próprio negócio”.

A partir da análise de dados das entrevistas, as unidades de registro surgiram e foram posteriormente agrupadas nas duas unidades de contexto, pré-determinadas pela literatura. Cada uma delas será analisada de forma separada para melhor compreensão dos resultados.

A Figura 3 se refere às “Vantagens” (0), onde foram ilustradas as 5 unidades de registro, a saber: “Retorno financeiro” (12), “Ajudar outros egressos” (4), “Gestão do próprio tempo” (4), “Autonomia” (2) e “Nível menor de pressão e/ou estresse” (1).

Figura 3 – Vantagens de ter o próprio negócio



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O “Retorno financeiro” foi citado por doze vezes como uma das principais vantagens de ter o próprio negócio. Os egressos associam o empreendedorismo a uma forma viável de adquirir renda, como relata o ESA06: “Uma vantagem é a renda, que eu acredito que seria maior que um salário mínimo, né?”. Já o indivíduo que há dois meses abriu um pequeno comércio, depois que deixou a penitenciária, afirma: “São muitas vantagens, o dinheiro, por exemplo. Mas é como aquela frase diz: é melhor ter lucro do que ter salário!” (ERD03).

Egressos que já tiveram negócios antes da passagem pelo sistema prisional também parecem concordar que o retorno financeiro é um dos maiores pontos positivos de ser empreendedor, como transparece as falas do ESA02 e do ESA05, respectivamente: “A vantagem é o patamar financeiro. Eu era comerciante, tinha uma revenda de automóveis que é outro patamar, me dava uma condição de vida excelente” e “A parte boa é que dependendo do ramo do seu comércio, você tem um lucro bom. Por exemplo, já tive mercadinho, padaria, comércio assim tem uma margem interessante”.

Para Cooney (2012), existem escassas pesquisas sobre o empreendedorismo implementado por ex-infratores. Por essa razão, pouco se sabe sobre suas motivações, mas ele aponta duas delas, ambas relacionadas ao retorno financeiro: oportunidade de maiores rendimentos e deter todo o lucro gerado pelo seu trabalho.

Os resultados também parecem de acordo com o que aponta Kautonen e Palmroos (2010), que afirmam que o aumento de rendimentos é um dos fatores que atraem (*pull*) os indivíduos para o empreendedorismo, assim como a independência e a liberdade para gerir o próprio tempo, que também foram unidades registradas nas falas dos entrevistados desta pesquisa.

A “Gestão do próprio tempo” aparece como um dos benefícios de empreender, sendo citada por quatro dos egressos. Para eles, colocar um negócio está associado à ideia de gerenciar o próprio tempo, o que seria atrativo como confirmam as falas a seguir: “Uma das vantagens é que você faz seus horários, né?” (ESA05) e “São muitas vantagens, ter mais tempo pra resolver meus problemas, por exemplo” (ERD03). Essas falas sugerem a crença de que o empreendedorismo traria mais flexibilidade e mais tempo livre do que na carreira como empregado de terceiros.

Bandeira e Ipiranga (2017), no entanto, alertam que um dos principais motivos do conflito trabalho-família entre empreendedoras do sexo feminino ocorre porque, muitas vezes, elas confundiam flexibilidade com disponibilidade de tempo. Ou seja, algumas mulheres possuíam crenças de que como empresárias teriam mais tempo com a família, o que necessariamente não acontecia, especialmente nos primeiros anos do negócio. De forma similar, as falas dos egressos sugerem as mesmas crenças: “Eu iria fazer o meu horário de trabalho, teria mais tempo de ensinar meus filhos, de ir pra igreja, de administrar o tempo mesmo” (ESA06).

A “Autonomia” foi outra benesse citada pelos entrevistados: “No caso de eu tá trabalhando pra mim mesmo, a vantagem é que meu patrão é eu mesmo, né? Quem manda em mim sou eu mesmo, né? [risos] Eu mesmo mando em mim!” (ESA12) e “São muitas vantagens, só em você tá trabalhando para si próprio, não é pra ninguém, já é bom. Você faz do seu jeito” (ERD03).

Para Dolabela (2008), a necessidade de autonomia está ligada ao fato de que os empreendedores preferem atuar de forma independente e autônoma, pois possuem resistência a trabalhar em organizações onde estariam sujeitos à autoridade do emprego tradicional, bem como à hierarquia. As falas dos sujeitos ERD03 e ESA12 sugerem que eles se sentiriam confortáveis com a autonomia, como aponta o autor.

Já um dos entrevistados, operário da construção civil, acredita que o nível de pressão e estresse na carreira como empreendedor é menor se comparado à pressão de trabalhar como funcionário de terceiros. Essa seria a maior vantagem de ter o próprio negócio:

A vantagem é que a gente não vai tá com aquela preocupação o tempo todo na mente, né? Porque aqui o meu chefe me deixa sozinho direto e diz “Você é o meu braço direito, pelo amor de Deus!”. Aí eu tomo de conta! Se sumir uma coisa do meu patrão, eu tenho que arcar do meu bolso! É muita carga, muita responsabilidade. No meu próprio negócio eu já ficaria mais despreocupado. (ERA11).

Pesquisas anteriores associam a necessidade financeira, a autonomia e a gestão do tempo a preditores do empreendedorismo em diferentes tipos de público (KAUTONEN; PALMROOS, 2010; VALE; CORRÊA; REIS, 2014; BANDEIRA; IPIRANGA, 2017). Os depoimentos coletados nesta pesquisa sugerem que o mesmo ocorre com o público egresso de penitenciárias. Por outro lado, um código emergente se destaca de forma específica entre as vantagens apontadas por esse público em particular: “Ajudar outros egressos”.

Foram quatro os entrevistados que ressaltaram que uma das grandes vantagens de ter um negócio próprio seria a possibilidade de gerar oportunidades de trabalho para outras pessoas que, como eles, são ex-infratores e procuram chances para reinserção no mercado de trabalho, como sugerem os depoimentos a seguir:

Vantagem seria tentar ajudar alguém lá na frente. Porque eu nunca na vida fiquei em uma situação em que dependesse tanto de outras pessoas como eu dependo no momento, e é triste, é triste! [suspiro]. Lá na frente, quando eu estiver estabelecida, posso tá ajudando as meninas lá de dentro, trazendo elas pra trabalhar comigo, se der certo. (ERP04).

Na construção civil tem muita coisa errada e por causa de um, todos pagam. Ninguém quer dar emprego. Eu mesmo tenho quatro sobrinhos que já passaram pelo sistema e até hoje tão desempregado. Aí eu penso que uma coisa boa de eu ter meu negócio era pegar eles para fazer uma entrega de uma quentinha, de uma merenda. Vou dar oportunidade para quem quer, quem não quer infelizmente [...]. (ERA11).

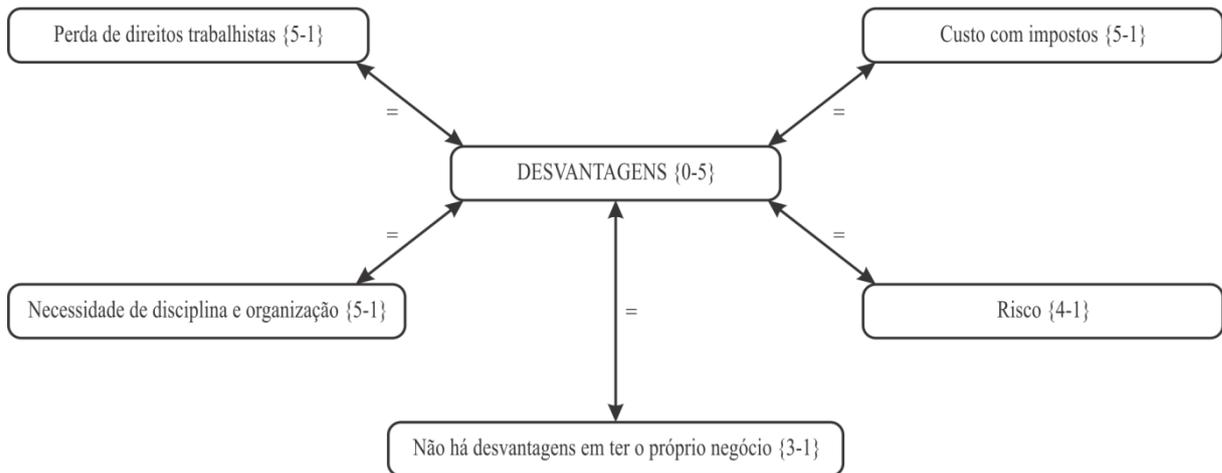
Não foram encontrados registros específicos sobre essa unidade de registro na literatura, em função do campo limitado de pesquisas focadas na intenção empreendedora de ex-detentos. No entanto, Vasconcellos Vale, Silva Corrêa e Francisco dos Reis (2014) apontaram que uma das motivações de empreendedores brasileiros, do estado de Minas Gerais, é a possibilidade de gerar ocupação a membros da família. Os autores concluíram que esse motivo não está relacionado a interesses pessoais do empreendedor, e sim, dirigido a atender necessidades de terceiros, ligados ao empreendedor por vínculos de natureza afetiva e familiar.

Dentro do universo desta pesquisa, a fala dos egressos sugere um interesse não só parental, como aponta o ERA11, mas certa empatia e um aspecto social: “Outra coisa é ajudar o próximo gerando emprego, até pra o pessoal lá de dentro que precisa. Até mesmo ajudar o

país, nem que seja pouco, mas sem exploração todo mundo consegue ser feliz” (ESA07). Logo, as falas do ERP04, ESA07 e do ERA11 demonstram aspectos próprios do empreendedorismo social que, de acordo com Cavazos-Arroyo, Puente-Díaz e Agarwal (2017), é motivado pela visão social do empreendedor e pelo desejo de ajudar grupos vulneráveis.

Já a unidade de contexto “Desvantagens de ter o próprio negócio” (0) teve as seguintes unidades de registro associadas: “Perda de direitos trabalhistas” (5), “Custos com impostos” (5), “Necessidade de disciplina e organização” (5) e “Risco” (4). Além delas, o código “Não há desvantagens em ter o próprio negócio” (3) precisou ser criado, pois três entrevistados pontuaram que não conseguiam perceber nenhum tipo de ponto negativo em ter um empreendimento próprio. A Figura 4, a seguir, ilustra a relação entre todos esses códigos:

Figura 4 – Desvantagens de ter o próprio negócio



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A perda de direitos trabalhistas foi mencionada por cinco dos entrevistados como uma grande desvantagem do empreendedorismo. Contudo, apesar de mencionar como desvantagem, um deles demonstrou conhecimento sobre a possibilidade de manter os benefícios trabalhistas por meio do pagamento autônomo de impostos, como a Previdência Social: “Desvantagem seria só perder o meu seguro, a minha segurança trabalhista, né? Mas eu até falei para a assistente social que, se eu conseguisse um carrinho empreendedor desses da Cispe, eu pagaria o meu INSS já pra não ter esse perigo” (ESA06).

O restante dos quatro entrevistados realmente não vislumbra essa possibilidade e lamenta a perda de direitos laborativos: “A desvantagem é que sendo funcionário a pessoa tem aquela garantia, né? Tem um emprego certo, tem um fundo de garantia, um salário certinho, né? No comércio não” (ESA05).

Já o ESA12, além de pontuar a perda das garantias trabalhistas como desvantagem, salientou que tais benefícios foram essenciais durante seu período de reclusão dentro da unidade penitenciária. Ele afirma que, ainda hoje, sua família recebe o Auxílio Reclusão<sup>8</sup>.

Tem desvantagem porque sempre trabalhei de carteira assinada. Com carteira assinada você tem sua rescisão, tem fundo de garantia, tem um monte de vantagem, né? Tem o seguro desemprego se ficar desempregado. Trabalhando como autônomo, por minha conta, eu não vou ter PIS no próximo ano, eu não vou ter essas vantagens. É tanto que até hoje eu me benefico dessas coisas, porque eu trabalhava de carteira assinada. Até hoje eu recebo o Auxílio Reclusão. Se não fosse isso, nos cinco anos que eu passei lá dentro a minha família tava passando necessidade, né? (ESA12)

Outra desvantagem, citada por cinco vezes durante as entrevistas, foi o “Custo com impostos”. De acordo com os egressos, as altas taxas tributárias fazem com que eles pensem duas vezes antes de empreender, como o explícito na fala do ESA07: “A desvantagem é os imposto muito alto, aí a gente volta a pensar duas vezes”. Assim como ele, o ERA11 pontuou o mesmo inconveniente:

Desvantagem é o imposto, né? É muito imposto. E hoje em dia, para se colocar um negócio, você tem que ter um compromisso com imposto, você tem que ter alvará de funcionamento, fiscalização, higiene também. Tudo é imposto! A desvantagem é só essa mesmo. (ERA11)

O GEM (2017) alerta que os altos impostos são limitadores para o empreendedorismo brasileiro, mas é possível encontrar estratégias que buscam mitigar esse impacto dentro e fora do Brasil. Na literatura internacional há menções de programas de fomento ao empreendedorismo entre grupos de origens desfavorecidas por meio de regimes fiscais especiais, por exemplo. O *Centre for Entrepreneurs* (CFE) menciona que o Reino Unido é classificado como um dos melhores países para iniciar um negócio, entre outras razões, pelo fato de praticar taxas tributárias para pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, incluindo ex-detentos (CFE, 2016).

No Brasil e, de forma específica, no Ceará, a Sejus divulga seus esforços no fomento do empreendedorismo focado em ex-internos de penitenciárias do estado. O projeto Vivendo Empreendendo, além de capacitar com cursos e oficinas, cede carrinhos de lanches aos egressos já com o alvará de circulação liberado pela Prefeitura de Fortaleza, sem que eles tenham que arcar com quaisquer custos (CEARÁ, 2017b). Iniciativas como estas estão de acordo com Cooney (2012), que aponta que ex-infratores precisam de maior assistência para

---

<sup>8</sup> O Auxílio Reclusão beneficia dependentes do segurado do INSS preso em regime fechado ou semiaberto art. 201 de acordo com a IV da Constituição Federal de 1988, art. 80 da Lei n. 8.213/91, arts. 116 a 119 do Decreto n. 3.048/99 e art. 2 da Lei n. 10.666/03

inaugurar seus negócios, já que possuem limitantes financeiros e burocráticos, tais como suspensão de documentos pela Justiça.

Já a “Necessidade de disciplina e organização” foi outro código que emergiu dos depoimentos dos entrevistados como uma desvantagem da vida como empreendedor:

Você tem que acordar cedo, tem que manter um horário certo, tem que ser disciplinado ou o negócio fica bagunçado, tem que olhar funcionário... Eu acordava 3h da manhã por causa da padaria! E no comércio não tem salário certo, então você tem que equilibrar, ter contas tudo organizadas direitinho: água, luz, telefone, impostos, tem que ter um compromisso muito sério [...]. (ESA05)

Por fim, o “Risco” é outra desvantagem apontada pelos egressos, mas é importante salientar que, apesar de o reconhecerem como uma desvantagem, eles mantinham a atitude positiva sobre a possibilidade de empreender. O ERD03 e o ESA07 transparecem o tom positivo em suas falas a seguir:

É arriscado. Eu sempre tive vontade de colocar meu negócio, só que eu tinha medo de abandonar meu emprego fixo para começar um negócio, porque podia não dar certo, sempre tem 50% de chance de não dar certo, pra qualquer pessoa. Mas eu acho que a gente tem que saber que pode dar errado, mas que eu não devo desistir por causa disso. Vai ter tempo ruim e tempo bom [...] Até agora dando certo! Graças a Deus tá dando certo e eu tô conseguindo tirar alguma coisa. (ERD03)  
Desvantagens é só o risco de investir e perder. Quando eu abri minha confecção na primeira vez, antes de ser preso, eu perdi muito dinheiro. Tive muitos problemas com funcionárias, com costureiras. Mas com o tempo e com a experiência a gente aprende e começa a enxergar o que tá errado. É só buscar a Deus e esperar no tempo Dele, no agrado Dele que dá certo. Não adianta a gente querer fazer as coisas sem ser no tempo Dele, como eu já tentei e aconteceu o que aconteceu (ESA07)

Os depoimentos revelam similaridade com o público empreendedor em geral, já que variados estudos indicam que empreendedores possuem uma atitude positiva e uma pré-disposição para assumir riscos de forma calculada (FILION, 1999; DORNELAS, 2008; BARROS *et al.*, 2014). De forma concomitante, há pesquisas internacionais que concluem que empreendedores e indivíduos com passagem pelo crime possuem maior disponibilidade de correr risco para aproveitar oportunidades (SAUERS, 2009; COONEY, 2012).

O tom positivo também é registrado nas falas de três entrevistados que nem mesmo conseguiram pontuar qualquer tipo de desvantagem na possibilidade de ter o próprio negócio. As duas entrevistadas que estão cumprindo relaxamento de prisão foram categóricas e afirmaram que não dão margem ao pensamento negativo quando se trata do plano de empreender no futuro:

Como eu já tive no meu pior momento da minha vida, o importante agora é pensar positivo e saber que vai dar certo, e acreditar! Porque pensar negativo, pensar que

pode não dar certo, em desvantagens, não adianta. Eu acho que já deu tudo tão errado na minha vida que o importante agora é dar certo. (ERP04)  
 (PAUSA) Eu sou tão otimista de um jeito, que eu penso que se tudo que a gente for fazer a gente ficar pensando no lado negativo, não adianta. O que a gente pensa acontece, então eu não vejo lado negativo não. Eu sou muito positiva em tudo que eu faço. Eu espero o tempo de Deus e sei que vai dar certo, não vejo desvantagem nenhuma. (ERP08)

Tais depoimentos favorecem pesquisas que apontam que as crenças positivas sobre a possibilidade de colocar um negócio estão relacionadas à formação de uma atitude positiva que, por sua vez, está diretamente relacionada à intenção de empreender no futuro (LINÑAN; CHEN, 2009; IZQUIERDO; BUELENS, 2011; FERREIRA; LOIOLA; GONDIM, 2017).

Por outro lado, em relação aos egressos, é possível observar que a atitude positiva quanto ao “Risco”, por vezes, aparece condicionada aos desejos de “Deus”: “É só buscar a Deus e esperar no tempo Dele, no agrado Dele, que dá certo” (ESA07) e “ Eu espero o tempo de Deus e sei que vai dar certo, não vejo desvantagem nenhuma” (ERD03).

Para Ireland (2012), a presença de um deus em depoimentos de infratores e ex-infratores é bastante comum. De acordo com o autor, “Deus é o único nome a quem podem recorrer diante da sentença do juiz, dos preconceitos cristalizados que registram a incredulidade das pessoas sobre os esforços do transgressor vergado sob o estigma da reincidência, de ser irrecuperável” (IRELAND, 2012, p. 110).

Cavazos-Arroyo, Puente-Díaz e Agarwal (2017) sugerem que os indivíduos provavelmente terão uma atitude positiva em relação a um comportamento específico, caso percebam mais resultados positivos do que negativos ao realizá-lo. Da mesma forma, para os autores, as crenças comportamentais são formadas pela percepção consciente dos indivíduos desses fatores.

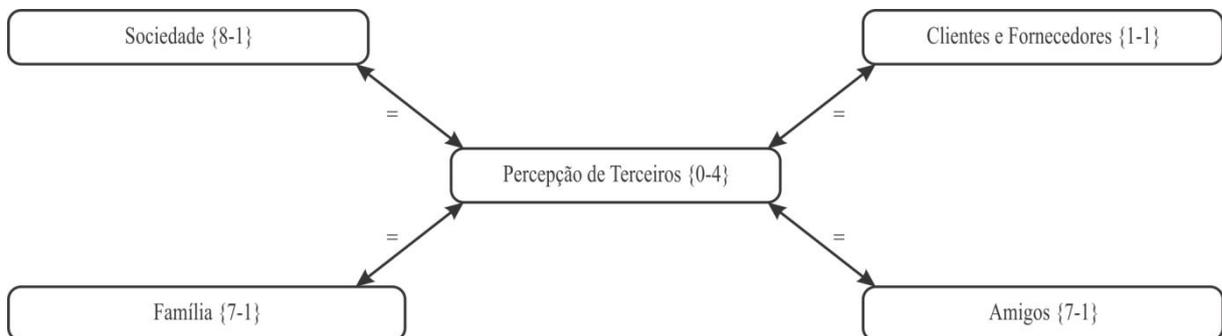
No caso desta investigação, a análise das unidades de registro sugere que, ao pensar em abrir o próprio negócio, egressos de penitenciárias possuem algumas crenças comportamentais similares aos outros grupos de empreendedores, tais como; desejo de retorno financeiro e preocupação com a taxa tributária. No entanto, os egressos também demonstraram possuir crenças comportamentais relacionadas à própria condição de vulnerabilidade em que se encontram, como considerável preocupação com a perda de direitos trabalhistas e o desejo de ajudar outros egressos por meio do próprio empreendimento.

### 5.2.2 Crenças Normativas

Para Ajzen (1991), as crenças normativas estão relacionadas à percepção de diferentes referentes sociais sobre o comportamento, e resultam na norma subjetiva. Desta forma, esta seção dá ênfase à categoria de análise “Crenças Normativas” e está interligada à unidade de contexto “Percepção de Terceiros”, de acordo com o proposto pelo autor.

A Figura 5 abaixo ilustra todas as unidades de registro relacionadas a esta categoria e que serão exploradas a seguir:

Figura 5 – Percepção de terceiros



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Como ilustrado acima, a unidade de contexto “Percepção de Terceiros” (0) foi associada a quatro unidades de registro. Duas delas criadas previamente, ainda de acordo com Ajzen (1991): “Família” (7) e “Amigos” (7), enquanto as unidades “Sociedade” (8) e “Clientes e Fornecedores” (1) se revelaram durante a análise dos dados.

Com maior número de menções, o código “Sociedade” foi citado por oito dos entrevistados que acreditam que, de maneira geral, a sociedade interpreta de forma reticente qualquer tipo ação de um ex-infrator, incluindo a ideia de abrir o próprio negócio. O ESA02 e o ESA07 explicam essa percepção em seus depoimentos a seguir:

No momento que eu tô trabalhando, beleza, eu sou um cidadão, mas a partir do momento que sabem que eu sou um ex-presidiário, que eu sou um egresso, eu já perdi todo o meu valor. Eu posso ser bom, posso ser o designer do ano, mas “Vixe, mas é um ex-presidiário!” Tá entendendo? Então eu não sei o que as pessoas podem pensar se eu abrir um negócio de novo, porque eu posso pendurar meu diploma, mas eu não posso pendurar meu alvará de soltura. (ESA02)

O preconceito por eu ser um ex-presidiário é grande. Às vezes o cara tá trabalhando bem direitinho, tá melhorando de vida, ganhando um dinheiro o povo já começa a dizer: “voltou ao crime, voltou a fazer isso e aquilo”, mesmo não sendo. Muitas pessoas não acham que eu tô crescendo, subindo por merecimento. Muitas pessoas não acreditam que eu tô querendo mudar. (ESA07)

O único entrevistado que já empreendeu após a saída da penitenciária, inaugurando seu comércio dois meses antes da conversa, concorda e expõe que percebe a descrença das pessoas sobre o seu empreendimento e seus planos para o futuro:

Hoje eu vejo que muitas pessoas não acreditam que você pode crescer. Realmente não acreditam. E eu sonho muito alto, eu não sonho pequeno não, desde sempre. Sempre tive isso de sonhar grande, eu penso que eu vou ter esse meu negócio e depois vou tá com minhas dez lojas, meus dez supermercados e o pessoal não acredita, ninguém acredita. (ERD03)

Esta crença negativa dos entrevistados converge para o que levanta Pastore (2011). Segundo o autor, a repulsa a ex-infratores pode durar por toda uma vida e estende-se a toda a sociedade, podendo ser considerada um problema social. Além disso, o GEM (2017) alerta que a percepção da sociedade sobre grupos minoritários afeta a intenção empreendedora desses indivíduos, à medida que as normas sociais interferem sobre como esses sujeitos encaram a vida e suas possibilidades.

Já o egresso que no passado possuiu uma revenda de automóveis mencionou suas impressões sobre a percepção de possíveis “Clientes e Fornecedores”, sobre a possibilidade dele voltar a ter o próprio negócio:

Pra eu reabrir o meu antigo negócio tem muitas barreiras. A dificuldade maior é como eu iria me comportar, não só com o meu cliente, mas com o meio que eu vou relacionar. Com o ramo, com os fornecedores, as pessoas que eu já conhecia e que ficaram sabendo o que aconteceu comigo. O boca a boca passa à diante. Eu não me preocupo tanto com julgamento não, mas em um novo segmento eu acho que seria mais fácil. (ESA02)

As outras duas unidades de registro, “Família” e “Amigos”, são citadas com recorrência na literatura, como alguns dos principais grupos de referência social de empreendedores (FILION, 1999; DOLABELA, 2008; BARROS *et al.*, 2014; FERREIRA; LOIOLA; GONDIM, 2017), e também estão presentes nas falas dos entrevistados: “Eu acredito que muita gente aprovaria minha ideia de abrir meu negócio, minha família, minha mãe e as amigadas que eu conquistei hoje em dia” (ERP08).

Para ESA01, por exemplo, a família não só aprovaria a ideia de abrir um negócio, como seria um motivo de orgulho: “Ninguém desaprovava se eu colocasse meu negócio. Seria a maior alegria pra minha família [sorriso]. Minha mãe sempre dá ideia pra eu montar meu negócio” (ESA01).

O fato muda um pouco em relação aos entrevistados que já eram empreendedores antes da passagem pela prisão. Apenas o ESA07, que possuiu uma confecção no passado, tem

a crença que os familiares concordam com o desejo dele de voltar a empreender no futuro: “Toda a minha família concordaria se eu decidisse colocar meu negócio de novo”.

No entanto, o ESA02 e o ESA05 acreditam que os familiares não concordariam se eles decidissem empreender novamente. Eles apontam motivos diferentes para a desaprovação, mas afirmam que os familiares se opõem à ideia:

Minha irmã não quer mais que eu “mexa” com carro. Ela diz “não mexe mais com isso, não vai mais pra esse ramo”. Nisso eu teria desaprovação porque eu vejo que minha família criou um pouco de repúdio ao ramo, anterior ao meu caso. Eles querem que eu foque na questão acadêmica, que eu volte a estudar. (ESA02).

Eu teria uma renda bem melhor se eu voltasse com a padaria, mas aí a minha mulher e a minha filha já não iam gostar, sabe? Porque tem que acordar muito cedo, de madrugada, tem movimento de funcionário, tem compromisso, tem barulho, eu acabava atrapalhando a rotina delas. (ESA05).

O ERA11 explica ainda que a desaprovação é originada pelo desejo dele abrir um comércio em parceria com a esposa, que não é “bem quista” pelos familiares:

Tem! Tem muita gente que não concorda. Já teve primos e até irmão mesmo. Eles dizem que eu não devo abrir com a minha esposa. E eu digo “Sim, e ela não é minha companheira?! A gente não vai dividir tanto lucro quanto prejuízo?! Tu não tem teu negócio, não tem teu Uber? E eu nem botei areia no teu negócio!” (ERA11).

Já em relação à aprovação de amigos, sete foram os entrevistados que mencionaram tal unidade de registro, mas dois deles fizeram questão de pontuar que apenas os “amigos de verdade” aprovariam a ideia: “Teve pessoas que depois que eu saí do sistema penitenciário eu não quis mais no meu ciclo de amizade, então quem já tentou atrapalhar a minha vida ficou no passado. Quem tá comigo agora é meu amigo de verdade e me apoiaria” (ESA01) e “Meus verdadeiros amigos aprovariam. Os verdadeiros amigos! Não aqueles que na frente ajuda e por trás derruba. Muitas pessoas até se afastaram de mim quando souberam o que aconteceu comigo. Muitas achavam que eu tava internado, mas ficou aquela coisa no ar” (ERA07).

Para Ajzen (1991), as normas subjetivas são determinadas por crenças oriundas de grupos sociais relevantes para o indivíduo, como pais, cônjuges, amigos e outros membros da sociedade, e do que eles esperam em relação ao desempenho ou não de certos comportamentos. Armitage e Conner (2001) complementam que, se os indivíduos inferem que determinada ação é aprovada por atores significativos, eles provavelmente irão pretender realizá-la.

Nesta pesquisa, os depoimentos dos sujeitos sugerem que as crenças normativas são formadas, além da família e amigos, como acontece com grande parte dos empreendedores, por outros dois grupos sociais distintos: a sociedade em geral, que de acordo com eles tende a olhar

com desconfiança para qualquer ato de um ex-infrator; bem como por clientes e fornecedores de um possível empreendimento.

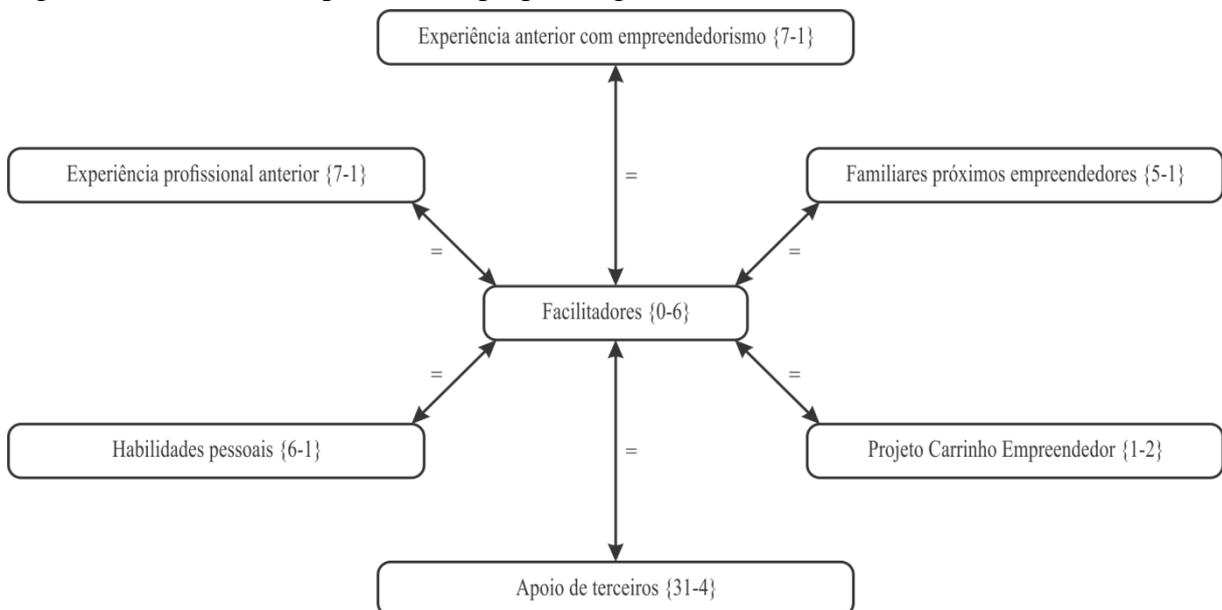
### 5.2.3 Crenças de Controle Percebido

Para Ajzen (1991) as crenças comportamentais são o terceiro grupo de crenças preditoras do comportamento e estão relacionadas à percepção do indivíduo sobre a sua própria capacidade de implementar determinada ação.

Nesta subseção, a unidade de análise “Crenças de Controle Percebido” será investigada por meio de duas unidades de contexto “Facilitadores” e “Dificultadores” (AJZEN, 1991), que trarão a discussão sobre os aspectos que facilitam e dificultam a atividade empreendedora, a partir dos depoimentos dos egressos.

Primeiramente serão analisados os “Facilitadores” e suas respectivas unidades de registro ilustradas na Figura 6 a seguir:

Figura 6 – Facilitadores para abrir o próprio negócio



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Como é possível perceber na ilustração foram cinco as unidades de registro relacionadas como “Facilitadores”, a saber: “Experiência anterior com empreendedorismo” (7), “Experiência profissional anterior” (7), “Habilidades pessoais” (6), “Familiars próximos empreendedores” (5), “Projeto Carrinho Empreendedor” (1) e “Apoio de terceiros” (31), a mais

citada. Em função disso, essa foi subdividida e será analisada isoladamente, para melhor interpretação das falas.

A “Experiência anterior com empreendedorismo” fez parte do discurso de parte dos entrevistados e remete à experiência pessoal do egresso como empreendedor. Sete dos egressos afirmaram que tiveram negócios próprios em algum momento de suas vidas e reconheceram o fato como algo que facilitaria uma nova empreitada como empreendedor.

O ESA06 relatou que uma das facilidades para abrir o próprio negócio seria o seu traquejo operacional e sua desenvoltura ao lidar com o público, por já ter tido uma venda de “churrasquinho” antes de sua passagem pelo sistema carcerário: “Já tive meu negócio antes de ser preso. Eu tinha um carrinho de churrasco, vendia meu churrasquinho com minha esposa. Então já tenho uma certa experiência. Já sei o manuseio da carne e também já conheço o cliente, sei tratar a clientela” (ESA06). Assim como ele, a ERP04 acredita que suas experiências anteriores, mesmo as fracassadas, poderiam ajudá-la: “Eu já tive negócio antes que deu certo e depois não deu certo, depois dava certo de novo, é assim mesmo. A gente vai aprendendo”.

O ESA05 e a ERP08 reconhecem que tanto a “experiência com empreendedorismo” no passado quanto o fato de ter “Familiares próximos empreendedores” são aspectos que favoreceriam uma nova tentativa de abrir um negócio:

O conhecimento que eu já tenho com esse meu negócio anterior ajuda. Já tenho facilidade com os fornecedores que me atendiam, e hoje eu saberia colocar melhor os produtos, os valores, para poder atender melhor o mercado. E meus pais também já tiveram comércio, isso também ajuda. (ESA05)

Eu já pensei em abrir um restaurante, que é uma coisa que hoje dá lucro. Mas minha família já teve mercantil, aí já pensei nisso também porque trabalhava com eles e já tenho experiência. Então existem várias possibilidades porque eu não quero passar o resto da minha vida presa a uma empresa, quero ter o meu negócio. (ERRP08)

Esses depoimentos contribuem com resultados de Barros *et al.* (2014) que demonstraram que, se tratando de empreendedores individuais, a influência familiar é um dos principais preditores do empreendedorismo como carreira. Porém, eles não estão de acordo com o estudo de Fontenele, Brasil e Sousa (2015), que não confirmaram esta mesma relação ao pesquisarem estudantes brasileiros do ensino superior.

Quanto à influência da experiência anterior como empreendedor, as falas dos entrevistados não convergem com Costa e Mares (2016), visto que os autores não encontraram relação entre o fato do empreendedor já ter tido um negócio antes ou não, em sua pesquisa com portugueses.

Outra unidade de registro significativa foi aquela denominada “Experiência profissional anterior”. Foram sete as menções sobre este aspecto, e todas elas remetem ao

conhecimento adquirido pelos entrevistados durante a vida pregressa ao crime. Alguns deles tiveram passagem por grandes empresas e reconhecem a importância dos conhecimentos adquiridos, que podem ajudar em seus planos como futuros autônomos:

O conhecimento prático também ajuda. E eu sempre trabalhei. No Bompreço, fui repositor e virei auxiliar administrativo. Na Barraca Crocobeach fui auxiliar de almoxarifado e depois administrativo. Trabalhei no Boticário, no Carrefour, no Supermercado G. Barbosa. Sempre no administrativo e no comércio. No varejo eu tive um crescimento e um aprendizado muito grande, principalmente no G. Barbosa. Eu acho que foi esse conhecimento que me deu confiança maior de botar meu negócio depois que eu saí (ERD03)

A minha prática de mercado ajuda. Porque eu já trabalhei com mercadinho e supermercado grande também. Tenho o conhecimento dos vários segmentos que eu já atuei. Já trabalhei em supermercado como encarregado de frente de loja, no faturamento, na parte da logística, então já tenho um bom conhecimento do varejo. (ESA05).

De acordo com Gurgel (2017), as experiências profissionais anteriores dos indivíduos são capazes de enriquecer seus conhecimentos em diversas áreas de atuação, o que pode ser muito importante no processo de formação empreendedora.

As “Habilidades Pessoais” também foram consideradas aspectos que favorecem a uma tentativa de abrir um negócio. Alguns dos entrevistados gostariam de investir em ramos que exigem certa habilidade manual, por exemplo, e salientam que possuem aptidões que possibilitam que este plano se torne realidade.

Três dos entrevistados gostariam de empreender no ramo de alimentação, acreditam que possuem “dom” para cozinhar e reconhecem a facilidade que isso pode proporcionar:

Minha facilidade com cozinha eu acho que ajudaria. O que eu mais gosto de fazer é cozinhar, e eu sei que eu tenho esse dom. Eu penso em fazer marmitas ou bolos, salgado, tudo de comida eu gosto de fazer. E eu sei fazer! Eu penso em um dia poder ter meu negócio e trabalhar com o que eu sei. (ESA01)

Uma coisa que facilita é que eu sei cozinhar! Minha mulher sabe e eu sei também. A gente cozinha bem. Por causa de amizade eu caí no mundo, mas eu sei fazer as coisas! Mas meus planos é trabalhar fornecendo quentinha pras obras. (ERA11)

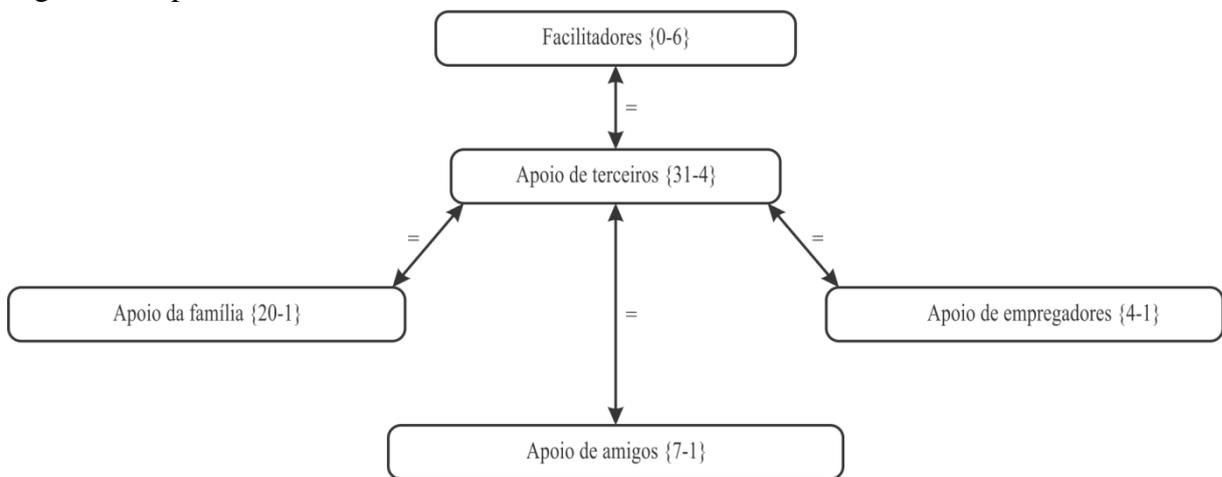
Eu não tenho curso nenhum, mas sei cozinhar e é por isso que eu penso em ter uma lanchonete. Em casa mesmo eu invento receita, sabe? Eu sei fazer salgado, sei fazer coxinha, sei fazer porque eu via minha tia fazendo e eu invento. Às vezes eu tô em casa, invento e dá certo. Tenho facilidade com algumas coisas de cozinha, tem coisas que a minha mulher não sabe fazer e eu faço. Por exemplo, tapioca, ela não sabe e eu faço e fica bem legal. (ESA12).

Por fim, um dos entrevistados mencionou o “Projeto Meu Carrinho Empreendedor” como algo que facilitaria seu plano de voltar a trabalhar como autônomo, vendendo churrasquinhos, atividade que desempenhava antes da passagem pelo sistema: “A assistente social daqui do projeto escola foi até a Cispe pra ver se conseguia um carrinho empreendedor desses pra mim, já me ajudaria muito”. (ESA06)

Importante salientar que apesar do entrevistado ter feito referência ao projeto como “Carrinho Empreendedor”, na realidade, trata-se do Projeto Vivendo e Empreendendo que, de acordo com o Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE<sup>9</sup>, já beneficiou 89 egressos com capacitação e entrega gratuita de carrinhos de lanche.

Quanto à unidade de registro “Apoio de terceiros” (31), foi associado a três outras unidades, a saber: “Apoio da Família” (20), “Apoio de Amigos” (7) e “Apoio de Empregadores” (4). A fim de facilitar o entendimento, sua análise foi realizada de forma separada como ilustra a Figura 7 a seguir:

Figura 7 – Apoio de terceiros



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O “Apoio de Terceiros” foi um dos códigos mais recorrentes nas falas dos entrevistados como um dos grandes facilitadores ao implementar um projeto como empreendedor. O grande número de menções corrobora com Ferreira, Loiola e Gondim (2017), que afirmam que alguns dos mais importantes preditores do empreendedorismo são a família e o grupo de amigos mais próximos, sendo vistos frequentemente como modelos a serem seguidos e como suportes no desenvolvimento inicial do negócio.

Algumas das falas demonstravam que o apoio do núcleo familiar é essencial na empreitada:

A gente precisa de alguém que lhe ajude, porque sem apoio fica muito difícil, não impossível, mas acho que esse apoio é 90%. [...] eu tenho um apoio muito grande da minha família e tenho até que confessar que foi bem fácil pra mim abrir esse negócio que eu tenho hoje por causa da minha mãe e da minha esposa. (ERD03).

<sup>9</sup> Informação do Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE, solicitada por meio do acesso à informação pública do site da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

O principal é o apoio de algumas pessoas. Porque se você tiver quase nada, mas tiver apoio e o incentivo, pronto! O resto você enfrenta qualquer coisa. Eu queria muito o apoio da minha mãe. (ERP04).

Não houve nenhuma referência sobre o apoio de uma figura paterna, mas a maioria dos sujeitos citava de forma específica o suporte da mãe. Uma das entrevistadas ficou visivelmente emocionada ao falar sobre o assunto:

Eu acredito que muita gente me apoiaria; minha família, minha mãe. Eu já tive muito conflito com a minha mãe. Assim que eu saí foi muito difícil, porque eu tive que ir morar com ela. Mas eu lembrava do que eu tinha passado dentro da unidade e pensava “Vou aguentar!”. E hoje a minha mãe diz que me ama! A gente não tinha esse hábito de dizer que amava uma a outra [olhos marejados]. Então com certeza hoje ela me apoiaria. Isso pra mim também é um presente. (ERP08).

Outros parentes como tias e primos também foram citados pela ERP04:

Só quem sabe da ideia de colocar uma confecção sou eu e minha tia, porque é a gente que vai “meter as caras”. Ela não mora aqui no Ceará. Ela vem de São Paulo pra cá só pra me ajudar nisso. Vai trazer a facção dela pra cá pra gente começar isso juntas. E essa outra ideia do *Drop shipping* foi meu primo que me deu. Ele é muito empreendedor e sempre me colocou nas coisas dele, sempre me chamou pra trabalhar com ele. Dessa vez ele que me falou da oportunidade do *Drop shipping*, pesquisou o que precisava e disse: “Vamos fazer assim...”. Basicamente eu tenho ele como uma referência. (ERP04).

E apesar do pequeno tempo como dono de comércio, o indivíduo que já está empreendendo ressaltou por várias vezes, durante sua entrevista, a importância do apoio que recebe da mãe e da esposa. Ele afirma que sem elas a ideia de ter um comércio seria inviável, visto que tem limitações para se deslocar com a tornozeleira eletrônica, além de ter precisado do suporte financeiro da esposa.

Tenho uma ajuda muito grande da minha mãe e da minha esposa, que eu conheci lá dentro da penitenciária, ela trabalhava lá. A gente ainda não casou, mas eu falo esposa [risos]. Ela foi uma pessoa que me ajudou demais, demais mesmo! Foi ela que tornou mais fácil colocar em prática o que eu tava pensando lá dentro. Até porque ela tem o dinheiro dela e me ajuda muito. Talvez se fosse pra colocar um negócio eu tendo que alugar um ponto, tendo que comprar as mercadorias, o material... Vixe (!), ficaria inviável. (ESA01).

Já em relação à unidade de registro “Apoio de Amigos”, foram feitas sete alusões a este código, porém vale salientar a fala de duas entrevistadas que comentaram sobre o apoio de amizades conquistadas dentro do ambiente de cárcere.

A ESA01 mora com uma ex-companheira de cela e comemora o apoio que sempre recebeu dela e de outras pessoas que conheceu enquanto fazia faculdade de filosofia dentro do presídio feminino, em uma extinta parceria entre a Sejus-CE e a Faculdade Católica de

Fortaleza. Ela mencionou que a colega e uma de suas professoras da faculdade são grandes incentivadoras para que implemente o sonho de trabalhar no ramo culinário:

As pessoas dizem que lá dentro a gente não encontra pessoas boas, mas não. Minha amiga que mora comigo sempre diz assim “Bora! A gente se junta, a gente procura parceiros para colocar esse negócio!”. A gente criou um vínculo de amizade muito grande. A Profª X também me disse que, quando eu não estiver mais tornozelada, a gente pode sentar pra ela me ajudar nesse objetivo. Eu sei que tenho pessoas para me ajudar.” (ESA02)

Já a ERP08 fez questão de registrar o apoio que recebe da profissional de coach que conheceu em um projeto dentro do sistema penitenciário e que, desde então, tem sido seu “anjo da guarda”: “A minha coach é uma pessoa que pra mim é Deus no céu e ela na terra! Ela conseguiu até dois meses de aluguel pra mim! Ela me ajuda demais, em tudo que eu preciso fazer”.

Todos esses depoimentos estão de acordo com Yurtkoru, Kuscu, Doganay (2014), que indicam que os apoios estruturais ou mesmo sentimentais de família e amigos podem encorajar as pessoas a se engajarem em atividade empreendedora. Importante frisar ainda que Patzelt, Williams e Shepherd (2014) apontaram que entre detentos e ex-detentos o apoio da família, e até de companheiros de cárcere, era relevante para que eles se engajassem em programas de empreendedorismo e concluíssem a elaboração do plano de negócios. Por fim, um destaque para a unidade de registro denominada “Apoio de Empregadores”. Dois entrevistados, o ESA07 e o ERA11, destacaram o apoio de empregadores, ou seja, de dois gestores que lhe deram oportunidade de trabalho e a quem são bastante gratos.

O ESA07 mencionou que sabe que seu ex-chefe, com quem trabalhou por diversos anos como segurança em uma loja, seria um apoiador no momento em que ele decidisse empreender:

Quem me apoiaria seria meu ex-patrão, que eu tenho como um pai. Ele já demonstrou ser um grande amigo, chegou até a pagar advogado pra mim e demonstrou ser um exemplo de cristão mesmo. Já me chamou pra trabalhar com ele de novo, mas agora não posso porque tô tornozelado. Ele é do Shalom, sempre tenta resgatar almas e sempre me ajudou, sempre falou bem de mim, sempre me apoiou demais. (ESA07)

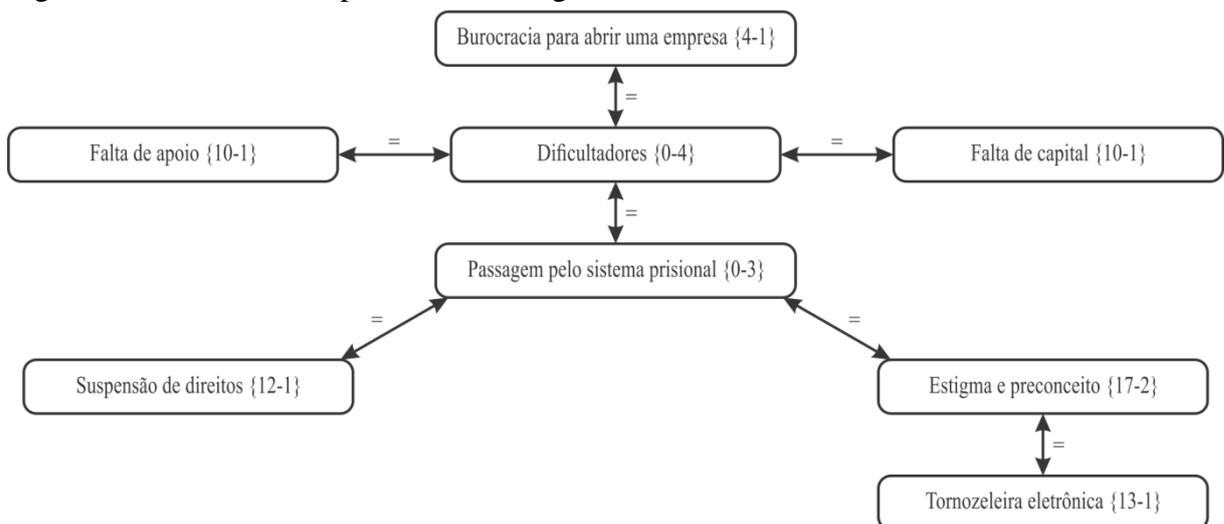
Já o ERA11 demonstrou extrema gratidão ao empregador atual, com quem trabalha nos últimos dois anos. De acordo com ele, foi a única oportunidade de emprego formalizado que lhe foi dada em quase dez anos e que, em suas palavras, “é Deus no céu e o [nome do empregador] na Terra”, mesma referência utilizada pela ERP08 ao tratar da *coach* como maior apoiadora. Durante toda a sua entrevista, o ERA11 incluiu o patrão nos planos futuros, inclusive

ao tratar do seu desejo de colocar um negócio com sua esposa, deixando claro que o interesse de conciliar a atividade empreendedora com o atual cargo de supervisor de obra:

Quem me apoiaria seria a minha esposa, minha mãe, mas primeiramente Deus, e depois o [nome do empregador]. Ele, Ave Maria! Com ele eu sei que eu posso contar! [...] Eu já tinha até falado com ele tempos atrás e ele me disse que futuramente a gente ia pensar nisso, de eu botar meu negócio. Ele disse “eu lhe dou uma ajuda”. Disse que pode me ajudar quando eu tiver o ponto, porque o mais caro hoje em dia é o ponto. E como a minha mãe tá vendendo um terreno pra comprar uma casa lá no Maracanaú, ele disse que na hora que tiver o ponto ele compra um fogão industrial e as panelas e eu vou me movimentando. Mas eu quero colocar com a minha mulher e eu continuar fazendo meus serviços com ele! (ERA11)

Em relação à unidade de contexto denominada “Dificultadores” (AJZEN, 1991), está associada a quatro unidades de registro apresentadas a seguir: “Falta de Apoio” (10), “Falta de capital” (10), “Burocracia para abrir uma empresa” (4) e “Passagem pelo Sistema Prisional” (0). Esta última aparece interligada a outras duas unidades, “Suspensão de Direitos” (12) e “Estigma e Preconceito” (17), que, por sua vez, está relacionada de forma estreita com uma outra, denominada “Tornozeleira Eletrônica” (13). A Figura 8, a seguir, demonstra a relação entre todos esses códigos que serão analisados detalhadamente:

Figura 8 – Dificultadores para abrir um negócio



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

As três primeiras unidades de registros a serem analisadas, “Falta de capital”, “Falta de apoio” e a “Burocracia para abrir uma empresa”, emergiram naturalmente do campo e são dificuldades enfrentadas pelos empreendedores brasileiros de forma geral, como apontam pesquisas recentes.

De acordo com o GEM (2017), 58% dos empreendedores no Brasil consideram a falta de recursos financeiros como um fator limitante a abertura e manutenção de um novo negócio. Outrossim, a burocracia também aparece como fator dificultador para 44,8% dos empreendedores pesquisados, que consideram a legislação e a carga tributária obstáculos para a atividade empreendedora no Brasil (GEM, 2017). Ademais, 16% dos especialistas pesquisados pelo mesmo painel afirmam que “Normas culturais e sociais e apoio da sociedade” são outros grandes obstáculos.

Os dados levantados durante o trabalho de campo desta investigação corroboram com os resultados apresentados pelo GEM (2017), como sugerem os depoimentos dos entrevistados a seguir:

O que dificulta é a situação financeira e a parte burocrática mesmo. Porque hoje em dia, pra abrir um pequeno comércio, a pessoa tem que abrir empresa, né? E tem que ter capital de giro também, entendeu? Mas se eu tivesse o dinheiro em mãos, seria bem prático. (ESA05)

A parte financeira que eu não tenho hoje, o poder aquisitivo pra colocar o negócio pra frente sem que eu esteja à frente diretamente, porque eu não tenho como conseguir um empréstimo com a minha ficha do jeito que tá. Outra coisa é a parte de estrutura de empresa, burocrática. (ERP04)

Pra você conseguir as coisas hoje em dia é a maior burocracia. Porque uma vizinha minha quis vender umas coisas, uns perfumes, e fizeram foi fechar a loja porque o alvará dela ainda não tinha chegado e ela não tava pagando imposto. Ou seja, o governo corre atrás é do imposto. E imposto é caro! (ERA11)

Algumas vezes a falta de capital foi associada com o período de privação de liberdade. A ERP08 comentou que, ao deixar a penitenciária, percebeu que a reserva financeira e os bens que tinha antes do confinamento haviam sido completamente extintos: “Está nas minhas metas, mas eu não tenho condições agora. Eu passei quase dois anos reclusa, então o que eu tinha tudo se acabou. Na verdade, nunca foi meu, por isso que se foi. Eu acredito muito nisso”.

Já o ERA02 declarou que o capital inicial hoje seria um limitador ainda que, no passado, ele tivesse conquistado algum patrimônio com seu negócio no ramo de automóveis, e por isso lamenta:

Eu tinha uma loja de veículos. E você vê tudo sendo dizimado e você vai perdendo perspectivas. Você não consegue se organizar lá dentro e, quando você chega aqui fora, é que você tem o impacto. Eu não imaginava, eu não tinha ideia que meu pós-cadeia seria tão traumático pra mim. Você percebe gente bem próxima de você que destruiu tudo o que você tinha aqui fora. (ESA02)

De acordo com Ireland (2012), para um número significativo de infratores, o momento da saída do cárcere pode ser um momento tão dramático quanto a detenção, pois

muitas vezes faltam moradia, oportunidades de trabalho, apoio da família e outros serviços para suporte na reinserção do indivíduo na sociedade.

Já a unidade “Falta de apoio” para abertura do negócio foi registrada por dez vezes pelos entrevistados, sendo apontada como um aspecto que os egressos percebem logo após a saída do cárcere, como ressalta o ERD03: “Colocar um negócio é uma solução que todo mundo lá dentro até pensa, mas muita gente quando sai vê que a realidade é outra, que é muito mais difícil, não tem tanto apoio”.

Parte dos entrevistados registrou basicamente a falta de suporte de parentes e conhecidos próximos, mas é importante salientar que três deles pontuaram que acreditam que não teriam apoio da família porque seus pais e irmãos se preocupam com qualquer possibilidade de reincidência no crime, tornando-se temerosos e superprotetores:

Minha mãe não me apoia nisso. É que depois dessa situação eles ficaram muito superprotetores comigo. Eles acham que se eu for ali, na esquina, é pra fazer alguma besteira, sabe? [...] E tenho dois irmãos que também não me apoiariam. Hoje a gente mora na mesma casa, mas a gente só atura uns aos outros. Tem aquele respeito, aquela conversa altamente necessária, mas o restante a gente não tem. (ERP04)

Eu não teria apoio da minha irmã, por exemplo. Eles não me querem que eu volte pro meu ramo antigo, algum ramo que possa me trazer algum problema futuro. O temor é sempre o retorno ao crime, qualquer coisa que possa me fazer retornar ao cárcere. (ESA02)

Já o ESA05 explicou que apesar do seu desejo de retomar sua padaria como segunda renda, a família não o apoia não só pela mudança na rotina familiar, mas também porque o local foi palco do crime que o levou ao encarceramento:

Pela minha família em não colocaria mais um negócio, porque foi por conta do comércio que eu tinha que existiu o problema que me fez ir parar naquele lugar lá (PENITENCIÁRIA). Eu passei um ano, dois meses e dois dias lá dentro por tentativa de homicídio e nem foi isso que aconteceu. Estavam roubando o meu comércio, eu fiz uns disparos e fui pego armado. Eu sei que estava errado porque disparei, podia ter acontecido algo pior, mas foi uma fatalidade (ESA05).

A unidade de registro “Passagem pelo Sistema Prisional” (0) foi criada para agrupar apenas os limitadores para o empreendedorismo próprios da vida do indivíduo egresso, que também emergiram de forma espontânea nas entrevistas, tais como: “Suspensão de Direitos” (12) e “Estigma e Preconceito” (17), este último associado ainda à unidade “Tornozeleira Eletrônica” (13).

A “Suspensão de Direitos” trata de obstáculos tais como restrições de documentação e outras perdas temporárias de direitos civis e que fazem parte da realidade de ex-detentos. Essa supressão legal afeta indivíduos do regime aberto e semiaberto ou que gozam de relaxamento de prisão, como descrevem os depoimentos a seguir:

Complica muito fazer um empréstimo pra comprar uma máquina ou qualquer outra coisa sendo ex-presidiário. Meu CPF tá bloqueado, eu não posso votar. Fica muito mais complicado que uma pessoa comum! Porque até eu terminar minha pena, tirar minha tornozeleira, eu não sou um cidadão, eu sou um reeducando, estou sendo reeducado pra voltar à sociedade. (ESA02)

E complementa dizendo que está impossibilitado também de voltar a exercer uma atividade como instrutor autônomo de Muay Thai em academias, talvez para sempre:

Eu já lutei profissionalmente. Hoje eu queria voltar pro ramo de luta, já fui instrutor, mas talvez eu não consiga por ser um ex-presidiário. Não sei se eu conseguiria tirar a carteirinha de novo porque tem várias burocracias e talvez eu não seja mais aceito por ser ex-presidiário, mas eu vou tentar. (ESA05)

Os receios dos entrevistados parecem estar de acordo com o que alertam Onofre e Julião (2013) quando afirmam que, apesar dos rituais e processos fixados pela lei para a manutenção da ordem, é importante que os direitos humanos não sejam coibidos por preconceitos que impeçam ex-infratores de pertencer à sociedade.

As limitações de deslocamento também foram pontuadas como um obstáculo para o empreendedorismo: “Esse monitoramento atrapalha a pessoa ter livre acesso a alguns locais, então não dá, né?” (ESA05).

Assim como o ESA05, outros sete entrevistados estão em regime semiaberto e possuem restrições para ir e vir. Todos eles estão reclusos a alguns metros da residência ou só podem se deslocar até o Projeto Fábrica Escola para cumprir determinações judiciais, como afirma ESA01: “Eu não posso sair daqui pra ir pra outro canto, né? Tenho que primeiro terminar minha pena aqui”.

Já o ERD03, único entrevistado em prisão domiciliar desta pesquisa, abriu um ponto comercial na garagem de sua casa e, desde a inauguração há dois meses, já arriscou violar o perímetro estipulado pelo monitoramento eletrônico, mesmo tendo sido alertado sobre as penalidades que pode sofrer:

Eu não posso sair de casa. Só posso andar 30 metros, que é bem ali, mas quem tem que resolver todas as coisas aqui do comércio sou eu. Tenho que fazer um pagamento, sair pra comprar algumas coisas e assim, (PAUSA) eu tô saindo, né? Eu não posso, mas eu tô saindo. Porque quando eu passo dos 30 metros ela (TORNOZELEIRA) começa a vibrar e apitar, só que é baixo e só eu escuto. Ela fica apitando, mas eu volto pra casa, sempre uma coisa bem rápida. (ERD03)

E complementa:

Uma vez eu saí e ligaram pra cá pra casa, pro telefone fixo. Perguntaram onde é que eu estava, eu disse que tinha ido na farmácia, bem rápido, mas ela avisou que não pode e precisou abrir uma ocorrência. Avisou que se eu fosse pego fora de casa eu poderia ser recolhido de novo para o presídio. Depois disso eu fiquei com medo. Eu

só tenho mesmo liberação para ir ao Fórum e na Defensoria Pública, mas eu preciso ligar antes marcando e eles me liberam. (ERD03)

Quanto à unidade de registro “Estigma e Preconceito”, foram variados os depoimentos sobre este tema. Para Ireland (2012), “integrar o prisioneiro ao convívio social implica despojar-se de preconceitos sociais e culturais”, e as falas dos sujeitos desta investigação sugerem que nem todos conseguem fazê-lo:

O preconceito atrapalha tudo. Ser ex-presidiário é um rótulo infame. É um rótulo que, querendo ou não, só te reporta coisa ruim. Porque as pessoas não sabem o que eu fiz, não sabem o que eu tive que fazer, se foi casual. Porque é do ser humano primeiro julgar e depois querer entender. Todos nós temos pré-julgamento. (ESA02)  
Tudo é muito pra quem sai de lá. É muito difícil ter uma pessoa que te apoie, que acredite em você, que acredite que você tá disposta a trabalhar e a mudar de vida... Em contrapartida, tem gente que não quer mesmo nada com nada na vida e isso acaba prejudicando quem quer. (ERP04)

Porém, a maioria dos depoimentos trata especificamente sobre as dificuldades e do preconceito atrelados ao uso do monitoramento eletrônico. Alguns dos entrevistados se autodenominam “tornozelados” e afirmam que gerir um negócio sob este estigma não seria fácil:

Como eu sou muito discreto, muita gente nem sabe da minha tornozeleira, mas se soubesse eu sei que teria muito preconceito. Eu tenho medo porque às vezes o cara tá trabalhando bem direitinho, tá melhorando de vida, ganhando um dinheiro o povo já começa a dizer: “voltou ao crime, voltou a fazer isso e aquilo”, mesmo não sendo. (ESA07)

E complementa comentando que, para fugir dessa mácula, mudou a forma de se vestir para evitar constrangimentos:

Eu tô 24h horas de calça, eu até durmo de calça! Meu pensamento hoje em dia é não constranger a sociedade. Porque se eu tô só de bermuda e com a tornozeleira dentro do ônibus e Deus o livre tem um assalto, o pessoal já vai pensar “ele tá participando”! Então eu tento ser o mais discreto possível. (ESA07)

A ERP04, entre outras coisas, afirmou que o estigma seria o maior complicador para que ela possa empreender, e sugere que o tratamento das pessoas muda imediatamente após notarem a presença da tornozeleira:

O pior seria a desconfiança das pessoas, porque o pessoal é muito desconfiado. Na hora que sabem ou pelo menos desconfiam, mudam. Se olham pra mim e eu tô sem o meu tensor pra esconder a tornozeleira, já pensam que eu tô com uma arma imensa na mão apontando para os outros ou traficando no meio da rua. Esse preconceito é o que acaba com a gente. A tornozeleira em si não incomoda tanto, porque nem interfere na minha locomoção, nem pra tomar banho. Sinto que incomoda mais outras pessoas que a mim e isso é que acaba me incomodando. (ERP04)

De acordo com Burri (2011), o monitoramento de infratores por meio da tornozeleira eletrônica teve origem nos Estados Unidos, tendo sido regularizado no Brasil somente em 2010. Desde então, seu uso tem sido envolto em controvérsias. Para Zackseski e Maciel (2015), esse tipo de instrumento de vigilância pode ter graves riscos de estigmatização dos indivíduos a ela submetidos, como insinua a análise dos entrevistados nesta pesquisa.

Destarte, assim como empreendedores comuns, ex-infratores que desejam abrir um negócio possuem crenças de controle percebido limitantes, tais como falta de capital e dificuldades burocráticas. Contudo, enfrentam ainda os desafios próprios do universo pós-cárcere, como a suspensão parcial de direitos civis, bem como o estigma e o preconceito da sociedade.

### **5.3 Ambiente institucional de suporte ao empreendedorismo**

Nesta seção será analisada a percepção dos egressos em relação ao suporte recebido para o empreendedorismo na vida dentro e fora do cárcere, buscando atender ao quarto e último objetivo específicos desta pesquisa.

#### ***5.3.1 Suporte Educacional e Estrutural***

O impacto dos fatores intrínsecos e contextuais na intenção empreendedora dos indivíduos está presente na literatura (CARVALHO; GONZÁLEZ, 2006; LINÑAN; CHEN, 2009; FONTENELE; BRASIL; SOUSA, 2015). Porém, para Yurtkoru, Kuscu e Doganay (2014), fatores contextuais como suporte educacional e estrutural são mais fáceis de serem manipulados por educadores e políticas públicas, quando comparados aos traços de personalidade.

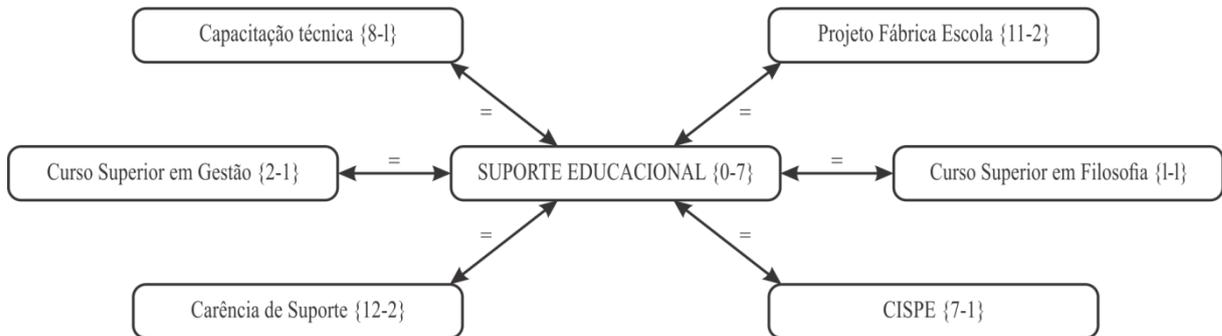
Em suas pesquisas anuais, o GEM (2017) faz o mapeamento de variados fatores contextuais que dão suporte ao empreendedorismo em cada país, no que ele chama de Ambiente Institucional. De acordo com o monitor, essa etapa do relatório analisa aspectos contextuais do processo empreendedor “em termos econômicos, políticos, sociais e de desenvolvimento, e, por fim, a postura da sociedade em relação ao empreendedorismo enquanto atividade socialmente valorizada em termos de ocupação e geração de renda” (GEM, 2017, p. 17).

Isto posto, a categoria de análise “Ambiente Institucional” (GEM, 2017) foi criada a fim de analisar de forma mais específica duas unidades de contexto denominadas “Suporte Educacional” e “Suporte Estrutural”.

Para fins desta pesquisa, o “Suporte Educacional” versará sobre cursos e instrumentos de capacitação que os egressos percebam, de forma voluntária, como algo que pode contribuir no momento de abrir o seu negócio. Já o “Suporte Estrutural” agrupará as percepções sobre quaisquer iniciativas relacionadas a políticas públicas ou privadas de fomento ao empreendedorismo. A fim de facilitar a compreensão dos conteúdos, cada uma dessas unidades de contexto será investigada de forma individual.

Em relação ao “Suporte Educacional” (0), seis unidades de registro emergiram do campo: “Projeto Fábrica Escola” (11), “Capacitação Técnica” (8), “Cispe” (7), “Carência de Suporte” (12), “Curso Superior em Gestão” (2) e “Curso Superior em Filosofia” (1), como ilustra a Figura 9 a seguir:

Figura 9 – Suporte educacional ao empreendedorismo



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Duas dessas unidades de registro, o “Projeto Fábrica Escola” e “Carência de Suporte”, foram associadas às duas unidades de contexto ao mesmo tempo, pois alguns entrevistados as relacionaram ao suporte educacional, enquanto outros, ao estrutural.

A primeira unidade a ser analisada nesta subseção, a “Carência de Suporte”, foi citada pelos egressos principalmente em relação ao período da vida dentro do ambiente de cárcere, porém o ESA06 tratou de sua vida pregressa, como estudante e arrimo de família. Sua fala revela que, além de nunca ter tido qualquer orientação específica para abrir um negócio, sua vida escolar não foi priorizada por causa de obrigações como pai:

“Nunca tive nenhuma orientação pra empreender. Eu tive uma boa educação, até a terceira série eu estudei em colégio particular, mas depois fui pra escola pública e lá nunca tive nenhuma orientação não. Até porque eu fui pai muito cedo e tive que parar de estudar e ir trabalhar, me desenrolar”. (ESA06)

A fala do entrevistado complementa dados do GEM (2017), que registram que o ensino regular no Brasil não abarca a educação para o empreendedorismo e alertam sobre a necessidade de políticas públicas que incluam, ainda na educação básica (nível fundamental e

médio), os primeiros conteúdos que possam dar suporte à atividade empreendedora, visto que grande parte dos empreendedores adultos do país possui apenas esse nível de escolaridade.

Já em relação à carência dentro do sistema carcerário, três egressos foram taxativos ao afirmar que a ociosidade prevalece nas unidades prisionais por onde passaram: “Lá dentro eu nunca recebi nada, nenhum treinamento, nada. Lá dentro deixa muito a desejar. Lá só tem coisas ruins que eu não gosto nem de lembrar” (ESA05). Outros entrevistados complementam:

Nada, nada, nada, zero! Lá na CPPL2 eu nunca recebi nenhum suporte. Eles dizem que tem isso, que tem aquilo, mas não tem nada, nada! Muitas vezes a gente conversava lá dentro e dizia: “se colocassem a gente pra capinar esse terreno aí todinho era muito melhor do que a gente tá aqui comendo e dormindo, comendo e dormindo, sem fazer nada”. (ERD03)

Eu tava na CPPL de Caucaia e lá não tinha nada, nada! Nem um projeto, nenhuma atividade. Eu acho que se dentro do sistema tivesse um projeto, um colégio, alguma coisa que ocupasse a mente do jovem não era tão difícil. Mas eu mesmo nunca tive contato com a Sejus ou com a Cispe. (ESA09)

O Censo Penitenciário Cearense (CEARÁ, 2014) dá base a essas verbalizações, quando registrou que, naquele ano, apenas 9,4% dos internos participavam do ensino regular dentro das unidades penais do estado. Quando se tratava da capacitação profissionalizante, esse número caía para apenas 1,1% (concludentes).

Importante salientar que as impressões são diferentes quando se trata da percepção de egressos que permaneceram mais tempo no cárcere ou que tiveram uma primeira passagem pelo sistema há vários anos. O ERA11, por exemplo, é reincidente e foi detido pela primeira vez ainda nos anos 90. Sua fala sugere que os projetos diminuíram e a situação carcerária se complicou nos últimos anos.

Tinha muita coisa, mas “é pouco” aqueles que querem. Antes, na minha primeira vez, ia gente de fora ensinar a gente. Mas eles pegavam até como vítimas pra sequestro, como aconteceu com o Dom Aluísio Lorscheider, lembra? Eu tava lá dentro quando aconteceu. Então eles pensam “A gente quer ajudar, mas eles não querem ser ajudados!”. Antes ia até advogado “ensinar nós”, bacharel, pastor, mas devido às rebeliões, com esse monte de quebradeira, facção, aí acabaram com tudo. (ERA11)

O ERD03 estava cumprindo pena na CPPL2 entre os anos de 2015 e 2017 quando, de acordo com o Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE<sup>10</sup>, foram registradas 15 rebeliões nos complexos penitenciários cearenses. Falou sobre a carência de projetos educacionais no cárcere e também responsabilizou, em parte, a conduta dos próprios presos.

Onde eu tava não tinha absolutamente nada! A minha mãe foi atrás porque eles dizem que tem trabalho, que tem estudo, mas eu pedi para a minha mãe ir falar com a

<sup>10</sup> Informação do Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE, solicitada por meio do acesso à informação pública do site da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

assistente social para eu me engajar e ela descobriu que não tem nada. Eu sei que isso também é por conta dos próprios presos. Muitos querem, mas muitos não querem e fazem por onde não acontecer, tendo quebradeira, tendo rebelião. (ERD03)

Da mesma forma, duas das entrevistadas do gênero feminino comentaram sobre a carência de projetos no IPF nos últimos anos. Todavia, no caso específico do presídio feminino isto ocorreria, supostamente, em função da superlotação.

Como demonstrado previamente nesta pesquisa, o IPF tem capacidade para abrigar 374 detentas, mas iniciou o ano de 2018 com 914, operando com o excedente de 144% (CEARÁ, 2017a), situação ainda pior do que a vivenciada pela ESA01 ao deixar a unidade no ano de 2015:

Quando eu cheguei lá em 2008 tinha poucas internas, no máximo umas 250, e quando eu saí já eram quase 700, então era diferente. Eu tive oportunidade. Eu passei no Enem, depois teve um projeto da Faculdade Católica e da Sejus, pra ministrar um curso superior lá dentro da unidade, e eu passei. Eu fiz faculdade lá dentro, eu sou formada em Filosofia. Passaram 15 meninas, mas só se formaram quatro. E a faculdade deu todo suporte! Material, professor, tudo! (ESA01)

Hoje em dia nosso estado está na situação que está, né? Eu sei porque ainda vou lá, minha companheira ainda tá lá. Nosso presídio tá superlotado e são poucas oportunidades pra uma quantia enorme de gente. No meu tempo eu sempre procurei trabalhar e estudar, o que eu não fazia aqui fora [...] Foi lá que eu voltei a estudar, fiz o ensino fundamental lá dentro do IPF, pelo Pró-jovem. Fiz o *coach* e a minha foi a última turma, foi providência de Deus ter terminado. Mas no Ceará hoje realmente são poucas oportunidades. Principalmente para os presos provisórios. (ERP08)

Apesar do cenário preocupante apontado pelas detentas sobre o IPF, o Censo Penitenciário Cearense afirma que a situação na penitenciária feminina é melhor do que no universo masculino:

A maioria das unidades prisionais do Estado abriga um número de detentos superior à sua capacidade. Em sua consequência, nestes ambientes, a superlotação na maioria das vezes é comum, assim como as condições deficientes de infraestrutura. Principalmente os homens recolhidos sofrem com esta situação. Em relação às mulheres, as condições de abrigo são melhores. Também para elas, além do trabalho, são oferecidos mais cursos profissionalizantes, ademais de contar com mais projetos realizados pela sociedade civil, além dos religiosos. (CEARÁ, 2014, p. 135).

O “Projeto Fábrica Escola” também foi duplamente associado pelos egressos ao suporte educacional e estrutural, o que corrobora com sua proposta institucional de ressocialização de apenados por meio do ensino e do trabalho com foco no empreendedorismo.

Para ESA02, o projeto ofereceu a capacitação que ele precisava para abrir um novo negócio. Em função do que aprendeu lá, não pretende voltar para o ramo no qual atuava antes do cárcere. Já para ESA05, além de ensino e trabalho, o projeto acolhe as pessoas e cumpre um papel social:

Antes eu até pensava em continuar no mesmo ramo que eu tinha, de automóveis, mas hoje eu aprendi serigrafia, eu aprendi a fazer a arte gráfica, a sublimação, tudo aqui no projeto. Hoje em dia eu tô mais focado em abrir um negócio nessa área de serigrafia que eu aprendi aqui. (ESA02)

Tô aqui no projeto há uns cinco meses. É muito bom, muito bacana. Aqui as pessoas são bem tratadas, as pessoas aqui são bacanas: o professor, a assistente social. Nós nos damos muito bem, é como se fosse uma grande família. É uma casa que acolhe a pessoa com carinho. Aqui já trabalhei com a parte elétrica, com material reciclado, agora tô no eixo da serigrafia e já aprendi muita coisa. (ESA05).

Já a “Cispe” foi citada por sete egressos como o único contato que tiveram com a educação para o empreendedorismo de forma mais específica: “Eu fiz alguns cursos na Cispe quando eu saí, um deles era de empreendedorismo, outro de guia de turismo.” (ERP08) “Lá dentro é lamentável, mas aqui fora eu vi na Cispe uma relação de cursos, tinha coisa de empreendedorismo. Fui bem assistido por uma pessoa lá na Cispe, mas dentro do presídio é outra situação” (ESA06).

De acordo com Ceará (2014), a Cispe tem como missão institucional preparar o interno para voltar à sociedade e buscar oportunidades para o recém-saído para que ele consiga retornar ao convívio social com uma nova perspectiva de vida. Ao deixar o cárcere, é por intermédio do órgão que o ex-detento pode buscar apoio na ressocialização, porém, de acordo com dados apurados em entrevista com agente responsável pelo projeto na Sejus-CE (APÊNDICE B), o trabalho acontece de forma unidirecional, ou seja, o egresso possui a liberdade de procurar o equipamento de forma voluntária.

Já o ESA02, um dos dois entrevistados com formação superior e um segundo curso incompleto pela UFC, reconhece o que a Cispe oferece atenção, chegando a participar de alguma das formações, mas não atribui valor real às iniciativas da coordenadoria. Ele complementa acusando o Estado de estigmatizar todos os infratores como “burros”:

Você vai na Cispe, se inscreve para fazer um curso, um curso muito básico, ou seja, o Estado pensa que todo preso é burro, que todo preso é analfabeto. E não é. A sociedade tem que acordar que não tem mais gente ignorante não! Eu até fiz um curso de empreendedorismo na Cispe, pelo Senac, muito bom. A didática dos professores muito boa, o curso em si bom, 40h de curso, mas solto. Não tem um curso sequencial de nada [mudança no tom de voz, e fica hostil]. Tanta gente presa, por que não qualifica?! Por que você fazendo uma triagem você consegue ver quem quer, quem é quem. Todos os cursos ofertados são muito simples, são muito básicos, é alfabetização! É tratar a pessoa como nada a partir daí. (ESA02).

O entrevistado demonstra insatisfação com o nível e o aprofundamento dos cursos de qualificação oferecidos e sugere uma triagem mais cuidadosa entre os internos. Porém, analisando dados do último censo penitenciário (CEARÁ, 2014) é possível aferir que os órgãos responsáveis talvez priorizem atividades que realmente possam prestigiar o maior número de internos, visto que o nível de escolaridade é realmente baixo. De acordo com o documento, dos

12.040 participantes da pesquisa, 52,5% possuíam apenas o Ensino Fundamental Incompleto, enquanto apenas 0,3% tinha formação superior.

Quanto à unidade de registro “Capacitação Técnica”, a maioria dos entrevistados assente que é um dos principais suportes oferecidos dentro do sistema carcerário cearense e que pode ser útil na hora de empreender.

Na CPPL5 eu participei de um curso de pintura de tela. Até um colega meu vende muito. Ele pinta os quadros dele lá dentro, a família dele pega e vende nas feiras aqui fora. Porque o que eles produzem é deles. Então já dá pra ele conseguir uma renda. (ESA07)

A formação em artesanato foi mencionada com frequência: “Eu aprendi artesanato dentro da instituição penal, tudo que aprendi de artesanato foi lá dentro. Não lembro mais o nome do projeto, mas foi lá. Então eu sei que se eu tivesse uma oportunidade eu conseguiria desenvolver, dava certo” (ERA10).

Cooney (2012) aponta que é comum que ex-detentos estabeleçam atividades como autônomos na área do comércio de artesanato ou na produção de pequenas peças de carpintaria e sugere que caso recebessem algum tipo de financiamento inicial, muitos teriam oportunidades reais de começar uma nova trajetória de vida, o que está de acordo com a crença do ERA10. Enquanto, Hawley, Murphy, Souto-Otero (2013) afirmam que atividades artísticas, tais como a pintura, são particularmente importantes para o desenvolvimento pessoal e autoconfiança de detentos, ajudando a “normalizar” a vida no cárcere.

Porém, assim como o ESA, que taxou os conteúdos dos cursos oferecidos pela Cispe como “muito básicos”, a entrevistada ERP04, com curso superior em Gestão Financeira incompleto, também não demonstrou interesse nos cursos ofertados enquanto ainda estava confinada no IPF:

Lá tem muito curso de artesanato, basicamente. E tem gente que pode abrir um negócio pra trabalhar com isso, mas não era o que eu queria pra mim. Lá também tinha muita coisa voltada pra fábricas, curso de fazer sabão, sabonetes. Eu nunca fiz, mas eu via as meninas aprendendo a trabalhar com isso. E tinha curso de costura, que você também pode trabalhar pra si. (ERP04).

Alguns dos entrevistados afirmam ainda que adquiriram capacitação técnica por meio de atividades laborais que exerceram durante o período de encarceramento. A ESA01 trabalhou por seis anos e meio na fábrica da Famel, detentora da marca Dona Florinda, reconhecida no mercado cearense: “Lá dentro eu aprendi a costurar, a revisar, empacotar, a dobrar a peça. Nunca tinha costurado antes. Pedi oportunidade pra diretora da unidade, ela conseguiu uma vaga e eu trabalhei na Famel quase o tempo todo em que fiquei presa” (ESA01).

Por fim, as duas últimas unidades de registros são a “Curso Superior em Gestão” e “Curso Superior em Filosofia”, que foram citados pela contribuição no suporte educacional de fomento ao empreendedorismo. No caso, apenas o egresso com graduação em informática, e formação incompleta em matemática, não mencionou nenhum tipo de aporte ao empreendedorismo advindo da universidade.

A ERP04, ex-estudante de Gestão Financeira, comentou: “A faculdade sempre ajuda, né?”, enquanto o ESA 03 reconhece que o curso de Administração de Empresas foi capaz de lhe oferecer um suporte mais específico: “A orientação que eu tive foi por ser aluno do curso de administração de empresas, né? Que realmente é para você ter o seu próprio negócio. A orientação que eu tive foi essa, enquanto eu estudava” (ERD03).

Essa fala converge com Sousa (2014), que afirma que os estudantes de cursos de administração em sua fase de formação superior adquirem conhecimentos que possibilitam diversos percursos profissionais, incluindo a carreira empreendedora, já que se assemelha às competências obtidas no curso.

Já a egressa que cursou Filosofia dentro do cárcere, por meio da parceria Sejus-CE e Universidade Católica, afirma que a oportunidade de estudar mudou sua vida em todos os sentidos. Em seu discurso emocionado ela sugere que o curso superior não só abriu a sua mente para o empreendedorismo, mas mudou sua impressão do mundo:

Estudar foi a melhor coisa que me aconteceu. Eu me descobri de novo. Os professores foram maravilhosos [voz embargada]. Eles eram pessoas que não faziam distinção entre eles e os internos, tratavam a gente super bem. Tinha professor que levava todo dia um lanche diferente! A faculdade deu todo o suporte pra gente e, a partir do momento que eu comecei a estudar filosofia, aqueles muros já não eram mais barreiras pra mim. Depois que eu comecei a estudar filosofia aquilo ali não me prendeu mais mesmo! E depois a gente começou a ter oportunidades. (ESA01)

O relato complementa Soares e Viana (2018) quando declaram que a educação no ambiente no cárcere não é apenas a aprendizagem de conhecimentos básicos, mas, sobretudo, uma oportunidade para que os internos recodifiquem sua realidade e sintam-se motivados a construir um novo projeto de vida.

Importante destacar que durante a análise dos dados acerca dos suportes oferecidos, é possível perceber diferenças de percepções entre grupos de ex-internos. Os ex-infratores acima de 30 anos ou que passaram mais tempo encarcerados aparentam ter impressões mais reflexivas sobre o cárcere. O discurso deles sugere que reconhecem não só os aspectos negativos, mas as oportunidades que surgiram dentro do sistema penitenciário. O ERP08, 30 anos, comentou:

No meu tempo de reclusão eu sempre procurei trabalhar e estudar, o que eu não fazia aqui fora. Eu sempre digo que pra muita gente lá dentro é um pântano, mas pra mim não. Pra mim foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. É engraçado e muita gente diz que eu sou louca quando eu falo isso, mas foi lá que eu passei realmente a dar valor às pequenas coisas que existiam aqui fora que eu não dava antes. Lá eu voltei a estudar, lá eu comecei a ler, porque aqui fora eu não tinha tempo pra ler. Lá eu trabalhei com artesanato, que é uma das poucas oportunidades que a unidade nos dá, mas as poucas que eu tive eu agarrei. E agora eu tenho meu trabalho, tô mobiliando minha casa, tô colhendo o que foi plantado lá dentro.

A ESA01 (46 anos), reclusa por quase sete anos, ressalta que existia uma oferta maior de projetos em 2018, quando ela entrou no IPF, e que por vezes ela teve que optar:

Lá dentro tinha curso de empreendedorismo sim, mas eu não podia fazer por causa do trabalho. Você tem que optar. Como eu já trabalhava pra uma fábrica lá dentro, eu tinha expediente. Ficava no trabalho das 7h às 16h, tomava banho e ia para a aula da faculdade. E ficava das 16h até 19h na aula [...]

Já o ERA11, reincidente que no total já passou quase dez anos encarcerado, ressaltava as diferenças entre suas diferentes passagens e de seus familiares pelo cárcere:

Na primeira vez lá dentro, nos anos 90, tinha como trabalhar. Lá dentro tinha empresas, tinha educação, tinha como trabalhar na cozinha também. No meu caso eu consegui trabalhar como bombeiro hidráulico, porque eu já trabalhava com isso antes de ser preso.

E complementa, em um segundo momento:

Hoje é diferente. Tem gente que quer se regenerar, mas “as facção não deixa”. Ou você vai pro lado “das facção” ou você morre. Eu digo isso porque meu sobrinho acabou de passar quatro anos. Até pra ser evangélico lá dentro hoje é difícil! Ele só conseguiu sair porque virou evangélico, mas oportunidade mesmo “as facções” não deixam. É a realidade, infelizmente, a realidade do país da gente. (ERA11).

Quanto à presença de facções, o ERD03 concorda e também atribui a elas e às frequentes rebeliões parte da responsabilidade por não existirem mais oportunidades dentro das penitenciárias:

Os órgãos responsáveis, a própria Sejus, talvez até queiram implementar algumas coisas lá dentro, mas não podem porque o pessoal de lá não deixa e fazem por onde não acontecer, tendo quebradeira, tendo rebelião. De quê adianta colocar algo lá pra no outro dia tá tudo quebrado?! Em 2016 eu peguei uma primeira rebelião, foi terrível, terrível! Depois, em 2017, teve mais umas três, a última vez foi em outubro. A barra tava muito pesada, começava os gritos e eram os caras matando o outro lá de paulada, do meu lado [...]. (ERD03).

Esses depoimentos parecem confirmar o que a mídia cearense, e mesmo nacional, noticiou com frequência entre os anos de 2015 e 2018, sobre uma suposta ocupação do estado por facções criminosas como Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC)

e Guardiões do Estado (GDE). Organizações estas que fizeram parte das manchetes e, de acordo com os noticiários, dominaram o sistema penitenciário, organizando rebeliões e chacinas.

Para Adorno e Salla (2007), essas organizações criminosas desestabilizam a autoridade do Estado, se instalando como um poder paralelo por meio de mecanismos de dominação, tais como motins, rebeliões, assassinatos brutais. As instituições oficiais são colocadas à prova durante ondas de ataque fora dos presídios, demonstrando que as organizações são capazes de comandar de dentro das unidades o andamento simultâneo de inúmeras rebeliões; atacando alvos distintos sem uma lógica predeterminada e com elevada dose de surpresa; expedindo ordens e, logo depois, determinando a suspensão das ações para, assim, conseguir negociar com altas autoridades do Estado.

Outra dificuldade levantada pelos egressos nas entrevistas foi o fato de que, além de escassas, por vezes, as oportunidades de suporte são “excludentes”, sendo destinadas a públicos específicos, como revela o ERD03:

Eu tava na CPPL2 e não tinha nada lá. Já na CPPL5 tem muita coisa, tem trabalho, tem estudo, tem costura. Mas eu já ouvi falar que alguns presídios que têm trabalho e estudo são destinados para outro tipo de pessoas. Aquelas pessoas que não podem ficar misturadas, tipo estupradores, os “cagoetas”, os “maria da penha”, que não podem ficar misturados, porque o resto não aceita. Então isso aí é pra eles, eles têm muitos benefícios. (ERD03)

De forma concomitante, a ERP08 aponta que a grande maioria dos projetos é restrita aos apenados, ou seja, não prestigia internos em regime provisório, o que também foi apontado em relação ao suporte estrutural e será abordado com mais detalhe a seguir:

[...] no Ceará realmente são poucas oportunidades. Principalmente para os provisórios, porque eles querem dar oportunidades pra quem é julgado. E a população de julgados no Brasil é bem menor. De provisórios hoje é quase 70%. Eu, por exemplo, saí e eu não consegui meu emprego através da Cispe, porque emprego é só para quem já foi julgado. (EEP08)

Quanto à unidade de contexto “Suporte Estrutural”, buscou-se identificar todas as percepções dos egressos acerca do apoio recebido para inaugurar um negócio próprio a partir de políticas e programas de fomento ao empreendedorismo.

Para o GEM (2017) o ambiente institucional pode promover ou inibir o suporte estrutural para a atividade empreendedora, a partir de iniciativas regionais ou federais, refletidas em regulamentações ou tributos, por exemplo. Outrossim, além do Estado, os programas privados também podem promover capacitação e infraestrutura física, social e/ou cultural de suporte a abertura de novos negócios (YURTKORU; KUSCU; DOGANAY, 2014; GEM, 2017).

Desta forma esta pesquisa buscou interrogar os sujeitos sobre o “Suporte estrutural” a que tiveram acesso durante a vida e, de forma especial, dentro do sistema penitenciário. O relato resultou nas seguintes unidades de registro: “Projeto Meu Carrinho Empreendedor” (1), “O Estado” (11), “Projeto Fábrica Escola” (11) e “Carência de Suporte” (12). Como explicado anteriormente nesta pesquisa, as duas últimas unidades também foram interligadas a unidades de contexto “Suporte Educacional”. Da mesma forma, o “Projeto Meu Carrinho Empreendedor” foi citado previamente e está associado à unidade de contexto “Facilitadores”.

A Figura 10 a abaixo ilustra todas as unidades de registro que serão analisadas a seguir:

Figura 10 – Suporte estrutural ao empreendedorismo



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

As unidades “O Estado”, “Carência de Suporte” e “O Projeto Fábrica Escola” foram as mais indicadas entre os sujeitos neste contexto, sendo as duas primeiras citadas de forma negativa, enquanto o projeto da iniciativa privada, de forma positiva.

A fala dos entrevistados sugere certa insatisfação em relação à falta de suporte do Estado: “É que nosso governo não dá oportunidade, né? Ou seja, o governo corre atrás é do imposto. Ele não vê a segurança, educação e saúde. Ele só vê o imposto” (ERA11).

O ERA02 concorda e complementa afirmando que as poucas iniciativas do Estado são apenas de aparência:

Não existe suporte nenhum! A verdade é que o Estado só pensa no seu próprio recurso e o preso dá algum tipo de lucratividade, ou não se investia tanto em presídio, se investiria em educação. Mas eu acho que o que o Estado oferece é irrisório. O sistema precisa mudar e querer ajudar mesmo, não querer ajudar só no papel, só na fachada!

Em contrapartida, as informações oficiais disponibilizadas pelo o Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE<sup>11</sup> para a elaboração desta pesquisa contradizem os que

<sup>11</sup> Informação do Comitê Setorial de Acesso à Informação da SEJUS-CE, solicitada por meio do acesso à informação pública do site da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

os depoimentos sugerem. De acordo com a secretaria, são três os projetos apenas com foco no empreendedorismo implementados nos últimos cinco anos, a saber: Projeto Vivendo Empreendendo (No qual o egresso recebe o Carrinho Empreendedor), Projeto Kiteiras Grants e Projeto Querer. Ainda de acordo com informações oficiais, tais projetos atenderam, entre os anos de 2012 e 2017, um total de 339 reeducandos.

Apesar dos dados da secretaria, dos 12 entrevistados, apenas um mencionou as contribuições do “Projeto Carrinho Empreendedor” de forma específica:

Eu ouvi falar desse projeto do carrinho aqui no Fábrica Escola. Lá dentro é um negócio escasso de tudo, até de informação, porque eles não passam. A assistente social daqui foi até a Cispe pra ver se conseguia um carrinho empreendedor desses pra mim, já me ajudaria muito. (ESA06)

Já o discurso da ERP08 sugere que ela conhece as vantagens do Projeto Querer, apesar de não mencionar o nome. Seu depoimento foi catalogado na unidade de registro “Carência de Suporte”, pois ela explicou que não pode ter acesso ao programa, e alertou, mais uma vez, sobre a situação de escassez de projetos voltados ao público no regime provisório:

Tem um programa de empreendedorismo lá em que é dado oportunidade. Que dá empréstimo pra quem quer colocar um negócio, mas é só pra julgado [suspiro e risos]. Como eu disse, eu passei dois anos presa, sem ser julgada. Eu saí com relaxamento de prisão e tive que correr atrás pra conseguir emprego. Se fosse pra eu esperar pela instituição governamental, provavelmente teria acontecido o que acontece com a maioria. Eu li uma pesquisa que diz que a maioria dos presos que voltam são provisórios. É delicada mesmo a questão do preso provisório. (ERP08)

Importante salientar que o Ceará encerrou o ano de 2017 com 13.520 custodiados em regime provisório, ou seja, cerca de 48% do total da população carcerária, segundo dados oficiais (CEARÁ, 2017a), o que reforça o discurso da entrevistada.

Por fim, a última unidade de registro é novamente o “Projeto Fábrica Escola”, já relacionado com a unidade de contexto “Suporte Educacional”. Quanto ao suporte estrutural, as falas sugerem que na casa passam por um processo de acolhimento e ressocialização, o que aparentemente eles relacionam como um suporte importante para qualquer tentativa de voltar à sociedade, inclusive, a tentativa de colocar o próprio negócio.

Quando indagados sobre “Que tipo de suporte você já recebeu para colocar um negócio?” cinco dos entrevistados mencionaram o acolhimento que receberam na Fábrica Escola e alguns citavam repetidas vezes que lá as pessoas são tratadas com dignidade, independentemente do passado como infratores. A ESA01 explica que o suporte que recebeu do projeto foi fundamental para que ela concluísse sua graduação, visto que foi a casa que

conseguiu autorização e ofereceu espaço físico para que a defesa da monografia acontecesse nas dependências do projeto, no Centro de Fortaleza.

Hoje eu tenho todo o suporte de uma “casa”, desse projeto, hoje eu tô bem. É muito gratificante trabalhar aqui. Eu tenho todo o suporte, na figura do professor, na figura da assistente social. Eles me deram suporte pra eu terminar minha faculdade aqui. Eu defendi minha monografia aqui dentro porque tô tornezada [...]. Aqui nós não somos tratados com ex-internos, somos tratados pelo nosso nome! Nós temos cesta básica, temos psicólogo, se precisar ir pro médico a assistente social ajuda, tem todo um projeto de ressocialização mesmo aqui. (ESA01)

O ESA05 complementa:

Lá dentro tem muita gente precisando de um local como esse projeto aqui, porque lá é cruel. A prisão não bota ninguém pra frente não, não tem condições de jeito nenhum de uma pessoa ir pra frente lá dentro. Aqui é diferente, um projeto desse aqui reanima a pessoa, a família. As pessoas são bem assistidas. É um projeto que tem valorizado as pessoas, dá ânimo, dá incentivo às pessoas, é muito bacana. (ESA05)

Já o ESA07 comenta que, por intermédio do projeto, teve ajuda para conseguir o direito de fazer algo que a maioria dos egressos em regime especial não tem permissão: participar de atividades na comunidade católica:

Eu já consegui muitas coisas aqui no projeto. Depois de quase um ano de tentativa eu consegui autorização pra ir pra missa, pra ir pra Caminhada com Maria, porque a maioria dos presos só consegue autorização para ir para a igreja evangélica. (ESA07)

E complementa dizendo que se sente tão bem no local que já recusou uma possibilidade de emprego com maior salário, sugerida por um juiz, por sentir que o dinheiro não é o mais importante pra ele no momento:

Por causa do meu currículo o juiz da vara quis me colocar pra trabalhar lá na Sejus, onde dá um salário melhor, mas pra eu trabalhar assim “tornezado” eu preferi ficar aqui no Projeto Fábrica Escola. Aqui por enquanto é um lugar que eu gosto, que eu tô há um ano e trabalho com amor. Falei pra ele que preferia ficar no projeto, porque agora dinheiro não é o mais importante não, é eu me sentir bem. (ESA07)

Apesar de algumas das respostas em um primeiro momento soarem distantes de um incentivo tangível como, por exemplo, uma taxa especial de financiamento ou uma política protecionista de barreira comercial, de acordo com o GEM (2017), o suporte estrutural também está relacionado a uma dimensão cultural. Nesse sentido, o indivíduo pode se sentir mais confortável ao empreendedorismo, dependendo da “influência dos comportamentos e atitudes determinados pela cultura e pela sociedade no que se refere à posição da mulher na sociedade, a comunidades regionais ou grupos minoritários, tais como grupos étnicos e religiosos” (GEM, 2017, p. 118).

Por ser um grupo minoritário à margem da sociedade, é possível inferir que as falas sobre o Projeto Fábrica Escola sugerem que lá eles encontram possibilidades de resgate de aspectos básicos da cidadania, como “ser chamado pelo nome” ou ser “tratado como gente”, como sintetiza a fala do ESA02: “A casa aqui ajuda muito a gente, mas o recurso é todo do Projeto. Eu tô a mercê do Estado, então se é pra ser humanizado mesmo, trata a gente humanamente. Nem nos órgãos onde a gente precisa ser atendido tem um atendimento cordial, ninguém é tratado como gente”.

Por fim, os relatos dos sujeitos indicam algumas possibilidades de melhoria no que se refere ao oferecimento de suporte ao empreendedorismo: criação de mais vagas para projetos de educação formal ou técnica, maior variedade na oferta de cursos a fim de oferecer capacitação de forma mais efetiva aos diferentes perfis de egressos, inclusão de indivíduos do regime provisório nas políticas já existentes, maior e melhor divulgação dos programas da Sejus-CE entre os internos e egressos, entre outras.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar as crenças de egressos de penitenciárias cearenses quanto a abrir um negócio próprio. Para que este objetivo fosse alcançado foram traçados cinco objetivos específicos que visavam: investigar a percepção dos egressos quanto a abrir um negócio próprio e suas motivações, analisar suas crenças comportamentais, normativas e de controle percebido sobre a intenção de abrir um negócio, além de investigar a percepção deles sobre os suportes recebidos, dentro ou fora do cárcere, para a carreira como empreendedores.

Detendo-se a essa perspectiva, o referencial teórico base desta investigação versa sobre dois pontos principais: o empreendedorismo no ambiente de cárcere e suas motivações de acordo com o GEM (2017), bem como as crenças predictoras da intenção empreendedora, a partir dos princípios da Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1991). Já no que se refere à metodologia, a pesquisa é caracterizada como exploratória descritiva, de natureza qualitativa, com a coleta de dados sendo realizada por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado.

Dessa forma, foram entrevistados 12 egressos de penitenciárias do estado do Ceará, sendo 9 pessoas do gênero masculino e 3 do feminino, com idade entre 22 e 51 anos. Apenas dez dos sujeitos são condenados pela Justiça, enquanto dois ainda esperam pelo julgamento. Os dez apenados cumpriram o regime fechado e completam o restante da pena em regime aberto ou semiaberto, parte deles utilizando equipamento de monitoramento eletrônico. Os outros dois entrevistados são duas mulheres que, após um período de encarceramento, receberam o benefício de relaxamento de prisão, podendo aguardar o julgamento em liberdade.

Para compreender as informações coletadas, utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e, a fim de organizar e caracterizar os dados, foram criadas cinco categorias de análise de acordo com os objetivos específicos da pesquisa. As entrevistas foram transcritas e codificadas em unidades de registro, relacionadas a unidades de contexto previamente definidas a partir dos constructos da literatura que dá base a esta investigação. A fim de auxiliar a análise e a melhor visualização dos resultados, o *software* Atlas.ti7 foi utilizado e as informações foram transformadas em registros gráficos que demonstram quantas vezes cada código foi citado e a relação entre eles.

O primeiro objetivo específico trata da intenção empreendedora dos egressos e de suas eventuais motivações. Entre os dozes entrevistados, apenas um não tinha nenhuma intenção de abrir o próprio negócio no momento, pois preferia trabalhar para terceiros, já que

aos 22 anos nunca tinha tido nenhuma experiência formal de trabalho. Os outros onze interrogados afirmaram ter interesse de empreender. Um deles, inclusive, já tinha inaugurado uma pequena mercearia na garagem de sua residência após ter deixado a prisão há três meses. Importante salientar que dois dos egressos gostariam de voltar a desempenhar as atividades anteriores ao período de cárcere, um deles como servidor público e o outro, na construção civil, mas conciliando com a carreira empreendedora.

Entre as motivações apontadas, a principal delas foi a percepção de uma grande “dificuldade de inserção no mercado de trabalho”. Todos os onze egressos que gostariam de empreender comentaram que conseguir um emprego é algo árduo para um ex-infrator. Porém, além desta dificuldade, algumas verbalizações apontaram outros motivos, tais como a “realização pessoal” ou o “reconhecimento de oportunidade” de negócio. Ou seja, a fala dos entrevistados sugere que a intenção empreendedora de egressos cearenses está relacionada principalmente ao empreendedorismo por necessidade, mas não de forma exclusiva.

Dessa forma, os resultados estão em desacordo com a classificação binária do GEM (2017) em “necessidade” ou “oportunidade”, ao mesmo tempo em que corroboram com a pesquisa de Vale, Corrêa e Reis (2014), já que parte dos entrevistados mencionou as duas razões para empreender.

Quanto ao segundo objetivo específico, as crenças comportamentais identificadas nos depoimentos tratam das percepções dos egressos sobre as vantagens e desvantagens de abrir um negócio próprio. Neste quesito, a análise dos dados sugere que parte dessas crenças é afim com as de outros perfis de indivíduos, tais como: o “retorno financeiro”, a “gestão do próprio tempo”, a “autonomia” e o “nível de estresse/pressão menor” ao conduzir o próprio empreendimento. Além desses, os entrevistados citaram ainda algo particular à realidade como ex-infratores: a possibilidade de “ajudar outros egressos” que sofrem com a mesma dificuldade de conseguir um emprego.

O “retorno financeiro”, a “gestão do tempo” e a necessidade de “autonomia” estão de acordo com pesquisas anteriores que, em análises quantitativas, também os apontaram como preditores da intenção empreendedora (KAUTONEN; PALMROOS, 2010; VALE; CORRÊA; REIS, 2014; BANDEIRA; IPIRANGA, 2017). Já em relação à crença “ajudar outros egressos” é algo que sugere uma semelhança com o viés do empreendedorismo social, onde o empreendedor apresenta motivações como gerar bem-estar social ou melhorar condições de grupos desfavorecidos, assim como apontado na pesquisa de Cavazos-Arroyo, Puente-Díaz e Agarwal (2017).

No que se refere às desvantagens mencionadas pelo grupo de sujeitos, duas delas já aparecem em outras pesquisas, como a do GEM (2017) e Moraes *et al.* (2018): “custos com impostos” e “risco”. Outros limitantes também foram citados, como a “perda de direitos trabalhistas” e a “necessidade de disciplina e organização”. Contudo, três dos entrevistados foram incapazes de mencionar qualquer desvantagem em empreender, o que sugere uma atitude positiva em relação ao empreendedorismo já encontrada em outras investigações (IZQUIERDO; BUELENS, 2011; OLIVEIRA, 2016).

O terceiro objetivo específico versa sobre as crenças normativas, ou seja, as crenças sobre a percepção de diferentes grupos sociais quanto à possibilidade dos egressos abrirem um negócio próprio. “Família”, “amigos”, “sociedade em geral” e, de forma particular, “clientes e fornecedores” do futuro empreendimento foram citados nas falas dos entrevistados como principais influenciadores. As falas sugerem que os ex-internos são afetados pelas opiniões de seus familiares e amigos, assim como em outras pesquisas que atestam que estes dois referentes sociais interferem na maioria dos comportamentos humanos (AJZEN; FISBEIN, 1975; AJZEN, 1991; MOUTINHO; ROAZZI, 2010), incluindo o comportamento empreendedor (FILION, 1999; DOLABELA, 2008).

Além deles, outras duas normas sociais foram apresentadas pelos sujeitos e parecem estar relacionadas especificamente com a condição deles como ex-infratores da lei: grupos de “clientes e fornecedores” do empreendimento e a “sociedade” em geral. De acordo com os egressos, seria difícil lidar com a opinião de clientes e fornecedores que eventualmente soubessem sobre o passado deles como ex-detentos e também com o julgamento da sociedade, que olha com desconfiança qualquer comportamento de um “ex-presidiário”. Essa crença converge com o que Eikeland (2009) trata como “efeito desmoralizante de presos”, relacionado à desmotivação em relação ao futuro incerto, sitiado por dificuldades e preconceitos.

Já a análise das crenças de controle do comportamento percebido atende ao cumprimento do quarto objetivo específico desta pesquisa e trata da percepção dos egressos sobre aspectos que facilitariam e dificultariam a inauguração de um negócio próprio. Os resultados da análise dos dados sugere que os egressos possuem um conjunto de crenças limitantes equivalentes aos demais grupos sociais, além de outras resultantes da passagem pelo crime, como o receio do estigma e do preconceito da sociedade, por exemplo.

Quanto aos facilitadores, parte deles apontado pelo grupo de egressos está de acordo com resultados de estudos empíricos anteriores: “familiares próximos empreendedores” (BARROS *et al.*, 2014) e o “apoio de terceiros” (FERREIRA; LOIOLA; GONDIM, 2017), de forma especial o de familiares e amigos. Entretanto, em relação à facilidade por já ter tido uma

“experiência profissional anterior” e uma “experiência prévia com empreendedorismo”, os resultados não convergem com os de Costa e Mares (2016), que não encontraram significâncias nesses dois fatores em sua pesquisa com estudantes.

De forma complementar, emergiram crenças específicas que não foram encontradas na literatura, visto que uma delas trata particularmente de um projeto do governo do estado do Ceará para ex-internos, o Projeto Carrinho Empreendedor. Outra diz respeito ao apoio e a relação que dois entrevistados possuem com seus empregadores. A fala dos entrevistados sugere uma estreita relação de cumplicidade e gratidão entre os egressos e os indivíduos que lhe ofereceram uma oportunidade de trabalho a despeito de sua condição como ex-detento, o que pode ser foco de investigação mais aprofundada em estudos futuros.

Já em relação ao “Projeto Carrinho Empreendedor”, foi possível inferir que um egresso percebe a iniciativa de forma positiva e acredita que receber um carrinho de lanche seria um suporte estrutural que facilitaria sua carreira como autônomo, tal qual o objetivo divulgado pela Sejus-CE a esta pesquisa.

Quanto aos aspectos que dificultariam o futuro como empreendedores, a análise das entrevistas sugere consonância com dados apontados pelo GEM (2017): “burocracia para abrir uma empresa”, “falta de capital” e a “falta de apoio” de terceiros. Os depoimentos ressaltam ainda agravantes desses aspectos no universo pós-cárcere, visto que alguns egressos atrelam a falta de apoio de familiares ao medo da reincidência, por exemplo. Eles explicam que alguns parentes se tornaram tão superprotetores e receosos sobre um retorno à vida como criminosos que, por vezes, não os amparam em algumas atividades.

Ademais, a passagem pelo sistema prisional afeta à intenção empreendedora dos entrevistados de forma particular, à medida que eles possuem crenças limitantes sobre “estigmas e preconceitos”, sobre a “tornozeleira eletrônica”, além de serem penalizados com a “suspensão de direitos”. A percepção deles é de que, como ex-infratores, além de terem seus direitos civis temporariamente suspensos, a passagem pelo cárcere os impedirá de conseguir financiamentos, empréstimos e outros tipos de apoio, talvez para sempre. Essa preocupação parece de acordo com o que alerta de Ireland (2012) e Onofre e Julião (2013), quando tratam dos obstáculos que ex-infratores enfrentam, mesmo muito anos após deixar o cárcere.

Da mesma forma, os relatos sobre o uso da “tornozeleira eletrônica” e sobre os “estigmas e preconceitos” corroboram com pesquisas que apontam que a reinserção de ex-infratores na sociedade é um grande desafio em função da discriminação (LIPEZ, 2006; IRELAND, 2012; ZACKSESKI; MACIEL, 2015). Todos os entrevistados mencionaram que

lidar com esse preconceito é um grande limitador para qualquer empreitada após o período do cárcere, inclusive a de colocar um negócio próprio.

O último objetivo específico examina as percepções dos egressos sobre os eventuais suportes educacionais ou estruturais recebidos para abrir um negócio próprio. De maneira geral, grande parte dos sujeitos mencionou uma “carência de suporte”, denunciou que o ócio predomina o ambiente carcerário e que, a despeito do que a Sejus-CE divulgou, não tinham conhecimento algum sobre iniciativas de fomento ao empreendedorismo dentro das penitenciárias. Alguns dos participantes afirmaram que são raros os projetos educacionais dentro das unidades, o que parece estar de acordo com o Censo Penitenciário Cearense (CEARÁ, 2014), que aponta que menos de 10% da população carcerária estuda nas unidades penais do estado.

Oito dos entrevistados mencionaram que adquiriram algum tipo de “Capacitação Técnica” dentro das unidades, por vezes atrelada a atividades laborais que exerciam durante o período de privação de liberdade ou por meio de cursos técnicos proporcionados aos internos. Foram destacadas as oficinas com foco em artesanato em geral e, apesar das críticas de dois dos egressos sobre a oferta preponderante desse tipo de curso, há pesquisas que apontam que atividades artísticas e manuais são de fundamental importância no processo de ressocialização de detentos, devendo ser estimuladas no ambiente de cárcere (HAWLEY; MURPHY; SOUTO-OTERO, 2013).

A Cipse também foi citada e reconhecida como um suporte educacional voltado ao empreendedorismo disponível dentro do sistema penitenciário, o que parece estar de coerente com a missão institucional da coordenadoria divulgada pelo Censo Penitenciário (CEARÁ, 2014). Os egressos comentaram sobre a oferta de cursos, incluindo os de empreendedorismo, a que podem ter acesso ao deixar as penitenciárias.

Quanto ao suporte recebido fora do universo carcerário, um dos entrevistados mencionou ainda que em nenhum momento da vida, nem mesmo durante a vida escolar, foi orientado a empreender. A fala do egresso reforça os dados do GEM (2017) que afirmam que o ensino brasileiro não fornece a capacitação em empreendedorismo fundamental para o fomento da atividade no país. Em contrapartida, três entrevistados mencionaram que receberam da universidade informações que poderiam auxiliar a atividade empreendedora. A contribuição do ensino superior para o empreendedorismo já foi registrado na literatura por Sousa (2014) e Lima *et al.* (2015) e converge com os depoimentos desses três egressos.

Já o Projeto Fábrica Escola foi reconhecido como um suporte duplo na empreitada para o empreendedorismo e foi citado como um incentivo educacional e estrutural. Os sete

egressos participantes do projeto mencionaram, até por mais de uma vez, o apoio que recebem da casa de custódia, que tem como missão auxiliar a reinserção de apenados à sociedade por meio do ensino e do trabalho com foco no empreendedorismo. Além de uma jornada de trabalho semanal em diferentes eixos (eletrônica, artesanato, reciclagem, costura, cozinha etc.), os participantes do projeto têm acesso a cursos de capacitação e ao EJA. A fala dos egressos confirma os dados obtidos em entrevista com o presidente executivo da instituição, e sugerem que o projeto proporciona a base necessária para que eles possam começar uma vida profissional como autônomos.

As percepções positivas sobre o Projeto Fábrica Escola não se aplicam à outra unidade de registro, o “Estado”. Críticas ao papel do Estado por sua tímida atuação no fornecimento de recursos e incentivos emergiu dos discursos dos entrevistados por diversas vezes. De acordo com a análise das falas, é possível inferir que a percepção dos sujeitos é de que o apoio do governo é fraco e inconvincente. Para eles, as políticas governamentais atendem apenas a um número muito restrito de indivíduos, muitas vezes excluindo, por exemplo, todos os custodiados em regime provisório.

Destarte, os resultados desta investigação sugerem que os egressos entrevistados possuem intenção empreendedora motivada pelo empreendedorismo por necessidade. Suas crenças quanto a abrir um negócio próprio apresentam aspectos similares a outros públicos, como por exemplo, dificuldades com a burocracia e a falta de capital ou um desejo de maior autonomia e maior ganho financeiro. Em contrapartida, existem crenças particulares relacionadas à passagem desses indivíduos pelo ambiente de cárcere que também têm impacto sobre a intenção de empreender no futuro, tais como: o estigma e o preconceito da sociedade por serem ex-infratores, a suspensão de direitos civis e o uso da tornozeleira eletrônica.

Ademais, os egressos também não percebem no ambiente institucional um campo forte de fomento ao empreendedorismo. No geral, a opinião dos entrevistados é de que os suportes recebidos para abrir um negócio próprio são poucos dentro e fora do ambiente prisional. Para eles, as políticas governamentais implementadas no ambiente de cárcere são tímidas e apenas o projeto da iniciativa privada parece ter um efetivo papel na ressocialização por meio do empreendedorismo.

Apesar dos seus achados, apresenta-se como principal limitação desta pesquisa o fato do seu caráter exploratório, que faz com que seus resultados não possam ser generalizados. Além disso, a falta de conhecimento aprofundado de termos jurídicos foi um dificultador para a interpretação de algumas falas dos entrevistados, porque aparentemente há uma lacuna entre o que a lei determina e o que foi encontrado em campo, especialmente no que se trata das

possibilidades de regimes alternativos de pena. Apesar do esforço para elucidar essas questões na seção de Caracterização dos Sujeitos, é preciso reconhecer essa adversidade.

Outro obstáculo que não pôde ser suplantado remete ao difícil acesso ao público sob custódia da Justiça, mesmo em regime aberto e semiaberto. A indicação e a aproximação junto aos sujeitos foram complicadas, pois alguns dos indicados pareciam desconfiados e se recusavam a participar, algumas vezes, horas antes do encontro marcado. Além disso, duas entrevistas com apenados do regime domiciliar foram inviabilizadas. Uma delas porque o próprio entrevistado disse pelo telefone que não tinha como garantir a segurança da pesquisadora, enquanto a outra seria em uma comunidade dominada por facções, na qual a pesquisadora não se sentiu confortável adentrar.

Salientamos ainda a impossibilidade de receber autorização para pesquisar também o público do regime fechado, de forma a fazer uma triangulação com as impressões dos egressos. Apesar da tentativa da pesquisadora ainda no ano de 2017, o processo burocrático junto aos órgãos responsáveis não foi concluído a tempo da qualificação desta pesquisa. A inclusão do público interno das penitenciárias seria, então, a principal recomendação para estudos futuros. Ademais, foram registradas mais de 40 unidades de registro que extrapolavam os objetivos deste estudo e que merecem uma investigação mais aprofundada posteriormente, tais como: “Vida no cárcere”, “Facções” e “Deus”.

Como contribuições, esta pesquisa proporciona uma visão geral das percepções de egressos sobre o empreendedorismo como opção de carreira após o período de privação de liberdade e, mesmo que de maneira incipiente, os resultados podem colaborar para o entendimento deste fenômeno. De forma complementar, além da contribuição teórica, pode auxiliar no trabalho das instituições público e privadas envolvidas em projetos de reinserção de detentos por meio do empreendedorismo, especialmente no estado do Ceará, colaborando assim para o processo de recuperação de ex-infratores.

Ademais, a pesquisa suscita a reflexão acerca da questão carcerária cearense. Mesmo que não seja foco principal desta investigação, a presença de organizações criminosas e o aumento da violência urbana no estado demonstram que a pauta sobre a situação carcerária e a recuperação efetiva de detentos precisa ser discutida pelas instituições responsáveis com celeridade. E a participação da academia neste processo pode ser de grande valia.

Contribuindo com estudos internacionais, os resultados desta pesquisa demonstram que, mesmo qualificados, egressos de penitenciárias dificilmente serão inseridos no mercado formal de trabalho à vista das altas taxas de competitividade das vagas e, especialmente, do estigma que os acompanha. Por outro lado, parte dos depoimentos dos egressos entrevistados

sugere que o crime organizado se beneficia dessa situação e recruta detentos e ex-detentos, contribuindo para a reincidência e para o aumento da violência urbana no estado.

De forma concomitante, o levantamento de estudos nacionais sobre a reinserção de ex-infratores no mercado de trabalho sob o viés da administração parece escasso. Destarte, reconhecer a baixa empregabilidade de ex-detentos como um problema de gestão, pode ser o início do debate de estratégias que busquem minimizar seus impactos negativos. Este estudo é um convite à discussão de estratégias de esforço conjunto entre poder público, população e academia, com o objetivo de mitigar paradigmas e preconceitos que ultrapassam os muros das penitenciárias e aprisionam não só ex-infratores, mas a sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, S.; SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.
- AJZEN, I. **Constructing a TpB Questionnaire**: conceptual and methodological considerations. [S. l.: s. n.], 2006. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/0574/b20bd58130dd5a961f1a2db10fd1fcb9e95d.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, San Diego, v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991.
- AJZEN, I. The theory of planned behaviour. Reactions and reflections. **Psychology & health**. [S. l.], v. 26, n. 9, p. 1113-1127, 2011.
- ANDRADE, U. S.; FERREIRA, F. F. Crise no sistema penitenciário brasileiro: capitalismo, desigualdade social e prisão. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 4, n. 1, 2016.
- ARMITAGE, C. J.; CONNER, M. Efficacy of the theory of planned behaviour: A Meta-analytic review. **British Journal of Social Psychology**, v. 40, n. 4, p. 471-499, 2001.
- BAMBERG, S.; AJZEN, I.; SCHMIDT, P. Choice of travel mode in the theory of planned behavior: The roles of past behavior, habit, and reasoned action. **Basic and applied social psychology**, v. 25, n. 3, p. 175-187, 2003.
- BANDEIRA, E. L.; IPIRANGA, A. S. R. “Me dei bem, mas me sinto culpada”: o conflito trabalho-família vivenciado por mulheres empreendedoras. In: SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, 2017. **Anais...** 2017. Disponível em: <http://login.semead.com.br/20semead/arquivos/2207.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, I. C. F. *et al.* Atitude empreendedora na percepção de empreendedores individuais e sociais. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 8, n. 21, p. 36-45, 2014.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa, contexto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BLOCK, J. H.; WAGNER, M. Necessity and opportunity entrepreneurs in Germany: characteristics and earnings differentials. **Schmalenbach Business Review**, v. 62, n. 2, p. 154-174, 2010.
- BORGES, C.; FILION, L. J.; SIMARD, G. Jovens empreendedores e o processo de criação de empresas. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, p. 39-63, 2008.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jun. 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jun. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm)>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Há 726.712 pessoas presas no Brasil. **Portal do Ministério da Justiça**, Brasília, 8 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** Infopen: Junho de 2016. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio\\_2016\\_junho.pdf](http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Reincidência Criminal no Brasil**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: IEPA, 2015.

BURRI, J. O monitoramento eletrônico e os direitos e garantias individuais. **Revista dos tribunais**, [S. l.: s. n.], p. 475-493, 2011.

CAMARGO, D.; CUNHA, S. K.; BULGACOV, Y. L. M. A psicologia de McClelland e a economia de Schumpeter no campo do empreendedorismo. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 10, n. 17, 2010.

CARVALHO, P.; GONZÁLEZ, L. Modelo explicativo sobre a intenção empreendedora. **Comportamento Organizacional e Gestão**, v. 12, n. 1, p. 43-65, 2006.

CAVALCANTE, M. A. D.; GOMES, C. B. M.; TASSIGNY, M. M. Empreendedorismo na Formação dos alunos do ensino médio técnico e profissionalizante. *In*: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, XVI., 2016, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UNIFOR, 2016.

CAVAZOS-ARROYO, J.; PUENTE-DÍAZ, R.; AGARWAL, N. An examination of certain antecedents of social entrepreneurial intentions among Mexico residents. **Revista brasileira de gestão de negócios**, v. 19, n. 64, p. 180-199, 2017.

CEARÁ. Censo Penitenciário do Estado Ceará. Secretaria da Justiça e Cidadania. Universidade Federal do Ceará. 2014. Disponível em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/component/content/article/58-cidadania-interna/1827-censo-penitenciario>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CEARÁ. Secretaria de Justiça e Cidadania. **Estatísticas do Sistema Penitenciário Cearense**. Fortaleza: SEJUS, 2017a. Disponível em: <[http://www.sejus.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/201712\\_boletimsejusX.pdf](http://www.sejus.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/17/2018/02/201712_boletimsejusX.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CEARÁ. Secretaria de Justiça e Cidadania. **Institucional**. Fortaleza: SEJUS, 2018. Disponível em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CEARÁ. Secretaria de Justiça e Cidadania. **Sejus entrega carrinhos de lanche para egressos do sistema penitenciário**. 2017b. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/2017/05/25/sejus-entrega-carrinhos-de-lanche-para-egressos-do-sistema-penitenciario/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CENTRE FOR ENTREPRENEURS. **From inmates to entrepreneurs: how prison entrepreneurship can break the cycle of reoffending**. Prison Entrepreneurs Report. Disponível em: <<https://centreforentrepreneurs.org/wp-content/uploads/2016/05/Prison-Entrepreneurs-Report-WEB-1.pdf>> . Acesso em: 17 jan. 2018.

CHAMORRO, E. T.; GONZÁLEZ, M. D. G.; CASTELLANO, N. Elementos para la construcción de un instrumento que permita medir la intención empresarial en estudiantes universitarios de último semestre. **Tendências**, v. 16, n. 2, p. 209-227, 2015.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COONEY, T. M. Reducing recidivism through entrepreneurship programmes in prisons. **The International Journal of Entrepreneurship and Innovation**, v. 13, n. 2, p. 125-133, 2012.

COSTA, T. G.; MARES, P. Factors affecting students' entrepreneurial intentions of Polytechnic Institute of Setubal: a cognitive approach. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 1, 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo e quantitativo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

D'AMORIM, M. A. A teoria da ação racional nos comportamentos de saúde. **Temas em Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 39-44, 2000.

DEGEN, R. J.; MELLO, A. A. A. **O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, F.; FILION, L. J. Fazendo revolução no Brasil: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação. **REGPEPE-Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 2, n. 3, p. 134-181, 2013.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

DUARTE, A. J. O. "Celas de aula": o exercício da professoralidade nos presídios. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO E CONGRESSO INTERNACIONAL DE TRABALHO DOCENTE E PROCESSOS EDUCATIVOS*, 2013. **Anais...** 2013, p. 25-36.

EIKELAND, O. J. **Prisoners' educational backgrounds, preferences and motivation: Education in Nordic prisons.** Nordic Council of Ministers, [S. l.: s. n.], 2009.

FERREIRA, A. da S. M.; LOIOLA, E.; GONDIM, S. M. G. Preditores individuais e contextuais da intenção empreendedora entre universitários: revisão de literatura. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 2, p. 292, 2017.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de administração**, v.34, n.2, p.05-28, abril /junho, 1999.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. **Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research.** [S. l.: s. n.], 1975. Disponível em: <<http://people.umass.edu/aizen/f&a1975.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FONTENELE, R. E. S.; BRASIL, M. V. de O.; SOUSA, A. M. R. Determinantes da intenção empreendedora de discentes em um instituto de Ensino Superior. XXVII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica. Salvador, 2012.

FONTENELE, R. E. S.; BRASIL, M. V. de O.; SOUSA, A. M. R. Influência da Intenção Empreendedora de Discentes em um Instituto de Ensino Superior. **REGPEPE-Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 4, n. 3, p. 147-176, 2015.

FONTENELE, R. E. S.; RABÊLO NETO, A.; SOUSA, A. M. R. Determinantes da intenção da escolha do ensino superior privado: uma perspectiva da teoria do comportamento planejado. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v.12, n.3, p. 367-378, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Empreendedorismo no Brasil 2015.** Relatório Global 2015. Brasil, 2016.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Empreendedorismo no Brasil 2016.** Relatório Global 2016. Brasil, 2017.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 301-323.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio, 1995.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOMES, A. F. O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local. **REA-Revista Eletrônica de Administração**, v. 4, n. 2, 2011.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUERRERO, M.; RIALP, J.; URBANO, D. The impact of desirability and feasibility on entrepreneurial intentions: A structural equation model. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 4, n. 1, p. 35-50, 2008.

GURGEL, I. L. P. **Competências empreendedoras e suas interconexões com as dimensões da ambidestria organizacional**: uma pesquisa junto aos gestores de empresas de base tecnológica. 2017. 348 p. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

HAWLEY, J.; MURPHY, I.; SOUTO-OTERO, M. **Prison education and training in Europe**: Current State of play and challenges. A report submitted by GHK to Directorate General for Education and Culture. London: European Commission, 2013. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/education/library/study/2013/prison\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/education/library/study/2013/prison_en.pdf)> Acesso em: 17 jan. 2018.

HOLZER, H. J.; RAPHAEL, S.; STOLL, M. A. Employment barriers facing ex-offenders. **Urban Institute Reentry Roundtable**, p. 1-23, 2003.

IRELAND, T. D. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. **Em Aberto**, v. 24, n. 86, 2012.

IZQUIERDO, E.; BUELENS, M. Competing models of entrepreneurial intentions: the influence of entrepreneurial self-efficacy and attitudes. **International Journal of Entrepreneurship and Small Business**, v. 13, n. 1, p. 75-91, 2011.

JANNUZZI, F. F. *et al.* Crenças relacionadas à adesão ao tratamento com antidiabéticos orais segundo a Teoria do Comportamento Planejado. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 22, n. 4, p. 529-537, 2014.

KAUTONEN, T.; PALMROOS, J. The impact of a necessity-based start-up on subsequent entrepreneurial satisfaction. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 6, n. 3, p. 285-300, 2010.

KEENA, L.; SIMMONS, C. Rethink, Reform, Reenter: An Entrepreneurial Approach to Prison Programming. **International journal of offender therapy and comparative criminology**, v. 59, n. 8, p. 837-854, 2015.

KRÜGER, C.; MINELLO, I. F. Atitude empreendedora em discentes de graduação: entre a teoria e a prática. **Revista Alcance**, 2017, 24.2.

LIMA, E. *et al.* Ser seu Próprio Patrão? Aperfeiçoando-se a educação superior em empreendedorismo. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 419-439, 2015.

LIMA, S. H. de O. *et al.* modelagem de intenção empreendedora de estudantes universitários utilizando equações estruturais. **Revista Pretexto**, v. 17, n. 2, p. 42-65, 2016.

- LIÑÁN, F.; CHEN, Y. W. Development and Cross Cultural application of a specific instrument to measure entrepreneurial intentions. **Entrepreneurship theory and practice**, v. 33, n. 3, p. 593-617, 2009.
- LIPEZ, J. **A Return to the “World of Work”**: An Analysis of California's Prison Job Training Programs and Statutory Barriers to Ex-Offender Employment. California Sentencing & Corrections Policy Series Stanford Criminal Justice Center Working, 2006.
- McCLELLAND, D. **A Sociedade Competitiva: realização e progresso social**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MORAES, C.; SIMÕES, D.; GONÇALVES, E. Educação no cárcere: Uma análise dos processos educativos no Centro de Reeducação Feminina de Ananindeua/Pará. **Revista Pedagogia Social UFF**, 2017.
- MORAES, S. M. *et al.* Effects of Entrepreneurial Characteristics and University Environment on Entrepreneurial Intention. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, n. 2, 2018.
- MOUTINHO, K.; ROAZZI, A. **As teorias da ação racional e da ação planejada: relações entre intenções e comportamentos**. Avaliação Psicológica, 2010.
- OLIVEIRA, B. V. A monitoração eletrônica em substituição à prisão no Brasil: primeiros números. **THEMIS: Revista da Esmec**, v. 14, p. 77-103, 2016.
- ONOFRE, E. M. C.; JULIÃO, E. F. A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, v. 38, n. 1, 2013.
- OSORIO, F. F.; ROLDÁN, J. C L. Intención emprendedora de estudiantes de educación media: extendiendo la teoría de comportamiento planificado mediante el efecto exposición. **Cuadernos de Administración**, v. 28, n. 51, 2015.
- PAIVA, L. E. B. *et al.* Influence of Sustainability and Innovation on the Entrepreneurial Intention of Brazilian and Portuguese University Students. **Book of Proceedings**, 2017. p. 47.
- PASTORE, J. **Trabalho para ex-infratores**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- PATZELT, H.; WILLIAMS, T. A.; SHEPHERD, D. A. Overcoming the walls that constrain us: The role of entrepreneurship education programs in prison. **Academy of Management Learning & Education**, v. 13, n. 4, p. 587-620, 2014.
- PIRES, A. de A. C.; GATTI, T. H. A reinserção social de egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas, da educação, do trabalho e da comunidade. **Inclusão social**, v. 1, n. 2, 2006.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, A. **Psicologia social**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Métodos de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTIAGO, E. G. Vertentes teóricas sobre empreendedorismo em Schumpeter, Weber e McClelland: novas referências para a sociologia do trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, Universidade Federal do Ceará, v. 40 n. 2, p. 87-103, 2009.

SANTOS, J. A. A utilização das parcerias público-privadas pelo sistema prisional brasileiro em busca da ressocialização do preso. Uma perspectiva possível. **Jus Navigandi**, Teresina, 2012.

SAUERS, A. **Entrepreneurship for inmates: A conceptual model**. 2009. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1494019](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1494019)> . Acesso em: 17 jan. 2018.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SEBRAE. Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas no Brasil. **O empreendedorismo e o mercado de trabalho**. Brasília, DF: SEBRAE, 2017. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/70d1237672d36de1ba87890e4cb251cc/\\$File/7737.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/70d1237672d36de1ba87890e4cb251cc/$File/7737.pdf)> . Acesso em: 06 mar. 2018.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. Las 50 Ciudades Más Violentas del Mundo 2014. **Seguridad, Justicia y Paz**, v. 19, n. 1, 2015.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of management review**, v. 25, n. 1, p. 217-226, 2000.

SILVEIRA, M. O.; MAIA, M. L. A. Variáveis que influenciam no uso da bicicleta e as crenças da teoria do comportamento planejado. **Transportes**, v. 23, n. 1, p. 24-36, 2015.

SOARES, C. P. G.; VIANA, T. V. O papel da escola na prisão: o ponto de vista dos privados de liberdade. **Revista de Humanidades**, 2018, 32.2: 139-147.

SONFIELD, M.; LUSSIER, R.; BARBATO, R. The entrepreneurial aptitude of prison inmates and the potential benefit of self-employment training programs. **Academy of Entrepreneurship Journal**, 2001.

SOUSA, A. M. R. **Construção de um modelo explicativo de intenção empreendedora para estudantes universitários**. 2014. 180 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2014.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, v. 3, n. 2, p. 20-27, 2009.

THOMPSON, E. R. Individual entrepreneurial intent: Construct clarification and development of an internationally reliable metric. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 33, n. 3, p. 669-694, 2009.

THURSTONE, L. L. Attitudes can be measured. **American journal of Sociology**, v. 33, n. 4, p. 529-554, 1928. Disponível em: <[https://brocku.ca/MeadProject/Thurstone/Thurstone\\_1928a.html](https://brocku.ca/MeadProject/Thurstone/Thurstone_1928a.html)>. Acesso: 17 fev. 2018.

TORREZAN, S.; RIMOLI, C. A. Empreendedorismo social no sistema prisional brasileiro. **Cadernos de Pós-Graduação**, v. 3, n. 1, p. 49-58, 2009.

VALE, G. M. V.; CORRÊA, V. S.; REIS, R. F. Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade?. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3d. São Paulo: Atlas, 2009.

WALMSLET, R. *et al.* **World prison population list**. London: Home Office, 2016. Disponível em: <[http://prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world\\_prison\\_population\\_list\\_11th\\_edition\\_0.pdf](http://prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_11th_edition_0.pdf)>. Acesso: 11 abr. 2018.

YURTKORU, E. S.; KUŞCU, Z. K.; DOĞANAY, A. Exploring the antecedents of entrepreneurial intention on Turkish university students. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 150, p. 841-850, 2014.

ZACKSESKI, C.; MACIEL, W. C. Vigilância eletrônica e mecanismos de controle de liberdade: elementos para reflexão. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, 2015, 18.67: 459-466.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (EGRESSOS)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA

### **PESQUISA: Quando as grades se abrem: crenças e intenção empreendedora de egressos de penitenciárias do Estado do Ceará**

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Duração: \_\_\_\_\_

#### **Bloco 1: Sobre intenção empreendedora**

- 1.1) Quais eram seus objetivos antes de deixar a penitenciária?
- 1.2) Quais são seus objetivos para o futuro agora, após a saída da penitenciária?
- 1.3) O que você imagina fazendo nos próximos anos? Você tem a intenção de colocar um negócio próprio nos próximos anos? Qual seria? Por quê?

#### **Bloco 2: Sobre crenças**

##### **Sobre crenças comportamentais**

- 2.1) O que vem a sua mente ao imaginar tendo o seu próprio negócio?
- 2.2) Na sua opinião, quais seriam as vantagens de ter seu próprio negócio?
- 2.3) E quais seriam as desvantagens?

##### **Sobre crenças normativas**

- 2.4) O que as pessoas pensariam se você decidisse colocar seu próprio negócio?
- 2.5) Que pessoas aprovariam se você decidisse colocar seu próprio negócio? Quem você acha que desaprovava? Por quê?

##### **Sobre crenças de controle percebido**

- 2.6) Como seria se você decidisse colocar um negócio hoje?
- 2.7) O que facilitaria sua tentativa de colocar um negócio? Por quê?
- 2.8) O que dificultaria sua tentativa de colocar um negócio? Por quê?

#### **Bloco 3: Sobre suportes para empreender**

- 3.1) Você já recebeu algum suporte ou orientação para colocar um negócio? De que tipo? Como você avalia essa orientação? E dentro do sistema?

#### **Sobre o perfil do respondente (questionado somente ao final da entrevista)**

Sexo: ( ) F ( ) M Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

Tempo de pena: \_\_\_\_\_ Tempo de liberdade: \_\_\_\_\_ Artigo (se espontâneo): \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA (INSTITUIÇÕES)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA**

**PESQUISA: Quando as grades se abrem: crenças e intenção empreendedora de egressos de penitenciárias do Estado do Ceará**

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Duração: \_\_\_\_\_

1) Como surgiu o projeto? Em que ano?

2) Qual é a sistemática do projeto?

3) Quais são os objetivos do projeto?

4) Quais são os parceiros?

5) Quais são os resultados?

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado por Larissa Cavalcante Albuquerque como participante da pesquisa intitulada “Quando as grades se abrem: crenças e intenção empreendedora de egressos de penitenciárias do Estado do Ceará”. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Esta pesquisa tem como finalidade a elaboração de dissertação para obtenção do título de mestre em Administração e Controladoria, pela Universidade Federal do Ceará – UFC. A pesquisa trará como grande contribuição o maior conhecimento sobre programas de empreendedorismo em penitenciárias, analisando o comportamento dos internos a respeito da intenção de abrir um negócio após a saída do cárcere, sem oferecer qualquer benefício direto, financeiro ou não, para você.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas formuladas em um roteiro de entrevista semiestruturado não representando riscos de ordem física ou psicológica para você. No entanto, por se tratar de um trabalho implementado em ambiente de cárcere as seguintes providências foram tomadas a fim de diminuir quaisquer riscos ou danos quanto à privacidade dos entrevistados:

- O pesquisador seguirá preceitos éticos da pesquisa, pautados na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde;
- As informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os participantes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta investigação forem divulgados em qualquer forma.

A entrevista consiste em 12 perguntas semiestruturadas e tem duração média de 30 a 40 minutos. As falas dos entrevistados serão captadas em áudio por meio de um aparelho celular digital da marca Motorola, sendo posteriormente transcritos e mantidos na sala de estudo do pesquisador responsável, no prédio da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado – FEAAC/UFC, por um período de dois anos, sob a responsabilidade do pesquisador orientador. Após este período, o conteúdo será destruído. Não serão feitos registros fotográficos dos participantes em nenhuma hipótese.

Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade ou qualquer prejuízo. Como participante, a qualquer momento, você poderá ter acesso a informações referentes à pesquisa pelos telefones/endereço abaixo indicados.

**Endereço do responsável pela pesquisa:**

**Nome:** Larissa Cavalcante Albuquerque (Aluna do Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria – PPAC)

**Instituição:** Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará / Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria

**Endereço:** Av. da Universidade, 2431 – CEP 60020-180 – Benfica – Fortaleza-CE

**Telefone para contato:** (85) 3366-7816

O abaixo assinado \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ anos, RG: \_\_\_\_\_, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante desta pesquisa e que não receberá nenhum pagamento por sua participação. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

_____ Nome do participante da pesquisa	____/____/____ Data	_____ Assinatura
_____ Nome do pesquisador	____/____/____ Data	_____ Assinatura
_____ Nome da testemunha (se o participante não souber ler)	____/____/____ Data	_____ Assinatura
_____ Nome do profissional que aplicou o TCLE	____/____/____ Data	_____ Assinatura